

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS - USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Olhares Invisíveis

Arquitetura e Poder na Fazenda São Roberto

SÃO CARLOS

2008

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Olhares Invisíveis

Arquitetura e Poder na Fazenda São Roberto

Dissertação de mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração

Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientação

Profa. Dra. Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

SÃO CARLOS

2008

Créditos

Revisão: Priscilla de Cássia Bessi de Mattos

Tratamento de imagem: Suely Paes de Barros

Projeto gráfico e editoração: Eduardo Zanardi

Capa: fotos de Vladimir Benincasa

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

0480 Oliveira, Joana D'arc de
Olhares invisíveis : arquitetura e poder na Fazenda São Roberto / Joana D'arc de Oliveira ; orientador Maria Ângela P. C. S. Bortolucci. -- São Carlos, 2008.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria da História da Arquitetura e Urbanismo -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

1. Arquitetura. 2. Poder. 3. Café. 4. Modo de vida. I. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Maria de Lourdes Camargo Bardella e Cristina Camargo Bardella, proprietárias da Fazenda São Roberto, que me abriram, cordialmente, suas casas, seus acervos e suas vidas.



Dedico também aos meus pais Fátima e Aparecido, as minhas irmãs e sobrinhos, aos amigos queridos, a minha orientadora Maria Angela Bortolucci, os quais me apoiaram sempre nos momentos mais difíceis com palavras doces e estimulantes e a todos aqueles que, tão gentilmente, me cederam entrevistas compartilhando comigo suas experiências, suas emoções e suas vidas.

*“Há quem diga que todas as noites são de sonhos.
Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão. No
fundo, isto não tem muita importância.
O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos. Sonhos
que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas
do ano, dormindo ou acordado”.*

William Shakespeare

Eis um sonho realizado!

AGRADECIMENTOS

As andanças pelos caminhos da pesquisa não são solitárias; ao contrário, requerem outras mentes, outros pesquisadores, orientadores, familiares, amigos e pessoas dispostas a contribuir com o seu desenvolvimento. Destas, destaco minha orientadora Maria Angela Bortolucci, companheira e amiga que me orientou em todas as etapas do trabalho, sempre disposta a me atender, nos mais variados horários e dias, com sugestões, críticas construtivas e acima de tudo, muita paciência e compreensão.

Agradeço as proprietárias da Fazenda São Roberto, Maria de Lourdes Camargo Bardella e Cristina Camargo Bardella, que desde o início acreditaram nesta pesquisa, apoiando, recolhendo material, buscando informações. Agradeço a Deus e Nossa Senhora Aparecida, que mantiveram sempre acesa em mim a chama da esperança, mesmo quando achava que o fim nunca chegaria. Agradeço também a Ana Lucia Cerávolo, presidente da Fundação Pró-Memória de São Carlos, a qual além de apresentar-nos o universo da arquitetura indicou-nos o objeto aqui estudado. A Andrés Zarankin que nos enviou textos e pesquisas referentes a nossa temática; a Sueli Paes de Barros, que tratou todas as imagens aqui apresentadas; a Priscilla de Cássia Bessi de Mattos, que revisou o texto; a Essio Pallone Filho que registrou algumas imagens da fazenda São Roberto, a Vladimir Benincasa e Luzia Márcia Mei Rosa, arquitetos que muito auxiliaram nas leituras dos espaços e nas confecções das plantas; a Eduardo Zanardi que fez o projeto de diagramação, a Nadia Lucia Pallone pelo apoio, companheirismo e compreensão e a Telma Luzia Pegorelli Olivieri, Diretora do Departamento de Artes e Cultura, por toda sua compreensão, apoio e carinho.

Esses agradecimentos se estendem também ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP, à Fundação Pró-Memória

de São Carlos, ao Departamento de Artes e Cultura, por meio do Museu de São Carlos, à secretaria de pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP incluídos aqui todos os seus funcionários; aos amigos Lola Ponchio, Eduardo Ponchio, Ana Paula Meibach, Leila Maria Massarão, Tatiana de Cássia Celestino, Soraia Vido, Melina Thais da Silva, Valéria Garcia, Matheus Rosada, José Carlos Alves Pereira, Paulo Moretti, Adriana Queiroz, Kellen Braghim, Heloisa Santini, José Luiz Rocha, Kelli Crsitina Riguetto, Maria de Mello Riguetto, Isabel Catarino e Evandro Ogélio por todo apoio, paciência e carinho. Agradeço finalmente as minhas irmãs Regina e Weli, os meus sobrinhos Hiamara, Júnior e Lucas e principalmente ao meu namorado Alexandre por todo seu amor, carinho e paciência e a minha mãe Fátima e ao meu pai Aparecido, que com todo amor do mundo estiveram presentes em todas as etapas deste trabalho.

RESUMO

Analisa a relação entre poder e arquitetura numa fazenda de café, considerando o pressuposto de que a introdução do trabalho assalariado possibilitou transformações similares às de uma empresa capitalista, tendo como símbolo máximo do poder o proprietário, dono dos meios de produção. Localizada no município de Ibaté e com parte de suas terras em São Carlos, a fazenda São Roberto foi formada em 1865, pelo Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire e vendida em 1874 a Sabino Soares de Camargo. Com a morte de Sabino em 1903, seu filho José Franco de Camargo assumiu a direção da propriedade até 1955, período que se configurou como o recorte temporal da pesquisa. Além de tratar da história da arquitetura nessa propriedade, busca avaliar o quanto o poder político, econômico e social do proprietário esteve relacionado a tal dinâmica histórica e ainda, investiga de que modo a organização espacial contribuiu para a manutenção desse poder. Utiliza, para atingir tais objetivos, levantamentos fotográfico e iconográfico, entrevistas, documentação primária, especialmente do acervo da família proprietária, e tem como referências fundamentais Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Desta forma, foi possível, entender as formas de materialização do poder no espaço e na arquitetura da fazenda cafeeira, considerando o pressuposto de que a arquitetura seria um instrumento de poder, ideologicamente orientado através do rol simbólico e coercitivo, para controlar, dominar e influir ativamente nas relações sociais desenvolvidas nesta propriedade rural do interior paulista.

Palavras Chave: Arquitetura. Poder. Café. Modo de vida.

INVISIBLE SIGHTS

Architecture and power in the Farm São Roberto

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to connect power relations and architecture in a coffee plantation property. For this, we assumed that the establishment of free rural labor made possible transformations similar to capitalist based businesses, in this sense, the proprietor, the owner of the means of production, is understood as the highest power figure. Settled by Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire in 1865 within Ibaté's municipality, the grounds of São Roberto's coffee farm advances into the boundaries of the city of São Carlos, both located in the Estate of São Paulo. The land was sold to Sabino Soares de Camargo in 1874 and following his death, José Franco de Camargo, his son, assumed the administrative control up to 1955, time span that actually became the focus of our research. Our goal is to investigate the history of the buildings concurrently to the dynamics of political, economical and social power and how spatial arrange contributes to power upholding. To achieve this objective we made use of photographic and iconographic sources allied to interviews and primary documentation research, particularly the family records. The conceptual support furnished by Michel Foucault and Pierre Bourdieu guided our understanding of the spatial materialization of power relations in the coffee plantation architectural forms. The architecture in this sense was used as a power mechanism ideologically oriented by symbolic and coercitive means of control used to rule and actively organize the social relations within this rural property.

Key words: Architecture. Power. Coffee. Daily life through history.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

1. Sabino Soares de Camargo e sua esposa Antonia da Silveira Franco. Fonte: Acervo Família Camargo. 22
2. Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Galdino de Toledo, 1872. Fonte: Acervo Família Camargo. 23
3. Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Innocencio Alves da Silva, 1880. Fonte: Acervo Família Camargo. 27
4. Escritura de Compra e Venda de escravos, 1877. Fonte: Acervo Família Camargo 28
5. Escritura de Compra e venda de escravos 1879. Fonte: Acervo Família Camargo. 29
6. Foto de José Franco de Camargo. Fonte: Acervo Família Camargo. 32
7. Contrato de Compra e venda da Fazenda São Roberto, 1874. Fonte: Acervo Família Camargo. 33
8. Óbito de Sabino Soares de Camargo, 1903. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos. 35
9. Formal de Partilha de Sabino Soares de Camargo, 1903. Fonte: Acervo Família Camargo. 36
10. José Franco de Camargo e sua esposa Isolina Affonso de Camargo. Fonte: Acervo Família Camargo. 36
11. Atestado de Casamento de José Franco de Camargo e Isolina Affonso de Camargo, 1904. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos. 37
12. Estatuto da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, 1913. Fonte: Fonte: Acervo Família Camargo. 39
13. Constituição da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1913. Fonte: Acervo Família Camargo. 39

14. Residência Rua Visconde do Pinhal 19, São Carlos, propriedade urbana de José Franco de Camargo, onde se deu o ato de constituição da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, sem data. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos. 39
15. Eugênio Franco de Camargo. Fonte: Museu de São Carlos. 39
16. Alvará expedido a favor de José Franco de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 41
17. Certidão do óbito de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos. 41
18. Certificado dos bens deixados a José Franco de Camargo segundo os autos de Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 42
19. Certificado dos bens deixados a João Franco de Camargo segundo os autos de Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 43
20. Descrição da Fazenda São Roberto, Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 43
21. Extrato de transcrição a José Franco de Camargo, 1926. Acervo Família Camargo. 43
22. Capa do Formal de Partilha expedido a favor de José Franco de Camargo e João Franco de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 43
23. Certificado de revisão do Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 44, 45
24. Contrato de Sociedade da Casa Comissária, 1931. Fonte: Acervo Família Camargo. 47
25. Convite para a formação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, 1937. Fonte: Acervo Família Camargo. 47
26. Membros do Diretório do Partido Republicano de São Carlos. Acervo: Museu de São Carlos. 48
27. Atestado de óbito de Isolina Affonso de Camargo, 1939. Fonte: Acervo Fundação Pró-Memória de São Carlos. 49
28. Certificado dos bens deixados por Isolina Affonso de Camargo, 1939. Fonte: Acervo Família Camargo. 50
29. Atestado de óbito de José Franco de Camargo, 1955. Fonte: Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos. 51
30. Capa do processo de partilha amigável, 1955. Fonte: Acervo Família Camargo. 51

Capítulo 2

1. Vista do muro de separação defronte a casa de morada. Fonte: Família Camargo. 65
2. Casa de Morada do Fazendeiro, 1925. Fonte: Acervo Família Camargo. 66
3. Casa de Morada antes da reforma de 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 66
4. Casa de Morada depois da ultima reforma. Fonte: Acervo Família Camargo. 66
5. Vista área da casa de Morada e seu entorno. Fonte: Acervo Família Camargo. 66
6. Entrada Lateral da Casa de Morada. Fonte: Acervo Família Camargo. 66
7. Porta Principal, 2005. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 67
8. Fachada principal, 2005. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 67
9. Planta do casarão, 2005. Autoria: Luzia Márcia Mei Rosa. 68
10. Aparelho Telefônico, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 68
11. Interruptor da sala de estar, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 68
12. Discussão sobre o fornecimento de energia elétrica a José Franco de Camargo, 1928. Fonte: Acervo Família Camargo. 69
13. Planta da cobertura da casa de morada. Fonte: Acervo Família Camargo. 69
14. Barrado pictóro paretal da sala de jantar, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
15. Barrado pictóro paretal da sala de estar, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
16. Lavabo Dormitório 2, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
17. Sala de estar, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
18. Lustre da Sala de estar, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
19. Dormitório 3, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
20. Lustre Dormitório 4, 2005. Autoria: Joana D'arc de Oliveira. 70
21. Entorno da casa de morada. Fonte: Acervo Família Camargo. 72
22. Capela Santa Terezinha. Fonte: Vladimir Benincasa. 72
23. Fim de missa na Capela Santa Terezinha. Fonte: Acervo Família Camargo. 72
24. Santinho de inauguração da capela Santa Terezinha, 1935. Fonte: Acervo Família Camargo. 72

25. Capa do Orçamento de Construção da Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 73
26. Orçamento Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: família Camargo. 73
27. Corte ab Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 75
28. Elevação lateral Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 75
29. Fachada Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 75
30. Flanco Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 75
31. Planta Baixa Capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo. 75
32. Nota de fornecimento de janelas e óculo de vitral, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 76
33. Nota de fornecimento de um relógio para a torre da Capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 76
34. Nota de fornecimento de lustres e arandelas para a Capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 77
35. Nota de fornecimento de ladrilhos para a Capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 77
36. Nota de fornecimento de plafoniers em ferro batido para a Capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 77
37. Nota de instalação de lustres na Capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo. 77
38. Convite da Companhia Paulista para baile em comemoração a inauguração da Bitola Larga em São Carlos, 1916. Fonte: Acervo Família Camargo. 79
39. Passaporte de José Franco de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 82
40. Passaporte de Isolina Affonso de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 82
41. Notas de compras em Paris, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 83
42. Notas fiscais de compra de roupas por Isolina Affonso de Camargo, Década de 30. Fonte: Acervo Família Camargo. 84
43. José Franco de Camargo com familiares no alpendre da casa de morada na Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 85

44. José Franco de Camargo no alpendre, lugar preferido por ele da casa, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 85
45. Maria de Lourdes e Maria Lúcia se divertem no alpendre, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 85
46. A presença do rádio na fazenda, símbolo de modernidade. Fonte: Acervo Família Camargo. 85
47. Família Camargo no alpendre, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 86
48. A leitura, atividade recomendada por José Franco de Camargo durante a estadia na fazenda. Fonte: Acervo Família Camargo. 86
49. José Franco de Camargo Filho. Fonte: Acervo Família Camargo. 86
50. Residência de José Franco de Camargo. Despacho Ramos de Azevedo. São Paulo, anos 30. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*, 1994. 87
51. Vista lateral da residência de José Franco de Camargo na Avenida Angélica, São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo. 87
52. Isolina Affonso de Camargo com sua filha caçula Maria de Lourdes, anos 30. Fonte: Acervo Família Camargo. 87
53. José Franco de Camargo e seu filho José Franco na sala de entrada da residência em São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo. 87
54. Filhas e filho de José Franco de Camargo na escadaria de acesso a residência em São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo. 87
55. José Franco de Camargo e uma de suas filhas, demonstrando pouca proximidade deste com os filhos. Fonte: Acervo Família Camargo. 87
56. Atestado de doação de ouro para o Bem de São Paulo, 1932. Fonte: Acervo Família Camargo. 88
57. Carta de Maria de Lourdes a José Franco de Camargo, 1941. Fonte: Acervo Família Camargo. 90
58. Carta de Maria de Lourdes a José Franco de Camargo, 1940. Fonte: Acervo Família Camargo. 90
59. Carteirinha de José Franco de Camargo, da Sociedade Harmonia de Tênis, 1948. Fonte: Acervo Família Camargo. 91
60. José Franco de Camargo e sua família na figueira na Fazenda São Roberto, década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo. 92

61. José Franco de Camargo e sua família na Fazenda São Roberto, década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo. 92
62. José Franco de Camargo e o administrador da Fazenda São Roberto. Fonte: Acervo Família Camargo. 92

Capítulo 3

1. Colonos na colheita de café, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 102
2. Administrador e colono no cafezal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 102
3. Colono no cafezal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 103
4. José Franco de Camargo junto com o fiscal e administrador da fazenda fiscalizando o trabalho, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 103
5. Fiscal no cafezal, sem data. Fonte: Acervo Antenor Zago. 106
6. Fiscal na carreira entre os cafezais, sem data. Fonte: Antenor Zago. 106
7. Gado da Fazenda São Roberto, sem data. Acervo: Antenor Zago. 107
8. José Franco de Camargo em suas andanças pela fazenda, neste período ela já havia abandonado os passeios a cavalo aderindo ao veículo motorizado. Com ele estão o fiscal e o administrador, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 109
9. José Franco de Camargo observa o forno usado para o cozimento de tijolos, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 109
10. Trabalhadores da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 111
11. Trabalhadores na construção de um canal d'água, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 111
12. Trabalhadores vestidos para a folia de reis, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 113
13. Trabalhadores em momento de descansando, observar as crianças que faziam parte deste grupo, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 113
14. Trabalhadores reunidos em frente à casa do administrador em conversa com ele e o fiscal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 113
15. Local identificado nas entrevistas onde era localizada a senzala, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 116
16. Casa de colonos da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 118

17. Vista da colônia Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 119
18. Casas de colono, ao fundo cafezal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 119
19. Casas de colono geminadas, São Roberto ,2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 120
20. Fogão a lenha da cozinha da casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 120
21. Detalhe do forro da casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 120
22. Fachada principal casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 121
23. Fundo das casas de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira. 121
24. Administrador na colônia, sem data. Fonte: Acervo Antenor Zago. 121
25. Implantação Fazenda São Roberto, 2008. Fonte: Vladimir Benincasa. 122
26. Em sentido horário tulha e máquina de beneficiar café, 2005. Fonte: Acervo Família Camargo. 123
27. Imagens do terreiro da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 124
28. Imagens da casa de máquinas e tulha da Fazenda São Roberto, sem data. Acervo: Família Camargo. 125
29. Trabalhador na Serraria, 1934. Fonte: Acervo Família Camargo. 126
30. Cocheiro, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 126
31. Casa do administrador Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 126
32. Vista do paiol e do mangueiro, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo. 126
33. Levantamento realizado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo. 127
34. Mapa afetivo da Fazenda São Roberto. Perceber o destaque dado ao alpendre da casa de morada do fazendeiro, esta aparece como o edifício de maior porte exemplificando a posição social ali estabelecida, 2005. Fonte: Antonio Zago. 127

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA v

AGRADECIMENTOS vii

RESUMO ix

ABSTRACT xi

LISTA DE FIGURAS xiii

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 - Um enigma chamado poder 9

Poder por Michel Foucault e Pierre Bourdieu 12

Elementos de construção do poder de um fazendeiro de café 22

CAPÍTULO 2 - Arquitetura e cotidiano do proprietário 55

A relação entre arquitetura e poder 57

A casa de morada do fazendeiro e seu entorno 62

Modo de vida da família cafeeira 78

CAPÍTULO 3 - Arquitetura e cotidiano dos trabalhadores 95

A relação patrão e empregado na lida diária 97

Habitação e demais espaços de uso dos trabalhadores 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS 129

REFERÊNCIAS 135

APÊNDICE 145

INTRODUÇÃO

A dominação de uma classe social sobre outra marcou, desde o início, a história da sociedade brasileira. Quando se analisa o período em que o café era a mola propulsora da economia do país, especialmente no final do século XIX até meados do XX, a classe dominante, detentora dos meios de produção, formada pelos fazendeiros de café, exercia total controle sobre aqueles que a ela estavam submetidos.

A partir do momento em que o café se torna uma mercadoria e adquire valor de troca, as relações que o norteiam voltam-se para a obtenção maximizada do lucro. A fazenda se organiza aos moldes empresariais, o fazendeiro um empresário e o trabalhador, a mão-de-obra que garante o lucro ao proprietário.

O fazendeiro, ligado à produção e à comercialização de seu produto, exercia total controle sobre sua propriedade, controle esse, que se estendia para além de seus limites. Quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista político, o contraste entre as duas camadas sociais era completo. Todas as garantias sociais desfrutadas pela camada dominante não se aplicavam à camada dominada. A lei consagrava o sistema capitalista resultando na espoliação de um grupo pelo outro.

No isolamento das fazendas o proprietário exercia um poder de forma ilimitada, poder este que, de acordo com a literatura das ciências sociais, está relacionado à influência intencional exercida por uma pessoa ou um grupo, através de qualquer meio, sobre a conduta alheia.¹

¹ Silva, Benedicto. (Coord. Geral) Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

Segundo Karl Marx, com a transformação da terra em mercadoria, as relações agrárias mudam: a relação entre proprietário e trabalhador é reduzida à condição econômica de explorador e explorado. A terra passa a ser vista como geradora de lucro e o senhor assim a vê, mantendo com ela uma relação de interesse. (2006, p.101)

Para Sérgio Silva, a expansão capitalista brasileira está na base da especulação

fundiária. Com efeito, a terra em si não tem valor, ela possui um preço na medida em que representa um meio que permite a expropriação da mais valia. O preço elevado da terra na região do café reflete a apropriação da terra pelo capital (1995, p.96) Isso se deu, principalmente após o fim do período escravagista, já que anteriormente o escravo possuía um custo elevado, sendo a mercadoria de maior valor econômico do fazendeiro.

Com a expansão da produção cafeeira ao longo do século XIX, moldou-se cada vez mais um proprietário de terras preocupado com a lucratividade das fazendas, com a cotação do café, com as condições do mercado internacional e com a política local, regional e federal. Como bem salienta Celso Furtado:

o empresário do café estava envolvido nas etapas de gestação, produção e comercialização do produto. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção de produção, transporte interno, comercialização nos portos e contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica (1998, p.116).

A introdução do trabalho assalariado não alterou o poder do fazendeiro, porém a estrutura interna da propriedade foi reorganizada sob a lógica do ganho: sobre a base de trabalhadores expropriados, com remuneração muitas vezes só suficiente para a subsistência, que trabalhavam em atividades centralizadas sob o controle do fazendeiro. (Franco, 1997)

Com a introdução da mão-de-obra assalariada, se configuraram no panorama sócio-econômico paulista, as classes dos fazendeiros, dos colonos e demais trabalhadores, as quais apesar de distintas, eram partes integrantes e essenciais para a dinâmica e funcionamento das fazendas que congregaram as idéias de empresa e lar. As relações que se estabeleceram entre os fazendeiros e os trabalhadores foram relações de oposição, que decorreram das diferenças de enfoque entre ambos frente aos meios de produção.

O fazendeiro, enquanto empresário, voltou, não só a organização social, mas também a espacial de sua fazenda para o objetivo maior de obter lucros. O lema de um dos fazendeiros, citado por Stein, era “Se podes ganhar dinheiro, faça-o a qualquer custo”. (Stein apud Franco, 1997, p.121)

A maioria dos fazendeiros de café teve sua existência dominada pelo signo da atividade econômica. O próprio arcabouço material, que ficou das velhas fazendas de café por eles construídas, é testemunho do quanto suas vidas estiveram atadas ao atributo de produtores, encontrando aí o seu sentido: não foram os lagos e os parques de uma paisagem de lazer que cercaram as suas moradas, mas os terreiros de café e as oficinas de trabalho, que quiseram sempre ter imediatamente à vista e sob controle direto.

Diante deste contexto de poder e dominação, a arquitetura tornou-se um dos elementos representativos do prestígio social, político e econômico do fazendeiro. Quando o café passa a gerar riquezas, a arquitetura afirma o poder do proprietário. Todo o complexo espacial produtivo foi reformulado aos moldes capitalistas. A casa-grande da fazenda ganhou ostentação e luxo. A casa da cidade transformou-se em palacete, tudo requintado, aos moldes franceses.

Implementaram-se melhorias tanto no meio urbano quanto no rural, tudo financiado pelo dinheiro do café, que proporcionou também a vinda de novos técnicos e novos materiais. Segundo Lemos, “a nova habitação deveria superar a velha em tudo, principalmente no que diz respeito à salubridade e ao conforto, apresentando compromissos com as questões de higiene e as estéticas vigentes na Europa”. (1999, p. 250)

Esse novo estilo de vida, de inspiração francesa, passou a ser introduzido em São Paulo no final do século XIX modificando as formas de morar e pensar da elite cafeeira. A solução arquitetônica e a decoração representavam o poder econômico, o gosto, o grau de informação e o cosmopolitismo de seu proprietário. (Benincasa, 2003)

Nessa perspectiva, vamos mais além e analisamos a arquitetura, não apenas como elemento representativo do poder econômico e cultural do fazendeiro do café, mas também como símbolo de dominação. Segundo Bourdieu, (2005) a dominação não ocorre apenas pela violência física, mas comumente pela violência simbólica, a qual por estar internalizada, não é visível, ou seja, ela ocorre e se reproduz de uma forma não manifesta. Neste contexto, a arquitetura entraria como uma forma de violência simbólica, a qual apesar de ser um elemento físico presente e visível, estaria envolvida por representações simbólicas que refletem o poder dos dominantes agindo de uma maneira coercitiva sobre os dominados, sem que estes muitas vezes a percebam.

A arquitetura é aqui considerada uma tecnologia do poder que além de garantir a vigilância externa, permite um controle interior, articulado e detalhado para tornar visíveis os que nela se encontram; ela é um operador para a transformação dos indivíduos, agindo sobre aqueles que abriga, dominando seu comportamento, reconduzindo até eles os efeitos do poder. (Foucault, 1987) Desta forma, ela estaria ideologicamente orientada para resolver os problemas de vigilância, sendo uma forma de se aplicar bem e facilmente o poder.

Nosso estudo constitui-se da análise da arquitetura e da dinâmica das relações sociais desenvolvidas na fazenda São Roberto, importante propriedade cafeeira do interior paulista, conforme veremos no decorrer do trabalho, tendo como recorte temporal de 1903 a 1955, período em que José Franco de Camargo assumiu a direção da propriedade devido o falecimento de seu pai Sabino Soares de Camargo. Analisamos ainda, as formas de materialização do poder nos espaços construídos, partindo do pressuposto de que a arquitetura é um instrumento de poder, ideologicamente orientado através do rol simbólico e coercitivo, para controlar, dominar e influir ativamente nas relações sociais nela desenvolvidas. Nosso objetivo, portanto, é compreender a linguagem simbólica do poder expressa na organização do espaço da fazenda São Roberto.

Para atingirmos o objetivo pretendido, a pesquisa se alimentou de material da época: jornais, memórias, almanaques, leis, depoimentos, fotografias, mapas, projetos arquitetônicos, formais de partilhas, cartas e documentos pessoais da família Camargo. Paralelamente, nos munimos de trabalhos já produzidos sobre o tema: monografias, dissertações, teses, artigos e livros, especialmente os textos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Para tal a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Um enigma chamado poder” passeamos pelas significações do poder; estabelecemos um diálogo entre Pierre Bourdieu e Michel Foucault que fundamentaram teoricamente nossa análise e definimos os elementos de construção do poder do fazendeiro José Franco de Camargo, por meio de documentos e relatos orais de membros da família e empregados deste fazendeiro. De acordo com Le Goff, “*Através da memória o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada*”. (1992, p. 423). Segundo Meihy (2000) Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos, elas podem ser individuais, sociais ou coletivas. Toda memória

teria, assim, índices sociais que a explicam. Dessa forma, a memória configura-se de lembranças que resultam das relações sociais estabelecidas entre o ser individual e o mundo. Vários elementos interferem na organização mnemônica, destes destacam-se o patrimônio cultural e os fatores biológicos. Para Maluf (1995, p. 29):

O trabalho de rememoração é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas. E é também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar...

A construção da memória, portanto, nunca é igual, mesmo que o entrevistado e o tema sejam os mesmos. Ao tentar organizar as lembranças e verbalizá-las, o indivíduo que “lembra” constrói um discurso particular, cujos conteúdos são organizados de forma particular quando rememorados. É a partir da história oral que se atribuiu à memória uma categorização para que esta possa atender a diversidade social. Cada abordagem traz sua especificidade. Há memória operária, memória de mulheres, memória de velhos. Para falar de memória é preciso definir a categoria. Neste artigo a memória utilizada e analisada será a de velhos, os quais segundo Eclea Bosi “*são os guardiões da memória*” (1983, p.02).

Por meio dos relatos usados neste capítulo pode-se aferir uma análise de um contexto social a partir de pontos de vista dispares, mas complementares. O foco de análise não é perpetuar a história oficial celebrativa, mas sim trazer a tona um ponto de vista, construir a representação que os entrevistados fazem de José Franco de Camargo.

No segundo capítulo, traçamos algumas considerações sobre a arquitetura, apontamos leituras sobre as funções e os significados desta, sendo ela considerada no decorrer do trabalho um instrumento de manutenção e representação do poder. Adentrando em nosso objeto analisamos o casarão e seu entorno e o uso dos espaços pela família cafeeira. Lembrando o pressuposto de que a arquitetura é um instrumento para a manutenção e legitimação do poder de José Franco de Camargo. E no terceiro capítulo, apresentamos o cotidiano na fazenda São Roberto, demonstrando as relações de poder ali desenvolvidas, tendo como fundamentação teórica obras que retratem as relações sociais desenvolvidas neste período, as entrevistas realizadas e os livros diários da fazenda. Nosso objetivo foi desvendar a relação entre patrão e empregado na lida diária e conhecer a habitação e demais espaços de uso dos trabalhadores.

CAPÍTULO 1

Um enigma chamado poder

A chave central de nossa pesquisa está na análise da relação entre arquitetura e poder em uma propriedade cafeeira no final do século XIX. Partindo do pressuposto de que a arquitetura é instrumento de poder, construímos um referencial teórico que aborda o tema proposto, e trabalhamos com autores que além de definir poder apontaram também os instrumentos para a legitimação deste. Assim, como Pierre Bourdieu, que tentou apreender o poder onde ele se deixa ver menos, onde é ignorado e imperceptível e como Foucault que o definiu como algo que se exerce por meio de tecnologias e instrumentos de poder, que não está aqui ou ali, que é algo que se exerce, buscamos apreender formas “invisíveis” de poder e os instrumentos usados para sua legitimação.

Para tal, abordamos neste capítulo, no primeiro tópico, conceitos de poder elaborados por alguns teóricos; no segundo tópico nos centramos em Michel Foucault e Pierre Bourdieu, estudiosos, que em meio a variados temas de pesquisa se engajaram também em desvendar o significado do poder, cujas teorias serviram como instrumentação teórica metodológica para a nossa análise. Nossa intenção neste capítulo foi abordar teorias que desmistificaram a definição dada pelo senso comum ao conceito de poder e em conhecer um de seus instrumentos, que no caso é a arquitetura, propondo formas de compreendê-la. Um enigma a ser decifrado, dentro de um espaço delimitado, no caso a Fazenda São Roberto, foi nosso principal objetivo. Abordamos também neste capítulo os elementos de construção do poder do fazendeiro José Franco de Camargo.

Embora nossa pesquisa esteja pautada essencialmente nos conceitos formulados por Michel Foucault e Pierre Bourdieu, é importante ressaltar que em contextos históricos e espaciais distintos vários teóricos debruçaram-se sobre este tema e por isso, apresentamos um apanhado destas definições a fim de fundamentar as análises.

Discutir poder, principalmente na área das Ciências Sociais, é debruçar-se sobre um arsenal teórico vasto. Muitos pesquisadores discutiram e definiram o tema,

pensaram na sua forma de atuação, legitimação, reprodução e até mesmo aniquilação.

Segundo definição dada pelo dicionário de Ciências Sociais, organizado por Benedicto Silva: “poder em sentido mais amplo, designa a capacidade de produzir determinada ocorrência ou a influência exercida por uma pessoa ou um grupo, através de qualquer meio, sobre a conduta alheia”. (1986, p. 907) Esta definição aproxima-se daquela formulada por Max Weber, que conceitua o poder como a capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos ou ainda como a capacidade de fazer com que aconteça aquilo que a pessoa quer, a despeito de obstáculos, resistência ou oposição (Weber, 1947)

Ao contrário de Weber, Karl Marx relacionou o conceito de poder às classes sociais e aos sistemas sociais e não aos indivíduos. Marx argumentava que o poder tem origem nas relações desenvolvidas na sociedade e na posse e controle dos meios de produção pela classe dominante. Desta forma, o poder não reside nas relações entre os indivíduos e sim nas relações de dominação e subordinação que se estabelecem entre as classes sociais, as quais se norteiam pelas relações de produção.

Poder por Michel Foucault e Pierre Bourdieu

Neste tópico, nosso objetivo concentra-se no diálogo que pretendemos estabelecer entre o professor, como ele mesmo se intitulava, Michel Foucault¹ e o sociólogo Pierre Bourdieu, elencados neste trabalho como referenciais teóricos fundamentais para a compreensão do propósito aqui estabelecido, ou seja, a apreensão do poder no espaço construído e nas relações sociais desenvolvidas na fazenda São Roberto.

Michel Foucault não formulou, ao longo de sua trajetória acadêmica, propriamente uma teoria sobre o conceito de poder. Para ele, não existia algo unitário e global chamado poder e sim formas díspares e heterogêneas; o poder para ele não deveria ser entendido como algo natural, e sim como prática social e, como tal, constituída historicamente. (Machado, 1979)

Ao contrário do que Thomas Hobbes² defendeu, Foucault não via sinonímia entre Estado e Poder, mas defendia a existência de variadas formas de poder que são independentes ou não do Estado. Seu objetivo era captar essas formas em suas concretudes:

¹ Foucault em “Verdade, poder e si”: *Não sou um escritor, nem um filósofo, nem uma grande figura da vida intelectual: sou um professor*. Verité, pouvoir et soi. (entretien avec R. Martain, Université du Vermont, 25 de octobre 1982). Traduzido a partir de Foucault, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV, pp. 777-783, por Wanderson Flor do Nascimento.

² Ver Hobbes, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (Foucault, 1979, p.12)

Foucault analisou este nível molecular de exercício do poder, sem partir do centro para a periferia. Não minimizou o papel do Estado e sim se colocou contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder ou que a rede de poderes das sociedades ditas modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado. Ele enfatizou as especificidades das variadas formas de poder. Um bom exemplo dado pelo autor sobre a existência nas sociedades capitalistas de várias formas de poder é a variação de papéis representados pelos atores sociais, um operário está sob o poder do patrão na fábrica, mas em sua residência é quem exerce o poder sobre sua família.

Estudou o poder, não como uma dominação global e centralizada que se pluralizou, se difundiu e repercutiu nos outros setores sociais de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. (Machado, 1979)

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. (...) O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não (...) Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder (...) Poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. Funciona como uma máquina social. Não é um objeto, uma coisa, e sim uma relação. (Foucault, 1979, p.15)

O poder possui produtividade, riqueza estratégica e positividade, por tais motivos, seu alvo é o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo e, neste sentido, atender às características acima elencadas. Eis, um dos principais pontos da teoria foucaultiana, a função do poder, o adestramento. “Domesticar as massas eis a função do poder”. (Foucault, 1979, p.16)

A forma de poder descrita pelo autor é aquela usada em espaços que mantêm indivíduos sob supervisão como hospitais, prisões, fábricas e escolas. Nesses espaços se faz uso de uma tecnologia própria de controle. A esse tipo de poder chamou de disciplina ou poder disciplinar.

Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram as sujeições constantes de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade. É o tipo de poder que fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista. (Foucault, 1979, p.17)

Esse tipo de homem, necessário a manutenção e desenvolvimento da sociedade capitalista é aquele homem não pensante, sem rosto, sem identificação, aquele que ao mesmo tempo está imerso nas massas e se tornando cada vez mais indivíduo. Este homem não se rebela, não critica, não se revolta, apenas trabalha para a manutenção da sociedade em que vive. É exatamente para criar este tipo de homem que surgiu o tipo de poder de que trata o autor.

Esse tipo de poder que tem como alvo os corpos e seus atos é o que o autor denomina de poder disciplinar que não destrói o indivíduo, mas o fabrica. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho. Ele se exerce por meio da vigilância e por meio de um sistema minucioso de coerções materiais. Foi essa **mecânica do poder**³ que o autor buscou analisar.

³ Grifo Nosso.

O tipo de poder analisado por Foucault, surgiu no final do século XVIII, momento em que se descobriu ser mais eficaz e mais rentável, vigiar do que punir.

No ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir nos seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. O século XVIII encontrou um regime sináptico de poder, de exercício no corpo social, e não sobre o corpo social. (Foucault, 1979, p.131)

Foucault o definiu (1979, p.175):

Poder não se dá, não se troca nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação (...) poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

Na tentativa de apreender o “como” desse poder, Foucault afirmou que (1979, p.182)

trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.

Como podemos observar o autor buscou compreender o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício, onde ele se implantou e produziu efeitos reais. Ao invés de questionar como o soberano ocupou o topo da hierarquia, é preciso compreender, como foram constituídos, progressiva, material e realmente os súditos, a partir das multiplicidades dos corpos, das forças, das energias, das máquinas, dos desejos, dos pensamentos.

O poder deve ser analisado como algo que está em constante movimento, que circula e funciona em cadeia e não como algo isolado. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem.

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação (...) o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 1997, p. 184).

Na intenção de compreender a mecânica de funcionamento desse poder inapropriável, Foucault deu suma importância à maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis menos visíveis; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam. Por tal motivo, ele parte do micro-sistema, analisa historicamente como os mecanismos de poder funcionaram.

Percebemos que, para Foucault, o poder está inserido em diversos campos, ele se exerce e se impõe por meio do que ele denomina de tecnologias do poder. Um exemplo de tecnologia utilizada para a manutenção e exercício do poder é a arquitetura, um tipo de comunicação não verbal, que codifica em suas paredes discursos ligados ao manejo do poder, a qual será analisada ao longo do trabalho. Outra tecnologia apontada pelo autor é a disciplina – “as disciplinas obscuras e silenciosas trabalham em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder” (1979, p.188).

Outro teórico com afinidades com Michel Foucault é Pierre Bourdieu. Ambos trataram de questões relacionadas direta e indiretamente ao poder, o qual para eles é produto das relações sociais e não uma qualidade inerente a elas. Para os dois sociólogos, o poder em geral, está oculto nas formas não-questionadas de ver e descrever o mundo. Eles concordam também com a idéia de que o exercício do poder não precisa ser consciente ou o resultado de tomadas de decisões implícitas (Stevens, 2003).

Pensando a sociedade como um espaço relacional, isto é, um espaço onde os indivíduos estão a todo tempo envolvidos em algum tipo de relação, a problemática teórica dos escritos de Bourdieu repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade. (Ortiz, 1983)

O objetivo do autor é superar e ir além das perspectivas fenomenológica e objetivista, já que a primeira parte da experiência do indivíduo, e a segunda constrói relações objetivas que estruturam as práticas dos indivíduos. As duas teorias, para Bourdieu, radicalizam ao delegarem ou ao ser social ou a estrutura social a organização e a praticidade da sociedade, para ele é necessário articular dialeticamente o ator social e a estrutura social.

Nessa perspectiva, Bourdieu, salienta a importância da construção de uma teoria da prática e recupera a velha idéia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado. (Ortiz, 1983) O autor reinterpreta essa idéia construindo uma de suas principais ferramentas: o conceito de *habitus* e assim o define:

Sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas. (Bourdieu, 1983)

Este conceito pode ser entendido como um *constructo* que une psicológico e social e se resume em conhecimento adquirido, um haver, um capital. De acordo com Stevens, *habitus* é um conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinadas maneiras e é o produto final do que se costuma chamar de socialização ou “enculturação”. (2003, p. 71)

Para compreender o *habitus* o autor o vincula a prática, a qual, segundo ele se define como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*, isto é, o

habitus enquanto sistema de disposições duráveis é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais. Por meio da adequação entre o *habitus* e a situação do ator social, Bourdieu funda uma teoria da prática que deve levar em conta tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade. O espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas é denominado pelo autor como Campo, o qual deve ser entendido como, o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. (Bourdieu, 1983)

Os campos se sobrepõem uns aos outros e são entendidos por Bourdieu como um local de luta, em que os indivíduos competem pelo controle dos recursos e capitais específicos ao campo ao qual pertencem. Exemplos de campos: campos científicos, campos religiosos, campos econômicos, campos da cultura, etc.

O campo se particulariza, como um espaço onde se expressam relações de poder e é estruturado a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente ocupa em seu seio. (Ortiz, 1983) Este *quantum* é denominado por Bourdieu como “capital social”.

Como podemos observar, o *habitus* é construído histórico e socialmente, determinado pelas relações que norteiam a vida dos indivíduos desde o nascimento. Este *habitus* seria para Bourdieu, o determinante do tipo de campo ao qual o indivíduo pertence e irá competir para aprimorar seu capital social. O conceito de capital social, pode ser entendido como a quantificação daquilo que o indivíduo é possuidor em determinado campo e é este capital social o responsável pela sua estruturação. A estrutura do campo é organizada entre os dominantes e os dominados. Os primeiros são aqueles que possuem maior quantidade de capital social e os segundos aqueles desprovidos ou com menor quantidade deste. Exemplo: o campo científico se caracteriza pelo embate em torno da autoridade científica, as autoridades deste campo são os detentores da maior quantidade de capital científico, cultural.

Nas palavras de Pierre Bourdieu capital social é definido como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão, ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de

propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes. (2001, p. 67)⁴

⁴ Grifos do autor.

O volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode mobilizar e o volume do capital econômico, cultural ou simbólico que é posse exclusiva daquele a quem está ligado. (Bourdieu, 2001)

Como podemos observar, a caixa de ferramentas⁵ de Pierre de Bourdieu é formada por diversos conceitos que visam explicar o funcionamento da sociedade, mais precisamente compreender a forma de repressão de uns sobre outros e apreender os instrumentos para a legitimação desta. Sua preocupação são os mecanismos que geram, mascaram e perpetuam a dominação, a qual é fortemente influenciada pelo o que ele denomina, de meios simbólicos.

⁶ Nome dado por Garry Stevens (2003) ao conjunto de conceitos elaborados por Pierre Bourdieu para analisar a sociedade.

Ele (Bourdieu) procura revelar a contribuição específica das formas simbólicas para a construção das desigualdades, ao mascararem suas raízes políticas e econômicas, e como a cultura reproduz as estruturas sociais que mantêm a desigualdade (Stevens, 2003, p. 61).

Bourdieu atribui o bom funcionamento dos meios simbólicos como instrumentos de dominação à sua inteligibilidade, ou seja, eles funcionam bem, porque são mal percebidos. Muitas práticas sociais são consideradas naturais, objetivas e não percebidas como promotoras dos interesses de alguns membros em detrimento de outros. A cultura é usada para reforçar o sistema de estratificação e o efeito final desse processo é que os símbolos e a cultura são usados para perpetuar o sistema de classes existente (Stevens, 2003). Como podemos perceber, para Bourdieu, os sinais e as práticas culturais são instrumentos para a manutenção dos privilégios de certos grupos.

Bourdieu relaciona ainda o conceito de habitus a uma “estrutura estruturada” já que o compreende como uma internalização das estruturas do mundo social. O esquema seria o seguinte: as estruturas sociais são internalizadas pelo habitus que regula as práticas dos agentes. Ele (habitus) é a junção das condições materiais e simbólicas dos indivíduos.

Com o intuito de compreender a forma como a dominação se legitima e se internaliza nos corpos dos indivíduos sem que estes a percebam como arbitrária o autor buscou

também apreender o poder, sua intenção era desmascarar como o poder é exercido, quem o exerce e em benefício de quem.

Assim como Foucault, Bourdieu considera inadequada a definição usual anglo-americana de poder como controle. Para ele, poder é a capacidade de impor uma definição específica da realidade que é desvantajosa para outros. O tipo mais conhecido de poder é a força física, que é utilizada por um pequeno número de grupos. Por ser ineficiente a maioria das sociedades delegam ao Estado o monopólio do uso da violência física. Outro tipo de poder é o econômico, considerado pela teoria marxista, como a força estruturante da sociedade capitalista, ou seja, o capital econômico determina a posição social dos indivíduos.

Bourdieu amplia as teorias marxistas, mostrando que não se pode delegar ao poder econômico o status de estruturador da sociedade, pois existe uma terceira forma de poder, mais potente e onipresente, o poder simbólico, que envolve a manipulação de símbolos, de conceitos, idéias e crenças, para alcançar seus fins. O autor assim o definiu:

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo (...) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao seu efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (Bourdieu, 2001, p.14)

Bourdieu trabalha com o conceito de poder simbólico, definido por ele como aquele “poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão subordinados ou mesmo que o exercem”. (Bourdieu, 2001, p.7)

Para a apreensão desse tipo de poder é necessário analisar as “formas simbólicas” as quais são definidas por Émile Durkheim (1978) como formas sociais, arbitrárias e socialmente construídas. Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos são estruturados, construídos socialmente, por tal motivo exercem um poder estruturante.

Os símbolos são instrumentos de integração social e enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (Bourdieu, 2001, p.10)

Bourdieu confere ao poder simbólico a manutenção da ordem social estabelecida, já que é considerado pelo autor como um poder de construção da realidade (2001, p. 9). Se partirmos para a análise da estrutura da sociedade, nível mais elevado da sociedade, para apreender onde o poder simbólico atua descobriremos que seu campo de atuação é o cultural. O autor defende a idéia de que o campo cultural age para legitimar e reproduzir a estrutura de classes da sociedade. Assim como a maioria dos sociólogos, Bourdieu acredita que a estrutura de classes da sociedade é iníqua, já que garante privilégios a quem não merece e nega para alguns aquilo que poderia lhes pertencer. Como podemos observar, seu trabalho sociológico tem a intenção de desmascarar os mecanismos por meio dos quais isso acontece.

Um dos mecanismos de legitimação desse poder é o que o autor nomeia de violência simbólica e defini como: “o poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (2001, p.12). Pela violência simbólica é possível obter-se o que teria de ser obtido pela força. A essência deste conceito consiste na habilidade de convencimento que o grupo dominante possui para impor seu poder como algo que assim deve ser. Sua característica principal é não ser percebido como poder *per se*, mas como um direito legítimo de fazer exigências aos outros (Stevens, 2003).

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (...) é uma violência doce, quase invisível. (Bourdieu, 2005, p.47)

O poder simbólico, por meio de seu principal instrumento, a violência simbólica, age silenciosamente para a manutenção da ordem social. Ele é usado pelas classes dominantes para manter sua dominação. Os dominados não o reconhecem como algo arbitrário e sim como algo natural. O poder simbólico consegue obter aquilo que somente o poder econômico e físico não conseguiriam. Vejamos um exemplo: Na estrutura de classes da Europa Medieval, a organização social era legitimada pela ordem espiritual e desta forma as hierarquias eram tidas como algo natural, divino. Ter nascido um camponês era aceitar essa condição sem questionamentos, era

viver servindo aos nobres, aceitando a condição social que lhe foi destinada. Podemos então considerar que o que consegue legitimar o poder simbólico é o *Habitus*.

Assim como o poder econômico deriva da posse de capital econômico, o poder simbólico deriva da posse de capital cultural, o qual pode ser adquirido por meio de instituições formais (capital cultural institucionalizado); pela posse de bens simbólicos, como obras de arte (capital objetivado); por meio das relações sociais (capital social) e pelo simples fato de se ser culto (capital cultural corporificado). Este último está especificamente relacionado ao conceito de *habitus*.

A importância e eficácia do poder simbólico consistem na necessidade da posse do capital cultural para o “consumo” dos bens simbólicos, ou seja, é necessário ser possuidor de esquemas mentais corretos de apreciação e compreensão, pois os símbolos são sempre códigos de um tipo ou outro e devem sempre ser decodificados. Um exemplo: um contador, ao olhar para uma casa projetada por Eisenman, vê algo muito diferente do que um arquiteto (Stevens, 2003).

Os símbolos verbais ou não-verbais que designam a posição simbolicamente dominante (do homem, do nobre, do chefe etc) só podem ser compreendidos (tal como as insígnias militares, que se tem que saber ler) pelas pessoas que aprenderam a decifrar seu “código”. (Bourdieu, 2005, p.45)

Como podemos perceber, Bourdieu lançou mão de um arsenal teórico imbuído de alguns conceitos como: campo, *habitus*, poder simbólico e violência simbólica, com a intenção de compreender a sociedade, mais especificamente a internalização da dominação no corpo. Em suma, seus conceitos fornecem instrumentos fundamentais, aos sociólogos, que têm como premissa a elucidação da dominação.

Vimos também que tanto Bourdieu como Foucault, se preocuparam com o poder, ambos o definiram como um produto das relações sociais, que está oculto nas formas não questionadas de se ver e descrever o mundo. Eles também concordariam que o exercício do poder não precisa ser consciente. Para os dois o poder deve ser analisado onde ele se deixa ver menos. Concordam também na existência e uso por parte dos dominantes de mecanismos e instrumentos de poder, nessa perspectiva os símbolos assumiriam papel de instrumentos de legitimação de poder. Dentre os inúmeros símbolos de poder que os dominantes, no caso a elite cafeeira, usaram para expressar

seu poderio e legitimizar sua dominação damos destaque à arquitetura que será abordada no capítulo seguinte.

Elementos de construção do poder de um fazendeiro de café

Na introdução deste trabalho nos propusemos a analisar a relação entre arquitetura e poder na fazenda São Roberto no período de 1903 a 1955, no qual José Franco de Camargo gerenciou a propriedade. Para realizar tal tarefa, tratamos o objeto sem perder a contextualização histórica, partindo da análise macro para o contexto micro, no caso a fazenda São Roberto, e os atores sociais que lhe dão vida, por meio de revisão teórica, documentos históricos e relatos orais. Em seguida, de posse da nossa caixa de ferramentas, identificamos os elementos simbólicos ou não que configuram poder a esse fazendeiro.

Em meados do século XIX, período em que a sociedade brasileira borbilhava em meio às transformações sociais e inquietações políticas, o projeto republicano paulista tinha como meta a construção de uma sociedade civilizada, em que os homens fossem moldados para o trabalho e para o exercício da política. Segundo Emília Viotti da Costa, o poder político neste período estava concentrado nas mãos da aristocracia rural do Vale do Paraíba e do Nordeste. Enquanto o café avançava em direção ao Oeste Paulista, esses fazendeiros que passavam a constituir uma elite poderosa, do ponto de vista econômico, viam-se aliados do poder político. O desenvolvimento da cafeicultura do Oeste Paulista está relacionado com a receptividade que as idéias republicanas obtiveram em São Paulo. Ainda segundo



Figura 1 - Sabino Soares de Camargo e sua esposa Antonia da Silveira Franco, pais de José Franco de Camargo. Final do Século XIX. Fonte: Acervo Família Camargo.

Costa, era para os fazendeiros que o Partido Republicano Paulista (PRP) dirigia suas vistas, pois os elementos da lavoura representavam a força política da província.

Para Araci Galvão Salles (1986), os propósitos do PRP iam além dos apontados por Viotti, pois queriam o consenso da classe para realização de seu projeto hegemônico, por tal motivo ela analisa a relação do pensamento republicano com a prática desses membros, principalmente no que se refere à abolição e a política imigrantista.

O novo Oeste era identificado como o setor de vanguarda da cafeicultura. Como seu desenvolvimento

coincide com a promulgação da Lei de 1871, tornou-se desinteressante o investimento em escravos. Os fazendeiros dessa região passaram a organizar uma política imigrantista, lutando pela imigração subvencionada pelo Estado e subordinada aos interesses da grande lavoura. No caso da fazenda São Roberto, em São Carlos, isto já pode ser percebido em 1872 quando Sabino Soares de Camargo, pai de José Franco de Camargo, introduz o trabalho livre em uma de suas propriedades sob o regime de parceria, contratando João Galdino de Toledo. O contrato era estabelecido conforme as seguintes cláusulas:

Artigo 1 – Sabino contratou João Galdino para trabalhar e colher de 2.000 pés de café e tratar de 1.500 a 1.600 pés de café tirar as formigas de todos quando a haja. Artigo 2 – Trazer o café limpo. Artigo 3 – Depositar o café colhido no lugar que lhe for designado. Artigo 4 - No fim do mês de janeiro de cada ano receberá João Galdino de Toledo, quinhentos réis por cada alqueire de café que for colhido, e a quantia de cinco réis por cada um dos 1.500 ou 1.600 pés de café que te obriga a tratar conforme o artigo 1. Artigo 5 – Sabino Soares de Camargo dará ao mesmo Toledo um alqueire de terras em lugar que lhe for designado para suas plantações. Artigo 6 – Sabino pago neste dia a quantia de oitenta mil réis à Galdino o restante será pago conforme já explicitado neste contrato. O contratado concorda com todas as cláusulas / condições do contrato, ficando ainda obrigado a não desistir do contrato. (1872)

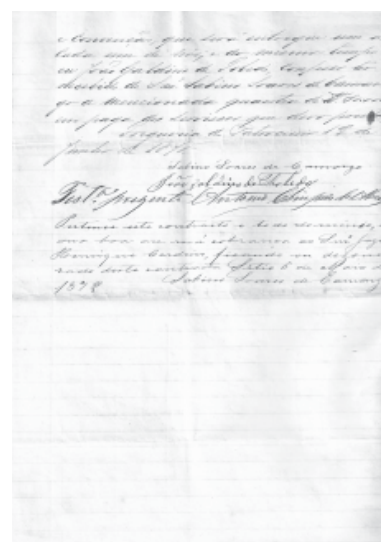
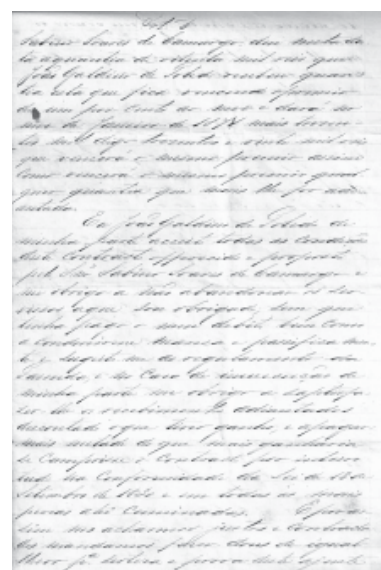
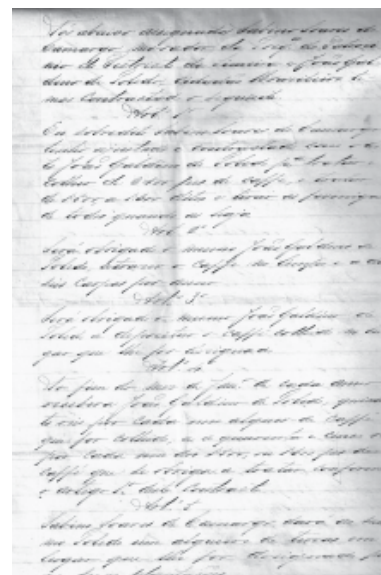


Figura 2 - Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Galdino de Toledo, 1872. Fonte: Acervo Família Camargo.

O rápido crescimento da agricultura cafeeira acompanhada de sua caminhada geográfica – a marcha para o Oeste Paulista – está imbricado às modificações ocorridas no nível das relações de produção. A substituição do trabalho escravo pelo livre, a mecanização das operações de beneficiamento de café, a construção de estradas de ferro, indispensáveis ao escoamento da produção, criaram condições para que o café fosse o centro propulsor do desenvolvimento capitalista no Brasil. (Salles, 1986)

Nesse contexto é que se desenvolve um novo perfil de lavrador, detalhado por Celso Furtado e Emilia Viotti:

A nova classe [fazendeiros de café] dirigente formou-se numa luta que se estendeu numa frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da propriedade, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (Furtado, 1976)

O fazendeiro do oeste paulista distinguia-se pelo espírito progressista: procurava aperfeiçoar os métodos de beneficiamento do café, tentava substituir o escravo pelo imigrante, subscrevia capitais para ampliação da rede ferroviária e para a criação de organismos de crédito. Era um pioneiro, ativo e empreendedor. (Viotti, 1989)

As melhorias advindas com o desenvolvimento do transporte ferroviário e com a implantação de técnicas agrícolas afetaram significativamente o comportamento dos proprietários agrícolas. Segundo Sérgio Silva (1976), à medida que eles eram envolvidos na maior complexidade da economia e do capital cafeeiro, eram obrigados a ultrapassar os limites da organização e direção das fazendas; passaram a acumular as tarefas de compradores da produção dos demais proprietários rurais, exercendo a função de banqueiros e financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seus equipamentos.

Para Salles, (1986) “a diversificação de empreendimentos econômicos em que se envolveram os homens ligados a cafeeira do Oeste Paulista foi fruto da dinamização da economia decorrente do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira durante o último quartel do século XIX” . Desenvolvimento este compatível ao ideário do Partido Republicano, principalmente no que se refere

à ala mais liberal do partido, que via na República a melhor garantia para manutenção da paz e da ordem, para o desenvolvimento fecundo do trabalho, para a criação da riqueza e de bens morais que, acumulados constituem o cabedal de uma nação. Os republicanos legitimavam sua posição no quadro político da época como os únicos capazes de satisfazerem as diferentes e novas condições impostas pelo social.

Segundo bibliografia corrente, a Proclamação da República foi um acontecimento histórico complexo que pode ser interpretado de diferentes maneiras. Um dos consensos gerais é de que a República era uma aspiração nacional. Com a fundação do Partido Republicano em 1870, os descontentamentos da população que podem ser verificados nos movimentos revolucionários ocorridos até então, ganharam nova roupagem e o movimento em prol da república tornou-se o fim diante das transformações que vinham se operando na sociedade neste período, tais como: a decadência das oligarquias tradicionais ligadas a terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras e a campanha pela federação, elementos estes que, segundo Emíli Viotti, (1989) serviram para minar a monarquia.

Podemos advir que a República resultou da aliança entre: os grupos ativos da classe média e os representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial, o que demonstra que os senhores do café mais conservadores não compartilhavam dos ideais republicanos, tendo em vista que perderiam todos os privilégios garantidos a eles pelo Império. Pode-se dizer que os fazendeiros que aderiram ao movimento republicano apresentavam diferenciais em relação à elite cafeeira conservadora, seus objetivos eram outros em face àquelas transformações ocorridas na sociedade brasileira.

No final do século XIX o republicanismo espria-se pelas cidades e fazendas de São Paulo encontrando ai leito para engrossar e crescer. A República ocorreu por duas vertentes, segundo Raimundo Faoro (2004), de um lado a corrente urbana, composta dos políticos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial; de outro, tenaz, ascendente, progressiva, a hoste dos fazendeiros, os quais ao contrário dos primeiros se alistaram à nova bandeira com caracteres socialmente conservadores.

O oeste paulista será uma réplica do Vale do Paraíba, réplica em novos moldes, sem a adoção servil do clichê do engenho de açúcar. A corrida do café rumo ao oeste paulista far-se-ia em concorrência ao trabalho livre, primeiro no fugaz regime de

parceria, depois mediante salário. Embora escravista a fazenda do oeste paulista não se tornou essencialmente escravista. (Faoro, 2004)

A mescla entre o trabalho livre e o trabalho escravo também ocorreu na fazenda São Roberto, verificada a partir dos contratos de trabalho livre (1872) e escrituras de compra e venda de escravos (1877 e 1879) realizados por Sabino Soares de Camargo. Enquanto contratava trabalhadores livres Sabino investia ainda em escravos demonstrando empiricamente nesta propriedade o que vinha ocorrendo nacionalmente em algumas fazendas de café que, apesar de escravistas, não eram essencialmente escravistas, ou seja, empregavam mão-de-obra escrava e assalariada concomitantemente, como assinalou Raymundo Faoro. O contrato ficou assim estabelecido:

Contracto de Locação de Serviços

Nós abaixo assignados como locatário Sabino Soares de Camargo, e, como locador Innocencio Alves da Silva, brasileiro, residente neste município accordarão e ajustarão um contrato de locação de serviços registrado pelas condições seguintes, digo neste estipuladas, e sob as disposições e império da lei de 13 de setembro de 1830, a qual sujeitão-se: 1- O locador Innocencio Alves da Silva obriga-se a tratar na fazenda da lavoura do locatário Sabino Soares de Camargo denominada São Roberto, de trez mil pés de cafeeiros já plantados e que lhe designar o locatário, pelo prazo de trez annos contados da data deste contracto, e dar no terreno occupado por esses cafeeiros tantas quantas (...) forem necessárias para as conservar sempre em terreno limpo de hervas ou mattos estranhos a esses. Mediante a indenização de cincoenta mil réis por anno, e por mil pés de cafeeiros que tratar, que lhe pagara no fim de cada anno o locatário, como recompensa desses serviços. 2- O locador no terreno occupado por esses trez mil pés de cafeeiros, só poderá plantar milho em uma só linha por meio de suas ruas (...). 3- O locador não poderá abandonar esses serviços que toma a seu cargo; e nas vagas que tiver trabalhará em outras (...) pelo preço que convencionarem. 4- Se o locador infringir qualquer clausula acima deixando de acudir aos serviços estipulados ou ao chamamento por outros serviços que o locatário lhe designar, pagará dois mil réis diários para por cada operário ou trabalhador que o locatário empregar em seu lugar nesses serviços. 5- O preço convencionado para o tratamento dos cafeeiros serão pagos annualmente, ajustando no fim de cada anno as contratantes as suas contas: as quantias adiantadas que excedem o sei total de cem mil réis pagará o locador os juros de

um por cento ao mez (...). O que ganhar o locador por fora do tracto dos cafeeiros o locatário lhe pagará findo o serviço. 6- As contas constarão de uma caderneta em poder do locador, e na falta desta os livros do locatário, nem (...) outra prova será admittida para o ajuste de contas. 7- O locador se reconhece devedor da quantia de quarenta mil réis, 40.0000, que adiantadamente recebeu do locatário nesta dacta. 9- O locador obriga-se a cobrir os cafeeiros para os resguardar da acção da secca e geada, fazendo as cobertas em 15 de maio e a descobri-la em setembro de cada anno (...). 10- O locatário se por ventura o terreno dos cafeeiros não for sufficiente dará outro ao locador para fazer a plantação de milho e arroz só para sua subsistencia. E por assim haverem acordado e contratado mandarão passar este que vai assignado arrego ao locador por não saber escrever. (São Roberto, 8 de fevereiro de 1880).

Enquanto contratava trabalhadores assalariados para a lavoura, Sabino Soares comprava escravos, conforme vemos nas escrituras de Compra e venda de escravos, demonstrando o que realmente acontecia no período em questão, ou seja, mesmo os fazendeiros ávidos por transformações não deixavam de ser escravistas.

Escritura de compra e venda que fazem José Vicente de Araujo a Sabino Soares de Camargo, da escrava de nome Vicentina pela quantia de um conto setecentos e noventa mil réis. (...) De um lado como outhorgante vendedor José Vicente de Araújo e do outro como outhorgante comprador Sabino Soares de Camargo,

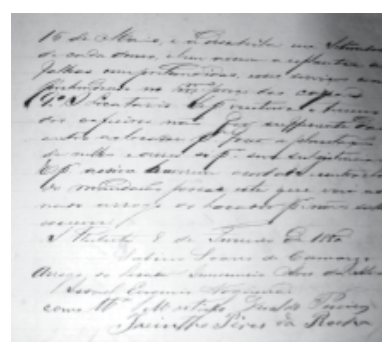
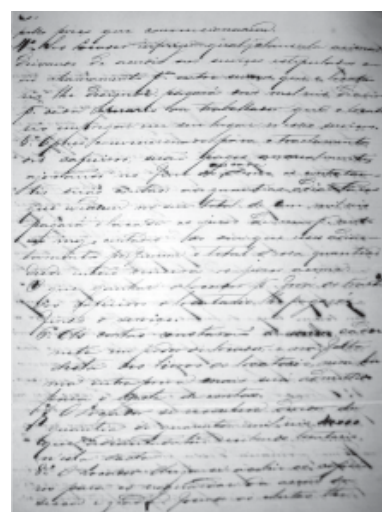
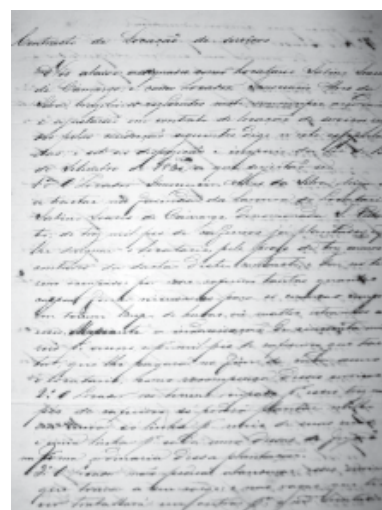


Figura 3 - Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Innocencio Alves da Silva, 1880. Fonte: Acervo Família Camargo.

sendo o primeiro possuidor da Escrava Vicentina, preta, de dezenove anos de idade, solteira, cozinheira, matriculada em trez de setembro de 1872, na coletoria de Batatais, Provincia de São Paulo, sob numero de ordem 540 na matricula geral do município de Batatais e sob o numero um da relação apresentada por Joaquim Augusto da Cunha e Silva, sob o numero cento e um, conforme matricula apresentada (...) pela presente fica acordada a venda da escrava Vicentina, que segundo o comprador será realizada com o pagamento de um conto setecentos e noventa mil réis, em dinheiro corrente do Império que lhe dão quitação e lhe cede todo direito e senhorio sob a escrava. (...) São Carlos do Pinhal, quinze de outubro de 1877.

Handwritten text in cursive script, likely a portion of the contract document. The text is dense and difficult to read due to the cursive style.

Handwritten text in cursive script, likely a portion of the contract document. The text is dense and difficult to read due to the cursive style.

Handwritten text in cursive script, likely a portion of the contract document. The text is dense and difficult to read due to the cursive style.

Handwritten text in cursive script, likely a portion of the contract document. The text is dense and difficult to read due to the cursive style.

Figura 4 - Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Galdino de Toledo, 1872. Fonte: Acervo Família Camargo.

Compra e venda de Escravos. Tabelionato da cidade de São Carlos do Pinhal. Primeiro traslado de uma escritura de compra e venda de escravos, lavrada no livro de notas número 11, às folhas 13/15, como abaixo se declara, 1879.

Tabelionato da Cidade de São Carlos do Pinhal
de compra e venda de escravos lavrada no livro de notas número 11, às folhas 13/15, em 11 de maio de 1879.

1879
15 de maio
São Carlos do Pinhal

Figura 5 - Escritura de Compra e venda de escravos 1879. Fonte: Acervo Família Camargo.

Escritura de Compra e venda que fazem Manoel Cândido de Oliveira Guimarães e Joaquim José de Faria à Sabino Soares de Camargo dos escravos de nomes Innocencia, Pedro, Elias e Flora pela quantia de Reís, sete contos e trezentos mil réis. Saibam quantos este público instrumento de escritura publica de compra e venda dos escravos de nome Inccencia, Pedro, Elias e Flora virem, que no anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e nove, aos quinze dias do mês de outubro do dito anno, nesta Villa de São Carlos do Pinhal em meu cartorio comparecerão partes entre si justas e contratadas, de um lado como outhorgantes e vendedores Manoel Cândido de Oliveira Guimarães e Joaquim José de Faria morador de Caetité província da Bahia e aquelle deste município (...) e de outro lado como outhorgante comprador Sabino Soares de Camargo morador também neste mesmo município (...) por eles outhorgantes vendedores foi dito que sendo seus constituintes senhores e possuidores livres e desembaraçados dos escravos de nomes: Innocencia, de cor preta, de 13 anos de idade, solteira, filha de Paulina, aptidão para o trabalho boa, matriculada no município de Monte Alto, Provincia da Bahia, em nove de setembro de 1872, sob o numero 2078 de ordem na matricula geral do município e seis da relação; Pedro, pardo, com 16 anos de idade, solteiro, filho natural de Maria, liberta, capaz de qualquer trabalho de roça, matriculado no município do Rio de Contas, Provincia da Bahia em quinze de junho de 1872, sob o numero 1791 da matricula geral do município e 5 da relação conforme certidões (...) cujos escravos é pertencente ao primeiro outhorgante vendedor. Elias, pardo, de doze annos, solteiro, lavrador, matriculado no município da Barra, Provincia da Bahia, em vinte e um de maio de 1872, sob o numero 230 de ordem na matricula geral do município e Flora, de vinte annos, preta, solteira,, de lavoura, matriculada no município de Urubi, Provincia da Bahia, em trez de agosto de 1872 sob o numero 304 de ordem na matricula geral do município, conforme certidão (...) pertencentes ao segundo outhorgante nomeado. De cujos escravos vendido ao outhorgante comprador Sabino Soares de Camargo, pela quantia de sete contos e trezentos mil réis, que fazer esta receberão em dinheiro corrente do Império que lhe dão quitação e lhe cede todo direito e senhorio que até hoje tinha em ditos escravos, para que goze como seus que ficão sendo. (...) São Carlos do Pinhal, quinze de outubro de 1879.

A mudança da estrutura interna da fazenda, mais empresa do que baronia, com a necessidade de ordenar racionalmente os cálculos econômicos, reivindica autonomia regional destas propriedades, com o intuito de tornarem-se livres das dependências ao comissário e exportador. Como bem salienta Celso Furtado (1976), o fazendeiro do oeste paulista será um homem envolvido com todas as fases da produção, desde o plantio até a exportação. Faoro (2004) enfatiza que a forma federalista, defendida pelos membros do partido republicano, servirá à nova realidade em todos os seus termos, aproximando as decisões políticas do complexo econômico. É exatamente por esta via que, as idéias republicanas entram nas fazendas com ímpeto inquietador, no entanto, deste contexto, estão excluídas as fazendas essencialmente escravistas, ou seja, aquelas que empregavam exclusivamente mão-de-obra escrava.

Os fazendeiros que vão aderir aos ideais republicanos serão aqueles que vêm no modelo escravista um ônus econômico para o fazendeiro, pois por volta de 1876, o preço do escravo chega a um ou dois contos de Réis (Faoro, 2004). Mesmo assim, existiam fazendeiros ligados aos ideais republicanos que desejavam a volta do escravo para a fazenda, isto, porém, não perfazia a maioria que, ávida pelos princípios federalistas era defensora do trabalho livre, vendo nesta forma de trabalho o futuro da lavoura.

Segundo Faoro (2004, p.456), “o setor decrépito segue o trono, o setor em ascensão busca a república”. Esta adesão ao movimento republicano e aos ideais abolicionistas não configurava uma mudança de atitude por parte dos fazendeiros e sim desenvolvimento coerente de interesses. Diante do contexto desesperador que se configurou nos últimos quatro anos do regime monárquico, resultado do poder centralizador imputado por estes, os fazendeiros de café, varreram o trono e foram conforma-se com a República. O lema era americanizar a monarquia, isto é, republicanizá-la.

A República como proposta política fundamentada no projeto liberal de uma fração da classe dominante dos proprietários rurais foi engendrada em meio ao processo histórico de consolidação das relações sociais capitalistas e da reestruturação do Estado Brasileiro. Essa fração da classe dominante tomou para si a tarefa de promover e propor as modificações necessárias que o contexto social político brasileiro necessitava, para tal estabeleceram e definiram ações conjuntas que se organizaram por meio do Partido Republicano Paulista, visto por eles como o veículo de luta política. Segundo Viotti (1989), “*em São Paulo os fazendeiros formavam o núcleo mais importante do Partido Republicano*”.

No final do século XIX, José Franco de Camargo, aos dezesseis anos de idade já participava de reuniões políticas realizadas pelos republicanos. Quando da data da proclamação em 1889, seu nome constava entre aqueles que assinaram a ata lavrada em 17 de novembro na Câmara Municipal de São Carlos para instituição de um governo provisório⁶.



Figura 6 - Foto de José Franco de Camargo. Início Século XX. Fonte: Acervo Família Camargo.

José Franco de Camargo nasceu em cinco de abril de 1872 no município de Araras, filho do fazendeiro Sabino Soares de Camargo e Antonia da Silveira Franco. Quando ele tinha dois anos de idade seu pai adquiriu a Fazenda São Roberto em São Carlos que era de propriedade do Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire. A escritura de compra da fazenda estabelecia que ela era composta de casa de morada, engenho de cana-de-açúcar, cafezal e todas as outras benfeitorias e seu custo foi de Vinte e Cinco Contos de Réis.⁷

⁶ Os membros que compunham o governo provisório eram: Paulino Carlos de Arruda Botelho, Antonio Rodrigues Cajado, Francisco Jeronymo de Bittencourt Coelho, Pedro Novaes de Aguiar, Bento Carlos de Arruda Botelho, Antonio Carlos Ferraz de Sá e Eugênio Andrade Egas.

⁷ Escritura Lavrada em São Carlos em 1874 por Emílio Leonardo Campos.

Neste mesmo ano Sabino contrata um trabalhador sob o regime de parceria como já foi mencionado anteriormente. Em 1889, José Franco de Camargo começa a participar do gerenciamento da fazenda São Roberto já que era um jovem idealizador e politizado, organiza juntamente com seu pai a introdução em larga escala do trabalho livre na propriedade, porém não reside ainda na propriedade e sim no município de Monte Alto, comarca de Jaboticabal, onde seu pai era possuidor de bens urbanos e rurais conforme consta de seu Inventário. Neste contexto, elencamos a fala de José Franco de Camargo Filho (2005):

O avô comprou as terras, mas ele que começou a tomar conta de tudo com dezoito anos, pois foi a época da abolição e não se sabia como ia lidar com os escravos, mas muitos deles ficaram na fazenda.

1796
1796
2. de Joaquim Camargo
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

2. de Joaquim Camargo
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

3. de Joaquim Camargo
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

4. de Joaquim Camargo
Antônio Soares de Sousa, como 1.º e
Antônio Soares de Sousa, como 2.º e
de 2.º para 1.º e vice-versa do 1.º para 2.º
na 2.ª parte de um lote de terras, para
pelo Alvará de 1.º de Maio de 1874, no nº 12
de 1.º de Maio de 1874, e nº 12 de 1874
Antônio Soares de Sousa

Figura 7 - Contrato de Compra e venda da Fazenda São Roberto, 1874. Fonte: Acervo Família Camargo.

Em 1903 com a morte de Sabino Soares coube a José Franco, segundo consta no formal de partilha expedido a favor da viúva Antonia da Silveira Franco e herdeiros, o gerenciamento total da fazenda São Roberto que era propriedade de sua mãe, Antonia da Silveira Franco. A fazenda neste período foi assim descrita no documento:

Fazenda São Roberto descrição da propriedade e seus pertences

- 1- móveis e utensílios na casa de morada e dependências: um banco de jardim, um cofre, uma carabina Winschester, uma espingarda, doze cadeiras de palhinha, uma marqueteza, uma cadeira de braços, um aparelho telephonico, uma escrivaninha e uma mesa.
- 2- Sala de jantar e varanda: quatro mesas, seis cadeiras de pau, dois bancos compridos, duas prateleiras, um armário, um relógio de parede, uma marquesinha, um escabelo.
- 3- No quarto: um guarda-roupa, quatro marqueteza, seis catres de tecido de couro e duas mesinhas.
- 4- Diversos: um sino, três arados, um trolly arreado, uma carrocinha, três carroções para bois, dois carros arreados para bois, três carretelas arreadas, três carroções para burros, um carretão com corrente, dois sellins, quatro cavalos, três potros, uma égua, duas bestas para trolly, vinte e cinco animais entre bestas e burros para carroças, três burros chucros, dois burros já velhos considerados de terceira ordem, quatro bois para carros, vinte bois para carro de muares, dez novilhos, quinze vacas consideradas de primeira classe, dezenove vacas com cria consideradas de segunda classe, quatro vacas com cria consideradas de terceira classe, quatro vacas solteiras de criar, duas vacas de criar, trinta e quatro vacas para corte, dois bois para corte, sessenta e quatro novilhas de dois para três anos, cinquenta e cinco de um para dois anos, um touro de raça, um touro.
- 5- Instrumentos: um aparelho para aparar capim, um aparelho para matar formiga.
- 6- Fructos e productos: dezessete mil arrobas de café ainda por beneficiar armazenados na tulha, a safra pendente de todos os cafesaes calculada em oito mil arrobas de café, cerca de cinco alqueires de roça de milho. Oitenta milheiros de tijolos existentes na olaria, quatro milheiros de telhas existentes na olaria. Bens imóveis: casa de morada, sede da fazenda, bem construída de pedras e tijolos as paredes externas, uma casa para empregados, também em tijolos uma parte e parte de madeira já velha, uma casa contendo dependências para camaradas, trolly e estrebarias de tijolos, uma tulha velha, um paiol, um chiqueiro coberto e com grade, uma tulhinha de madeira, uma casa junto a machina de telhas e tijolos, uma casa para machinas e tulhas, toda construída de pedras e tijolos com revestimento interno de

madeira nestas, com maquinismo completo para beneficiar café e arroz, com motor fixo de força de dez cavalos. O terreiro parte macadamizado, parte térrea, tudo murado e balaustrado, lavadouro e canalização d água, trilhos, vagonettes e mais pertences, inclusive o viaducto de tijolos para tulha. Três casas duplas para colonos, oito pequenas casas para camaradas, um grupo de seis casas para camaradas, uma pequena casa para tudo de ferreiro, uma olaria contendo uma casa de morada de madeira, forno e amassadores. A casa para director das colônias no centro da lavoura, uma casa para negociar na colônia velha, três casas duplas construídas de tijolos na colônia velha, dez casas duplas construídas de tijolos na colônia nova, duas casas pequenas na colônia nova, a casa velha de morada no sítio Carneiro construída de madeira. Um ranchão bem construído, uma casinha de moinho, com moinho para fubá movido à água, seis casas duplas para colonos, uma casa pequena para colono. 7- Pastagens: sessenta e dois alqueires de pastos ao redor da casa principal da fazenda cercado a arame e vallas, quatro alqueires de pastos na colônia velha cercado a arame e trincheira de pau à pique, noventa e oito alqueires de internada no sítio Carneiro, oito alqueires de pastos de bezerros para colonos. 8- Matas e Capoeiras: vinte e quatro alqueires de terras boas na divisa de José Guilherme, vinte alqueires de capoeiras estragadas nas divisas com José Miguel César, vinte e cinco alqueires de matas boas nas divisas com Joaquim Juventino, dezesseis alqueires de matas na situação Braga, trinta e três alqueires de terras no Buracão, três alqueires de mata na divisa do campo, nove alqueires de terras ocupadas pelas benfeitorias (café), três e meio alqueires no sítio Carneiro. 9- Cafesaes: vinte e seis mil novecentos e quarenta e um pés de café de trinta e cinco anos de idade, noventa e um mil e noventa e um pés de café de vinte a vinte e cinco anos de idade, vinte e um mil oitocentos e cinquenta e dois pés de café de dez para quinze anos de idade, setenta e sete mil

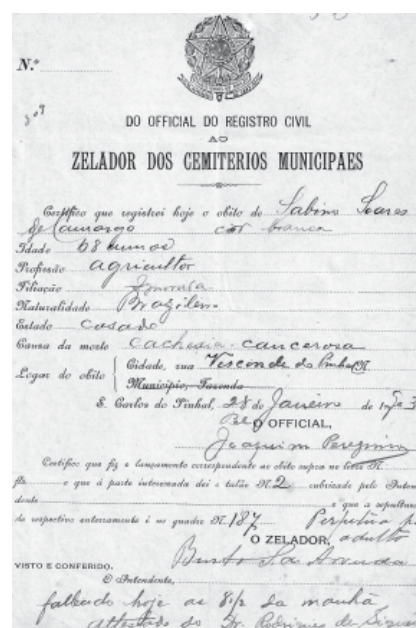


Figura 8 - Registro de óbito de Sabino Soares de Camargo, 1903. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

trezentos e dezenove pés de café de sete a dez anos de idade, trinta e um mil trezentos e noventa e três pés de café de seis anos de idade, sete mil trezentos e trinta e cinco pés de café de vinte a vinte e cinco anos de idade, sete mil pés de café de trinta anos de idade, trinta e um mil trezentos e sessenta e cinco pés de café de vinte a vinte e cinco anos de idade, sete mil seiscentos e setenta pés de café de oito anos de idade, mil duzentos e sessenta e dois pés de café de um ano de idade. (São Carlos do Pinhal, 06 de março de 1903)

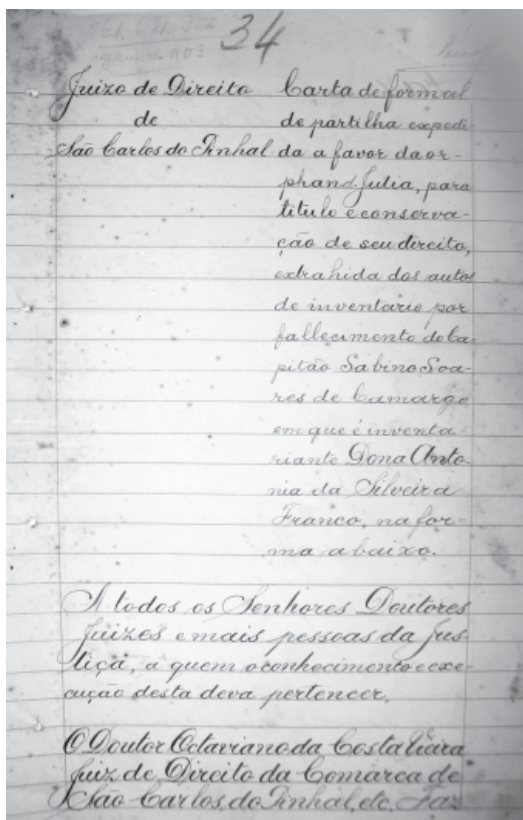


Figura 9 - Formal de Partilha de Sabino Soares de Camargo, 1903. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 10 - José Franco de Camargo e sua esposa Isolina Affonso de Camargo. 1910. Fonte: Acervo Família Camargo.

Segundo consta no formal de partilha, a fazenda São Roberto em 1903 era organizada para a produção cafeeira, dotada de todo mecanismo necessário à manutenção desta lavoura. Sem luxos e ornamentos, a casa de morada dos proprietários completava a organização da fazenda, servindo apenas como abrigo para o proprietário e sua família, já que era desprovida de qualquer objeto ou melhoria voltada para o conforto. Podemos observar por meio da leitura do formal de partilha que a família de Sabino Soares de Camargo residia parte do ano nesta fazenda, parte em residência urbana em São Carlos e parte em Monte Alto, onde o patriarca era possuidor de bens urbanos e rurais, como já foi dito anteriormente. Em 1904, já gerenciando a fazenda São Roberto, José Franco casa-se, aos trinta anos de idade, com Isolina Affonso, natural de Araraquara, com quem teve quatro filhos: Lucia, casada em 1925 com o Dr. Ávaro Guião ; Lucila, casada em 1928 com Alfredo Ferreira Veloso; Dr. José Franco de Camargo Filho, engenheiro formado em 1937 e Maria de Lourdes Camargo. (Silveira, 1945)

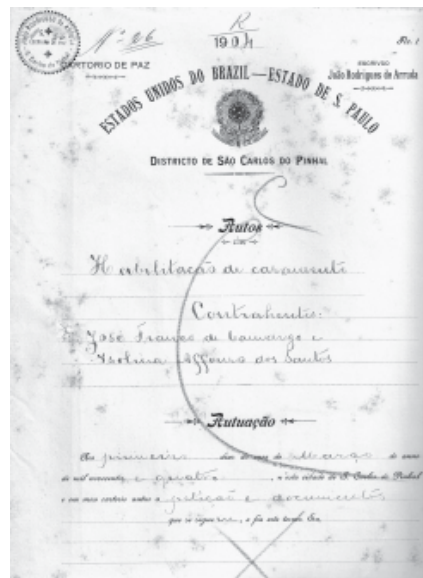


Figura 11 - Atestado de Casamento de José Franco de Camargo e Isolina Affonso de Camargo, 1904. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Atestado assignado, attestamos que celebrou a José Franco de Camargo, filho de Sr. Luiz Soares de Camargo e Sr. Theolina Affonso dos Santos filha legitima de José Affonso dos Santos as quais pretendem casar-se e bem assim os mesmos contra-hentes não tem parentes em grau prohibido, nem outro impedimento contrahido que inhabite de casar-se em geral e contra. Sabemos mais que o contrahente tem 31 annos, solteiro, branco, brasileiro, natural de São Carlos, e o contrahente tem 18 annos, solteira, brasileira, natural de São Carlos, e de São Carlos. Atestamos em São Carlos a 12 de Março de 1904. Juiz de Direito Manoel José de Camargo

Cidadao Official do Registro Civil
José Franco de Camargo e Theolina Affonso dos Santos querendo casar-se e bem assim os documentos justos que são exigidos pela lei. Sabemos devidamente processados publicados e editados de proclamar e não apparecendo opposição alguma, approvam que celebrem a casar-se habilitados a seguir a celebração de seu casamento.
São Carlos de Pinhal a 12 de Março de 1904.
José Franco de Camargo
Theolina Affonso dos Santos
Juiz Manoel José de Camargo

Eu atestado assignado, José Affonso dos Santos, pai de Theolina Affonso dos Santos, declaro pelo presente que ella é minha consanguineamente filha que a mesma se habilita para casar-se com José Franco de Camargo, filho de Luiz Soares de Camargo e Theolina Affonso dos Santos residentes em São Carlos de Pinhal.
São Carlos de Pinhal a 12 de Março de 1904.
José Affonso dos Santos

Eu atestado assignado, Luiz Soares de Camargo, pai de José Franco de Camargo, declaro pelo presente que elle é meu consanguineamente filho que a mesma se habilita para casar-se com Theolina Affonso dos Santos residentes em São Carlos de Pinhal.
São Carlos de Pinhal a 12 de Março de 1904.
Luiz Soares de Camargo

Nós José Franco de Camargo e Theolina Affonso dos Santos pretendendo casar-nos, declaramos na forma da lei que somos solteiros, e sabemos que o contrahente é filha legitima de Luiz Soares de Camargo e Theolina Affonso dos Santos, solteira, brasileira, natural de São Carlos.
Sabemos mais que o contrahente é filha legitima de José Affonso dos Santos e Theolina Affonso dos Santos, natural de São Carlos. E por ser de nossa lei e experiencia ventura queremos casar em geral.
São Carlos de Pinhal a 12 de Março de 1904.
José Franco de Camargo
Theolina Affonso dos Santos
Juiz Manoel José de Camargo

Como fazendeiro José Franco de Camargo foi proprietário de oito fazendas: Fazenda São Roberto – Ibaté/São Carlos; Fazenda Salto - Ibaté; Fazenda Santa Helena – Ibaté; Fazenda Santa Luiza – São Carlos; Fazenda Santana – Guariba; Fazenda São José – Guariba; Fazenda Palmeiras – São Carlos. Algumas destas propriedades foram herdadas de seu pai e formaram em 1913 a Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo que, tinha como Diretor Presidente José Franco. “*Ele era o irmão que encabeçava os negócios, foi ele quem montou a Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo*” (José Franco Filho, 2005). Apesar de José Franco administrar a fazenda São Roberto em 1913, esta propriedade só foi incorporada à Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo em 1927, posteriormente à morte de Antonia da Silveira Franco.⁸

⁸ Notas do sexto Tabelião, número 11409 do Registro Geral de São Carlos, 27 de fevereiro de 1927. Documentos um e dois.

A Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo fundada, segundo seu Estatuto, em 17 de maio de 1913, cuja sede localizava-se na Capital do Estado de São Paulo e com filial no município de São Carlos tinha como principais objetivos:

Explorar e fundar propriedades agrícolas, explorar as outras culturas anexas e qualquer outro gênero de agricultura, bem como a pecuária e a indústria de laticínios, estabelecer engenhos centrais, para beneficiar o café e usinas para fabricar açúcar e, bem assim, serrarias para exploração de madeiras e importar e exportar quaisquer materiais que se relacionem com os objetivos sociais. (Estatuto da Companhia, 1913)

A seção de constituição da Companhia deu-se no dia dezessete de maio de 1913, ao meio dia, no prédio número dezenove do Largo da Matriz na cidade de São Carlos, casa do acionista José Franco de Camargo, estiveram presentes os irmãos Camargo e suas esposas, neste ato foram também nomeados três nomes para avaliação dos bens que constituíram a Companhia.⁹ Estes nomes foram indicados por José Franco de Camargo que, previamente havia encomendado tal avaliação, na reunião relatou seu ato a seus pares o qual foi unanimemente acolhido, partindo tal apoio primeiramente de Eugenio Franco de Camargo¹⁰, irmão de José Franco e seu parceiro em várias atividades.

⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 08 de junho de 1913.

¹⁰ Eugenio Franco de Camargo, foi intendente da Intendência Municipal de São Carlos, nomes dados hoje a Prefeitura e ao prefeito respectivamente, de 15 de janeiro de 1920 a quinze de janeiro de 1922.

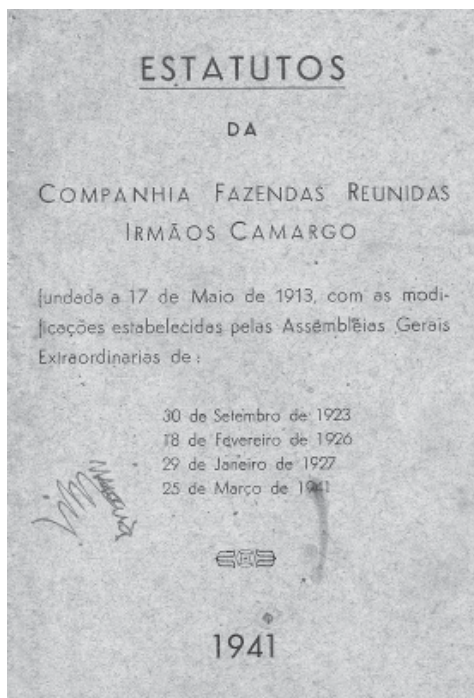


Figura 12 - Estatuto da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, 1913. Fonte: Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 13 - Constituição da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1913. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 14 - Residência Rua Visconde do Pinhal, número 19, São Carlos - no centro da figura -, propriedade urbana de José Franco de Camargo, onde se deu o ato de constituição da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, sem data. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.



Figura 15 - Eugênio Franco de Camargo. Sem data. Fonte: Museu de São Carlos.

Quando da constituição da Companhia em 1913 foram incorporados, dentre outros imóveis, as seguintes propriedades: Fazenda Salto: 380 alqueires em matas e capoeiras, 418.000 cafeeiros formados, 40 alqueires em culturas de colonos, 70 alqueires em pastos fechados, 300 alqueires de campos, uma casa de morada e benfeitorias, pertences e outras; Fazenda Palmeiras: 4 alqueires de terras em matas, com jabuticabeiras, 24 ditos de cultura, cultura de colonos, 29 ditos em pastos e respectivos feixos, 15 ditos em pastos para colonos, 2 ditos em canavial, 226.000 cafeeiros formados, 6.000 cafeeiros novos com suas benfeitorias e pertences. Em 1927, foram incorporadas à Companhia a Fazenda São Roberto: com área de 1.174 alqueires paulistas, 270.000 pés de café formados e completamente montada, com suas benfeitorias e pertences e a Fazenda Santa Luiza com 188 alqueires de terra e cultura, 240.000 cafeeiros, com suas benfeitorias e pertences. Das propriedades até então incorporadas, a Fazenda São Roberto era a que apresentava a maior extensão, porém não era a com maior número de cafeeiros, sendo também a única completamente montada. Isso porque, até o momento ela era administrada exclusivamente por José Franco que lhe dotava de todos os equipamentos necessários a uma fazenda cafeeira, o fato também se explica por ser nesta propriedade que se dava o processo de beneficiamento da Fazenda Palmeiras que também pertencia a José Franco, mas que foi em 1913 incorporada à Companhia.

José Franco de Camargo parecia destacar-se entre os irmãos com relação às ações administrativas, buscando para si a posição de diretor e administrador, assim ocorreu em 1926 quando houve o falecimento da matriarca Antonia da Silveira Franco. O documento abaixo demonstra o comprometimento de José com relação à administração de tal fazenda e de todos os outros bens familiares, comprovando ainda que mesmo quando sua mãe era viva era ele quem administrava sua fazenda e seus bens.

Attendendo ao que este juízo requereu José Franco de Camargo, co-herdeiro e inventariante dos bens da sucessão de sua falecida mãe dona Antonia da Silveira Franco nos autos do respectivo inventário que se processa neste juízo, cartório do segundo officio, ao parecer favorável do Doutor Representante do Ministério Público e que as dividas passivas constantes do balanço junto aos autos, são as que existem em favor dos trabalhadores e colonos pelo presente alvará por mim assignado, concedo ao requerente a **autorização impetrada para satisfazer como costumava**¹¹, com os saques que como lhe faculta a lei e sob sua responsabilidade contunará

¹¹ Grifo Nosso.

a emitir sobre a Firma Camargo & Irmãos, de Santo, até a liquidação de conseqnações feitas e referentes a cafés de safras anteriores, do que tudo dará o requerente conta detalhada a este juízo. Dado e passado nesta cidade de São Carlos em trinta de setembro de 1926. Eu José Maximiniano, escrivão.

Após a morte de Antonia da Silveira Franco, coube, segundo consta no formal de partilha do Inventário de Antonia, a José Franco de Camargo os seguintes bens:

Número 1: Pagamento pelas custas, impostos e reposição, por cujo pagamento se responsabilizava, na importância total de Rs. 1.372:982\$993 (mil trezentos e setenta e dois contos, novecentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa e três réis (...)) a importância de sua collação no valor de trinta e seis contos de réis, o cofre marca “Seckler”, avaliado pela quantia de oitocentos mil réis, no cofre de cofre de segurança marca “Ficchet”, avaliado por um conto e quinhentos mil réis, somente uma parte ideal no valor de um conto cento e vinte e cinco mil réis. No prédio número oitenta e sete e na chacinha anexa da rua Conde do Pinhal, desta cidade de São Carlos, que o espólio possui em comum com a Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, avaliados por seis contos de réis, somente uma parte ideal no valor de seiscentos e treze mil e seiscentos réis. Nas apólices do Governo Federal, avaliadas por cinco contos de réis, apenas uma

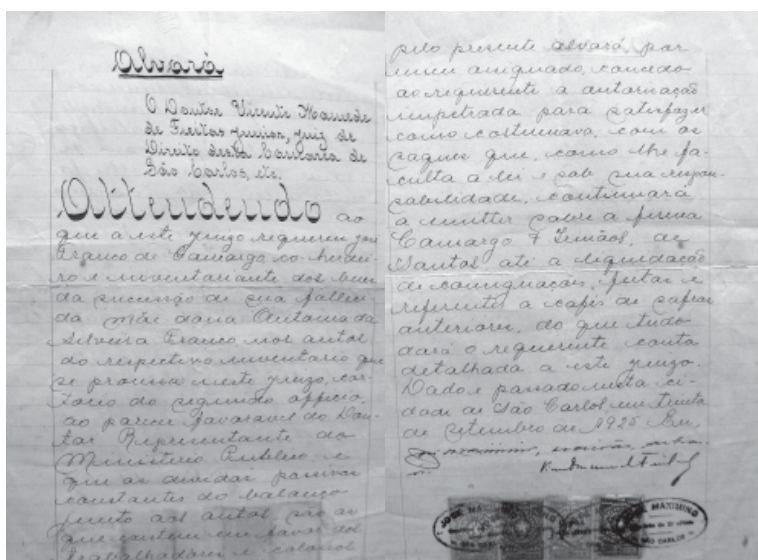


Figura 16 - Alvará expedido a favor de José Franco de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

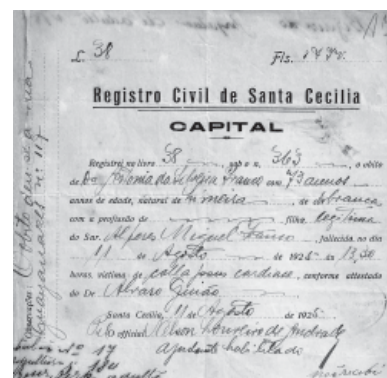


Figura 17 - Certidão do óbito de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

parte no valor de três contos setecentos e cinquenta mil réis. Na Fazenda São Roberto, desta Comarca de São Carlos, composta de terras, invernadas, cafezaes, bemfeitorias, machinas diversas, vehiculos, moveis, animaes de serviço, gado vaccum, porcos, linha telephonica e productos de rebanho (...) avaliada pela quantia de um mil setecentos e setenta e quatro contos, duzentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa réis, somente uma parte ideal no valor de mil trezentos e trinta contos seiscentos e noventa e quatro mil e trezentos e noventa e três réis. (José Maximiniano escrivão, segundo tabelião de notas, São Carlo, 19 de agosto de 1926)

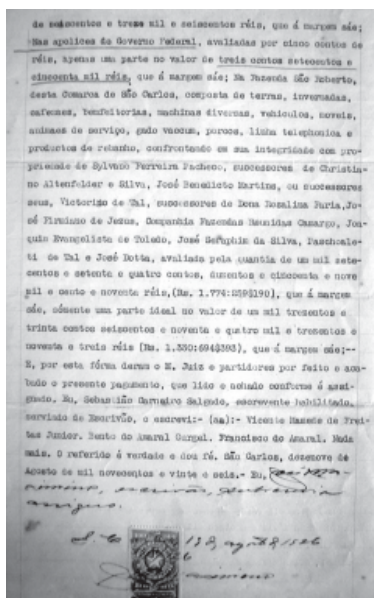
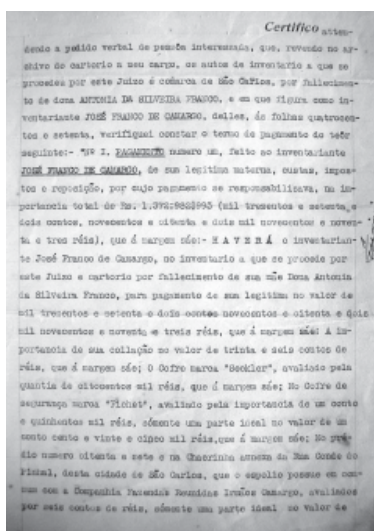


Figura 18 - Certificado dos bens deixados a José Franco de Camargo segundo os autos de Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

Esse documento, além de demonstrar o montante de bens deixados por Antonia da Silveira Franco a seus herdeiros, contribui também para demonstrar, de maneira resumida, como estava organizada a fazenda São Roberto e qual seu valor financeiro, ou seja: um mil setecentos e setenta e quatro contos, duzentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa réis, da qual coube a José Franco de Camargo: mil trezentos e trinta contos seiscentos e noventa e quatro mil e trezentos e noventa e três réis. A parte deixada ao herdeiro João Franco de Camargo, um dos irmãos de José Franco, com relação à mesma fazenda foi: de quatrocentos e quarenta e três contos, quinhentos e sessenta e quatro mil setecentos e noventa e sete réis, ou seja, um valor bem menor do que o deixado a José Franco.

O inventário de Antonia da Silveira Franco foi discutido judicialmente por alguns dos herdeiros que se sentiram lesados e caluniados pelo inventariante José Franco de Camargo o qual, segundo eles, requereu para si a propriedade da fazenda São Roberto. Segundo José Franco, “por muitos anos, fora candidato a fazenda São Roberto, que montou sem medir despesas, dotando-a do que é necessário e até do que é supérfluo, com um custeio pesado e que foi nomeado por sua falecida mãe administrador” (1926, p. 05). Segundo consta ainda neste documento, José Franco de Camargo alegava que não

queria a divisão da propriedade por ter sido ele o responsável pela fortuna que hoje requerem dividir e por ter sentimentos com relação à fazenda não querendo vê-la na mão de estranhos. Tais motivos foram todos refutados pelos opinantes que alegaram que José Franco não podia valer-se deles para não realizar a partilha da fazenda que por direito lhes cabia. Essa discussão contribuiu para demonstrar que José Franco de Camargo, realmente liderava os negócios da família e que cabia a ele a administração da fazenda São Roberto e com a morte de sua mãe ele não mediu esforços para manter tal situação, chegando a dizer conforme consta no documento citado que: “*Pois se não serve o acordo que proponho, escangalha-se tudo, é a lógica do quinhão, isto é, do dinheiro*”.

Certifico, atestando a veracidade da pessoa interessada, que, revendo os cartórios a seu cargo os autos de inventário de dona Antonia da Silveira Franco, em que é inventariante o Sr. José Franco de Camargo, a seguinte verificação constar os seguintes: - O Sr. JOSÉ FRANCO DE CAMARGO, ALIADO DE ANTONIA DA SILVEIRA FRANCO, EM SEUS DIAS ÚLTIMOS DEVIDA MENTE DO INVENTARIANTE. Ao tomar de legar ao processo do inventário de sua respectiva e sã dona mãe e mãe D. Antonia da Silveira Franco, na defesa dos direitos que lhe assiste, esperava de ora opinantes que se discutissem e mantivessem sempre em terreno elevado e digno, com curvas de pedras educadas e de elevado nível social. Assim, foi com profunda saudades que leria as valiosas indicações feitas pelo inventariante nos seus últimos declarações, com seu firme propósito de apoiar o opinante, com a mesma seriedade e dedicação, e que se atribua claramente, em companhia de sua mãe, o fato de ser a terra agreste de João e objecto de um parcelamento inventariante, quando a assistia na sua última enfermidade. Esta alusão não se encontra e não profere este parecer, como veramos, baseada unicamente nas páginas de um auto pelo inventariante sobre suas próprias ideias, mostra a que deveria poder apoiar a parte quando se arroja ao arbitrio agreste de outros opinantes, sobretudo, ocorreu, ali aqui, que possa justificar sua atitude de inventariante. De observação que, no uso de seu direito de julgamento os opinantes devem agir de avaliação, como feitas em termos posteriores e conhecidas como se vê e se vê nestes autos. Da vez, porém, que o inventariante tem o direito de fazer para a terreno referido e legado das alíquotas precedentes,

qual e pessoa, de a respectiva para avaliar, e avaliar a sua indicação, afim de que se veja, a todo tempo, que assim praticando se está observando os bens dignos, de que deve constar perante a realidade em que vivem. Isto não, é ainda de presente, passa os opinantes a responder a todas as alegações das últimas declarações, que lhes dizem respeito. **DE AVALIAÇÃO.** De certa maneira, antes das avaliações, quando o inventariante, para convencer de seu ponto de vista as ideias divergentes, quis valer-se da "lógica de sentido" é que alude os opinantes de fls. 250, prometendo acompanhar tudo se estes não concordassem, apresentando-lhes um estimativo dos bens da fazenda, na qual a fazenda "S. Roberto" figurava por mil e setecentos e tantos dólares. Ora, se de dólares de 1.746:560:000, importância da avaliação da "S. Roberto", a quantia de 100:420:000, correspondente ao valor de 25000 por pé, atribuído a esta, pelos avaliadores, aos ... 42.373 metros pretendidos pelos opinantes, sob o pretexto de serem os melhores da fazenda, tendo para valor desta propriedade 1.618:280:000 ou seja o mesmo valor que, antes da avaliação, lhe era dado pelo inventariante. Não se diga, entretanto, que os avaliadores fizeram a vontade do inventariante; e que houve foi uma simples coincidência de opiniões. Quanto às fazendas, não é certo que a grande parte destas tivesse sido avaliada ao preço de 500000 por alquileira; pois, como se vê a fls. 47, das 70 alquileiras da fazenda do imóvel agreste a quinta parte foi avaliada por aquele preço, que confirmou a ideia, atendendo-se a terem sido feitas em termos de alíquotas que, além de serem mais valiosas, por serem terras de cultura, poderiam ser usadas para se transformarem em fazendas. O sempre da crítica, diz o inventariante, chegou ao ponto de comparar os opinantes quando fls. de ... **DE AVALIAÇÃO.** De certa maneira, antes das avaliações, quando o inventariante, para convencer de seu ponto de vista as ideias divergentes, quis valer-se da "lógica de sentido" é que alude os opinantes de fls. 250, prometendo acompanhar tudo se estes não concordassem, apresentando-lhes um estimativo dos bens da fazenda, na qual a fazenda "S. Roberto" figurava por mil e setecentos e tantos dólares. Ora, se de dólares de 1.746:560:000, importância da avaliação da "S. Roberto", a quantia de 100:420:000, correspondente ao valor de 25000 por pé, atribuído a esta, pelos avaliadores, aos ... 42.373 metros pretendidos pelos opinantes, sob o pretexto de serem os melhores da fazenda, tendo para valor desta propriedade 1.618:280:000 ou seja o mesmo valor que, antes da avaliação, lhe era dado pelo inventariante. Não se diga, entretanto, que os avaliadores fizeram a vontade do inventariante; e que houve foi uma simples coincidência de opiniões. Quanto às fazendas, não é certo que a grande parte destas tivesse sido avaliada ao preço de 500000 por alquileira; pois, como se vê a fls. 47, das 70 alquileiras da fazenda do imóvel agreste a quinta parte foi avaliada por aquele preço, que confirmou a ideia, atendendo-se a terem sido feitas em termos de alíquotas que, além de serem mais valiosas, por serem terras de cultura, poderiam ser usadas para se transformarem em fazendas. O sempre da crítica, diz o inventariante, chegou ao ponto de comparar os opinantes quando fls. de ...

... e que, quando se avaliaram, a parte por fls. 4, fls. 110, é que inventariares cedidas em termos de natureza fls. de acordo com as avaliações a quatrocentos mil réis por alquileira. E o inventariante confessa que ali, de fato, uma parte da fazenda que é fechada por mais de quatro fls. (não diz quantos) para fechar parcelas. Logo, fls. de pé a afirmativa dos opinantes. **DE AVALIAÇÃO.** - De certa maneira, antes das avaliações, quando o inventariante, para convencer de seu ponto de vista as ideias divergentes, quis valer-se da "lógica de sentido" é que alude os opinantes de fls. 250, prometendo acompanhar tudo se estes não concordassem, apresentando-lhes um estimativo dos bens da fazenda, na qual a fazenda "S. Roberto" figurava por mil e setecentos e tantos dólares. Ora, se de dólares de 1.746:560:000, importância da avaliação da "S. Roberto", a quantia de 100:420:000, correspondente ao valor de 25000 por pé, atribuído a esta, pelos avaliadores, aos ... 42.373 metros pretendidos pelos opinantes, sob o pretexto de serem os melhores da fazenda, tendo para valor desta propriedade 1.618:280:000 ou seja o mesmo valor que, antes da avaliação, lhe era dado pelo inventariante. Não se diga, entretanto, que os avaliadores fizeram a vontade do inventariante; e que houve foi uma simples coincidência de opiniões. Quanto às fazendas, não é certo que a grande parte destas tivesse sido avaliada ao preço de 500000 por alquileira; pois, como se vê a fls. 47, das 70 alquileiras da fazenda do imóvel agreste a quinta parte foi avaliada por aquele preço, que confirmou a ideia, atendendo-se a terem sido feitas em termos de alíquotas que, além de serem mais valiosas, por serem terras de cultura, poderiam ser usadas para se transformarem em fazendas. O sempre da crítica, diz o inventariante, chegou ao ponto de comparar os opinantes quando fls. de ...

Figura 23 - Certificado de revisão do Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

Por meio da fala de José Franco podemos perceber que seu perfil, assim como de muitos fazendeiros do período, era a de um fazendeiro capitalista que organizava sua vida pela lógica do ganho, pois era assim que sistematizava tudo que estava sob sua direção. As fazendas da Companhia eram voltadas para a produção cafeeira, suas instalações planejadas segundo os moldes empresariais, exemplificando o modelo de fazendeiro do século XX citado por Faoro e Celso Furtado.

Como já foi dito anteriormente, foi somente após a morte de Antonia Silveira Franco que a Fazenda São Roberto foi incorporada à Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo. A partir de então, os irmãos adquirem outras propriedades agrícolas, aumentando o capital da Companhia e de seus associados. Em 1932 obtiveram por compra a fazenda Palmeiras e a fazenda Água Branca do distrito de Ibaté; em 1936 obtiveram por arrematação a fazenda Bela Vista, distrito de Água Vermelha, com área de 70 alqueires de terras, 70.000 cafeeiros em mau estado e demais benfeitorias; em 1936 houveram por compra da Cia de Agricultura, Imigração e Colonização S.A., um lote de terras destacado da fazenda Santa Maria do Bairro da Babylonia, da comarca de São Carlos, com área de 10,75 alqueires paulistas e 12.000 cafeeiros.

Entre os negócios que José Franco administrava estava incluída também uma Casa Comissária “Camargo & Cia” em Santos em sociedade com seu irmão João Franco, constituída em junho de 1931, a qual tinha como principais objetivos “a exploração do comércio de café, comissões, consignações e exportação, bem assim, o de quaesquer outros productos agrícolas e mercadorias” (p. 1). O que demonstra um perfil empreendedor por parte deste fazendeiro que atuou em vários ramos econômicos como, por exemplo, a criação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, quando o café já estava em decadência. Tendo em vista que o café já não rendia financeiramente o mesmo que anteriormente, o fazendeiro decidiu investir em gado leiteiro e em parceria com outros fazendeiros criou a Cooperativa, conforme transcrição do documento:

Os abaixo assignados, lavradores e criadores deste município, convidam todos os interessados para uma reunião a realizar-se 18 do corrente, às 14 horas, no salão da Associação Comercial, para tratar-se da organização de uma Cooperativa de Laticínios no modelo das que existem na Capital do Estado. São Carlos, 10 de abril de 1937.¹²

¹² Assinam este documento: Antonio Carlos de Arruda Botelho Filho, Bento Carlos de Arruda Botelho, Sizenando Toledo Porto, Francisco Cintra de Paula, Augusto Rollemberg, José Franco de Camargo e outros.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE COMMERCIANTES

SABIAI QUANTOS virem este instrumento particular que JOSE FRANCO DE CAMARGO e JOÃO FRANCO DE CAMARGO, cidadãos brasileiros, fazendeiros, domiciliados em São Paulo, constituíram uma sociedade em commenda simples, com sede, estabelecimento e fôro na cidade, praça e comarca de Santos, para a exploração do commercio de café, commiões, commiões e exportação, bem assim e de quaisquer outros productos agricolas e mercaderias, a qual se regerá pelas seguintes clausulas:-

ARTIGO 1.- FIRMA - A sociedade adopta a firma ou razão social de **CAMARGO & CIA.** da qual usará o socio solidario e gerente JOÃO FRANCO de Camargo, mas tão somente em respeito do interesse e para a consecução dos fins sociais, ficando-lhe, expressamente, vedado empregá-la em fianças, abonos, ou titulos de favor, ainda que sob a forma cambária, tanto na sua propria beneficio quanto no de terceiros, e em quaisquer actos ou contractos extranhos ao objecto da sociedade, sob pena de nulidade.

ARTIGO 2.- DURAÇÃO - O prazo de duração da sociedade é de tres (3) annos, a contar de primeiro de Julho de 1931, considerando-se prorogada por mais tres (3) annos e nas mesmas condições vigorando este contracto se, ao fim de tres annos, não for modificada expressamente, por outro contracto.

ARTIGO 3.- CAPITAL - O capital social é da im-

portancia de seiscentos contos de réis (600.000.00) para o qual contribuem o socio solidario e gerente JOÃO FRANCO de Camargo com trezentos contos de réis (300.000.00) e com trezentos contos de réis o socio committario JOSE FRANCO de Camargo.

PARAGRAFO 1.º - O capital social do socio JOSE FRANCO de Camargo, no valor de R\$. 300.000.00, fica integralizado e o do socio solidario JOÃO FRANCO de Camargo, fica realiado na sua terça parte, ou no valor de R\$. 100.000.000, com a transferencia, para a nova firma, de todo o activo e passivo da sociedade de que eram socios solidarios e committarios, constituida pelo contracto de 25 de Fevereiro de 1926, arquivado na Junta Commercial de São Paulo, sob o nº 29.732 e que até agora operou sob a firma ou razão de CAMARGO & IRENE, a que succede e em cujas directas e obrigações se subroga, tudo na conformidade do balanço a que então procedeu e que será encerrado e por ambos assignado em 30 deste mez de Junho de 1931.

PARAGRAFO 2.º - O socio solidario JOÃO FRANCO de Camargo completará, em dinheiro, as duas terças partes restantes de sua quota de capital, ou seja R\$. 200.000.000.

ARTIGO 4.- GERENCIA - Administrará a sociedade o socio solidario JOÃO FRANCO de Camargo, que fica investido de todos os poderes necessarios, mas que ouvirá, nos aspectos excedentes do giro commercial e diario, o socio committario, por estande-lhe as informações e esclarecimentos, verbales ou escriptos, que elle solicitar.

PARAGRAFO 1.º - Fica expressamente prohibida a firma a especulação em compra e venda de café e outras mercaderias, bem como em operações a termo por conta da sociedade.

PARAGRAFO 2.º - O socio gerente perceberá o ordenado mensal de tres contos de réis (R\$. 3.000.000) que será lançado em conta de despesas gerenciaes e uma bonificação correspondente a vinte por cento (20%) do lucro liquido annualmente verificado.

ARTIGO 5.- BALANÇO ANUAL - Proceder-se-á annualmente, ao inventario geral do activo e passivo da sociedade e ao respectivo balanço, que será, em 30 de Junho de cada anno, transcrito no diario e, nelle, assignado pelos dois socios.

PARAGRAFO UNICO - Os lucros, ou os prejuizos, que, então, se verificarem serão partilhados entre os dois socios, em partes iguaes e lançados em conta corrente dos mesmos.

ARTIGO 6.- FALLECIMENTO DE SOCIO - Fallecendo um dos socios, e outro, com assistencia de representante legal do espolio do fallecido, levantará o inventario geral de activo e do passivo, e o respectivo balanço, que estará encerrado dentro de trinta dias, e no qual todos os haveres do fallecido, de capital, lucros, juros, conta corrente e outros, serão reunidos em uma unica conta.

PARAGRAFO 1.º - Fica reservado ao socio sobrevivente a faculdade de optar por que o activo e o passivo social lhe sejam adjudicados, effectuando o pagamento dos haveres do socio fallecido em duas prestações annuas e iguaes, accrescidas dos juros de oito por cento (8%) ao anno.

PARAGRAFO 2.º - Essa deliberação do socio sobrevivente será communicada aos herdeiros e viuva do fallecido, dentro de dez dias seguintes ao encerramento do balanço, por via de requerimento ao

Juz de inventario, pedindo a adjudicação e depositando as cambias representativas dos haveres do de cujos, se não chegarem todos os interessados ao accordo.

Se isto não acontecer, entrará a sociedade em liquidação judicial, servindo o sobrevivente de liquidante.

ARTIGO 7.- ACCO COMMERCIAL - Qualquer acco, em fundamento deste contracto, terá o curso commercial, e outro especialmente trapar a lei para o caso; e fica eleito e fôro desta comarca de Santos para qualquer acco que um dos socios proponha contra o outro, com fundamento na existencia da sociedade, no seu contracto ou na sua administração.

Por assim se acharem juntos e contractados, mandaram lavrar este em tres vias, que assignou, com as duas testemunhas, depois de conferidas e achadas exactas.

Testemunhas:
Octaviano Franco de Almeida
Nicolino Filippi

Notario Publico
JOSE M. D'AVILA
do Poder Judiciario
do Estado de São Paulo

A Cooperativa de Laticínios de São Carlos commença neste ano de 1937, aos quarenta e dois dias de existencia.

A lida da criação de uma Cooperativa, nasce da intelligencia e visão de um grupo de fazendeiros e criadores, que já sentiam marcada a necessidade de unirem-se em Sociedade Cooperativa.

Foi casualmente no dia 14 de Abril de 1937, que um servico publico, assinado por 13 produtores rurais, constituiu a primeira reunião, que se faria realizar no dia 16 seguinte, para a lida de organizar o movimento de formação de uma Cooperativa de Laticínios.

Na reunião do dia 16, que foi a primeira e que resultou de uma lida de 16 produtores rurais, foi a primeira reunião de organização de uma cooperativa de laticínios. Entre aqueles que estavam presentes estavam os seguintes nomes: José Franco de Camargo, Antonio Carlos de Arruda Botelho Filho, Antonio Costa Pereira, Carlos José Botelho, Higino Cardoso de Toledo, Benito Carlos da Arruda Botelho, Francisco Cláudio de Paula, Augusto Bolimberg, Silvano A. Camargo, Constantino Cunha, este se transformou em Nicolino Filippi. Fernando de Aguiar, Silvano de Toledo Péro, Nicóla Zanbardo, Alberto da Silva Teles, Silvano Iguaçu, Rosalino Bellini, Jorge Vieira Menes, João Batista de

Paulino Botelho de Almeida, Frita Johnson, Dr. Durval Accia, Renato Toledo Péro e Otávio Giamini.

Foi assim que, após algumas reuniões, foi constituída a Cooperativa de Laticínios de São Carlos, com o seguinte estatuto:

1.º - A Cooperativa de Laticínios de São Carlos, fundada em 16 de Abril de 1937, tem por objecto a produção, a transformação e a distribuição de laticínios, com especialidade em leite, leite condensado, leite em pó, manteiga e queijos.

2.º - A Cooperativa de Laticínios de São Carlos, fundada em 16 de Abril de 1937, tem por objecto a produção, a transformação e a distribuição de laticínios, com especialidade em leite, leite condensado, leite em pó, manteiga e queijos.

3.º - A Cooperativa de Laticínios de São Carlos, fundada em 16 de Abril de 1937, tem por objecto a produção, a transformação e a distribuição de laticínios, com especialidade em leite, leite condensado, leite em pó, manteiga e queijos.

Figura 24 - Contrato de Sociedade da Casa Comissária, 1931. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 25 - Convite para a formação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, 1937. Fonte: Acervo Família Camargo.

Além de ser um grande administrador e dotar a fazenda São Roberto, como ele mesmo pronunciou, de todas as melhorias necessárias. José Franco de Camargo que, já atuava na política desde jovem, conforme já foi dito, participou da criação do diretório do Partido Republicano em São Carlos chegando a ocupar o cargo de diretor deste.

José Franco de Camargo (Juca Sabino) foi além de empreendedor, que abriu e formou várias fazendas no município de São Carlos, foi político de grande prestígio, tendo formado até 1937 o tradicional partido Republicano Paulista. (Jornal A Folha, 1968)

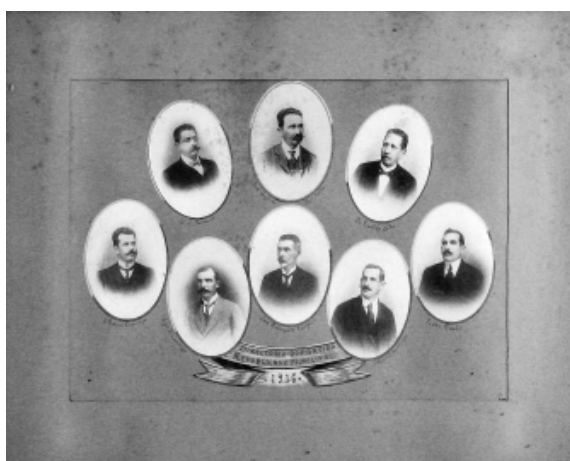


Figura 26 - Membros do Diretório do Partido Republicano de São Carlos. Sema data. Acervo: Museu de São Carlos.

Em notas genealógicas José Franco de Camargo aparece assim descrito: “Importante fazendeiro em São Carlos, onde militou na política, reside em São Paulo, é membro do Conselho da Caixa Econômica do Estado”. (Siveira, 1945, p. 16)

Sobre sua atuação política, sua filha Maria de Lurdes não se recorda, pois “*naquela época criança não ouvia as conversas, só com um olhar ele mandava a*

gente sair da sala, a gente não podia ouvir conversa de nada” (2005). Ela se lembra, entretanto, que ele recebia muitas visitas importantes, dentre estes visitantes estão os membros do diretório republicano São-Carlense, os quais além de companheiros políticos eram também seus amigos servindo em vários processos como testemunhas favoráveis a José Franco de Camargo.

Como já foi dito anteriormente, os fazendeiros que aderiram aos ideais do Partido Republicano, eram, sobremaneira, aqueles voltados para o progresso, que desejavam para si, se não o controle total do meio político, ao menos a participação neste. Segundo Kerbauy (1979), o partido representava os interesses de diferentes famílias oligárquicas.

Tidos como a ala progressista, estes fazendeiros ávidos pelo desenvolvimento econômico, político e social de sua classe desenvolveram um perfil empreendedor voltado para os diversos setores da produção cafeeira, investindo também em outros ramos. Apesar desta característica tida, por muitos autores como Faoro, como

positiva, pois contribuía para o desenvolvimento do meio urbano e rural, muitos ainda mantinham resquícios da ala conservadora dos fazendeiros de café do período Imperial como, o desejo da manutenção do controle de tudo a sua volta.

Assim, em posse da documentação analisada, temos José Franco de Camargo, como político, fazendeiro, empresário, líder familiar e investidor, tendo atuado nestes vários “campos” sempre em posição privilegiada a qual lhe era garantida, principalmente, pela posse do que Bourdieu denomina de Capital Social, ou seja, aquele quantum que permite a um indivíduo ser reconhecido como detentor de poder por seus pares.

Com a morte de Isolina Affonso de Camargo, em 1939, José Franco de Camargo continuou a frente dos negócios, dividindo com seus filhos os bens deixados por sua falecida esposa, bens estes adquiridos por ele, que podem ser verificados no certificado de bens expedido nesta época, dos quais José Franco solicitou para si a compensação das despesas, custos e débitos resgatados por ele: Crédito de responsabilidade da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, o mobiliário, inclusive quadros, tapetes vasos e outros, objetos, valores e jóias, dos quais desejava fazer a repartição equitativa entre os herdeiros.

A aquisição destes bens revela o montante de capital econômico e de capital cultural no estado objetivado, assim definido por Bourdieu, que estava sob domínio de José Franco de Camargo. “... os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe capital cultural” (1979, p. 77)

José Franco de Camargo não se casou novamente, mas passou a dedicar mais atenção a seus filhos, principalmente à filha caçula Maria de Lourdes que, em entrevista nos relatou que tinha uma relação muito próxima e afetuosa com o pai. Mesmo já sofrendo de alguns problemas de saúde, segundo Maria de Lourdes, José Franco

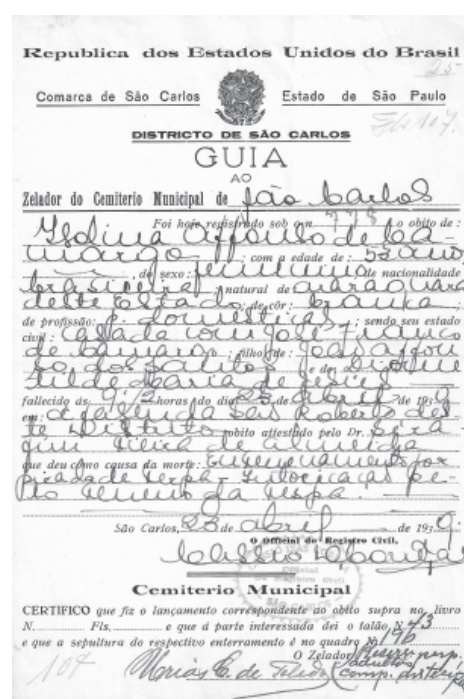


Figura 27 - Atestado de óbito de Isolina Affonso de Camargo, 1939. Fonte: Acervo Fundação Pró-Memória de São Carlos.

não deixou, porém de dirigir seus negócios e até o ano de sua morte, 1955, já havia se tornado o maior acionista da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo. Suas ações, conforme consta na partilha amigável entre os herdeiros, totalizavam 28.006 no valor de dois milhões e oitocentos mil e seiscentos cruzeiros. Seu espólio foi avaliado, entre ações e dinheiros em bancos, no total de Cr\$ 3.233, 105, 30 (três milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e cinco cruzeiros e trinta centavos). Os bens urbanos e rurais não foram aqui contabilizados. Nesta época, José Franco já residia em São Paulo, em sua luxuosa residência, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, construída na Avenida Angélica nesta capital. Este assunto será melhor detalhado no segundo capítulo. Suas vindas às fazendas, principalmente a São Roberto, já haviam se tornado mais esporádicas, desta forma cabia a seus administradores o controle de suas propriedades, os quais, porém não deixavam de comunicar sua ações ao proprietário que assim exigia.

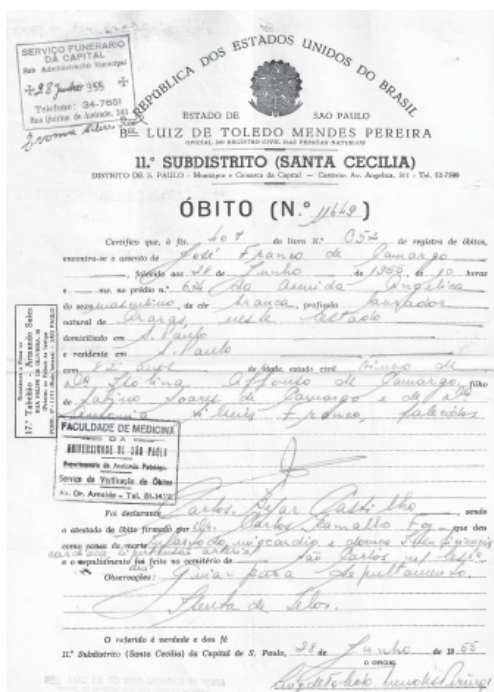


Figura 29 - Atestado de óbito de José Franco de Camargo, 1955. Fonte: Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

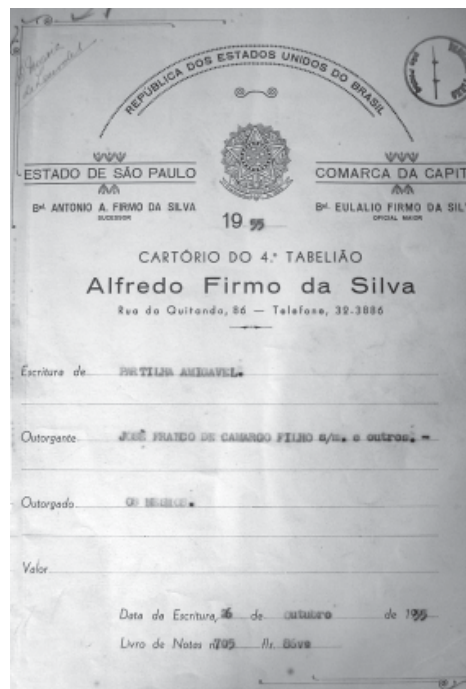


Figura 30 - Capa do processo de partilha amigável, 1955. Fonte: Acervo Família Camargo.

Como podemos perceber José Franco de Camargo, desde muito jovem já mostrava predisposição para o gerenciamento, para a posição de líder. Casou-se aos trinta anos, o que nos leva a concluir que sua primeira preocupação eram os negócios. De posse de alguns relatos temos que sua personalidade era exatamente de um grande empresário, disposto a atuar em ramos diversificados da economia, não lhe interessavam pequenos negócios, pois sempre se voltava aos investimentos, se não grandes, pelo menos muito rentáveis. Ocupou, desde o início cargos na direção da Companhia. Desde jovem encabeçou os negócios da família, não por ser o primogênito, mas sim por caracterizar-se por um homem com afinco para os negócios. Sua família ainda assim o vê, em suas palavras, foi para os filhos o pai e para os netos o avô, o responsável por tudo aquilo que eles até hoje possuem.

Como nosso principal objetivo foi explorar a documentação existente na fazenda, nos propusemos a desenhar o perfil de José Franco de Camargo, tendo em mãos essa documentação, em meio a processos, formais de partilha, estatutos, certificados e atestados, chegamos aos principais elementos definidores do poder deste personagem. Segundo Michel Foucault, o poder é uma prática social, que se desenvolve em meio às relações sociais dos indivíduos, desta forma podemos concluir que o poder deste fazendeiro e empresário adveio de sua atuação no meio social. Reconhecido por seus pares como um líder nato, ele destacou-se entre os membros da família Camargo. Os documentos permitiram-nos compreender a mediação entre José Franco e a sociedade, suas disputas para manutenção do poder, seus investimentos, suas aquisições, suas empresas e suas fazendas levam ao que Bourdieu denomina de posse de capital em diferentes campos de atuação, além de revelar de forma explícita e/ou implícita a manutenção do que o autor define como poder simbólico.

Dessa forma, temos então que o poder de José Franco de Camargo advém dos seguintes elementos: primeiro, integrava a elite latifundiária, como proprietário e filho de proprietário rural, de onde se origina aquilo que Bourdieu denomina de capitais culturais e econômicos; segundo, integrava o Partido Republicano, o que contribuiu para a formação de seu capital político; terceiro, era reconhecido por seus empregados e familiares como líder, formando assim seu capital pessoal.

De posse desses capitais que, segundo Bourdieu, possuem campos distintos de atuação e formação, José Franco se insere num sistema de representações que é incorporado pelo grupo social, o que contribui de forma evidente para a

manutenção da ordem social estabelecida em suas propriedades e empresas. Concluímos que o poder do fazendeiro é resultado do reconhecimento deste sistema de representações.

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (1980, p.67)

Dessa forma temos que o capital social de José Franco, adquirido pela atuação em campos distintos, garantiu a legitimação de seu poder seja, na esfera política, já que foi eleito presidente do diretório do partido Republicano; seja, na esfera econômica, por ser possuidor de terras, casas, empresas; seja, na esfera pessoal, por ser reconhecido com líder.

No próximo capítulo analisaremos o cotidiano da família Camargo na fazenda São Roberto, dando destaque ao modo de vida dos proprietários e as tecnologias de poder usadas por José Franco de Camargo para a manutenção e reconhecimento de seu poder.

CAPÍTULO 2
Arquitetura e cotidiano do proprietário

A Relação entre Arquitetura e Poder

“a arquitetura é uma espécie de eloquência do poder, que se manifesta nas formas, ora mansa e convincente, ora dando apenas ordens”

Nietzsche

Consideramos nesse trabalho que a arquitetura para além de suas prerrogativas de servir para atender às necessidades do homem de proteção, conforto e privacidade funciona também como elemento de representação social carregado de valores, intenções e funções, que acaba por ditar normas de condutas e comportamentos. Compartilhamos assim das idéias dos teóricos principais trabalhados nesta pesquisa, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Para ambos, o sistema usa várias ferramentas de poder legítimas e eficazes para a organização e disciplina dos atores sociais participantes de determinado processo histórico, uma dessas ferramentas seria o uso e manipulação da cultura material, da qual ganha destaque a arquitetura, sendo esta, para estes autores uma forma de comunicação social, ora mansa, ora convincente. Dando ordens, muitas vezes não perceptíveis aos indivíduos, neste caso temos o que Bourdieu denomina de violência simbólica, ela determina o comportamento de quem a usufrui, definindo ainda quais são os indivíduos que lhe terão acesso, têm-se então, segundo nossa caixa de ferramentas, que a arquitetura é

Para o arquiteto Carlos Lemos, a arquitetura é a intervenção no meio ambiente, por parte do ser humano, criando espaços, quase sempre com uma determinada intenção plástica para atender as necessidades imediatas programadas e caracterizadas pelo o que ele denomina de partido arquitetônico, que seria a resultante da junção de alguns determinantes, como: técnica construtiva, clima, condições físicas e topográficas do sítio, programa de necessidades, condições financeiras, legislação. Porém, em nosso caso, fomos além dessa definição, identificamo-nos com a linha de Foucault e Bourdieu, os quais a consideram um elemento de representação da hierarquia social, usada por aqueles que estão no topo para garantir a manutenção da ordem assim desejada.

A arquitetura é, portanto, como bem salienta Foucault (1987), uma tecnologia do poder, uma estratégia do sistema para produzir indivíduos disciplinados. Ela pode ser considerada um instrumento para obtenção deste efeito e assim é usada desde os tempos mais remotos. Dessa forma, a arquitetura está imposta aos olhos de quem a vê. Ela possui uma função, e essa função é carregada de intenções e valores, está

ligada ao contexto social em que é produzida e por tal motivo também um elemento determinante de condutas.

A história da arquitetura está estreitamente ligada à idéia de que os edifícios têm sido usados desde os tempos mais antigos pelos governantes para reforçar sua própria imagem na mente dos súditos. Os antigos soberanos empregavam a arquitetura como símbolo representativo de seu poder e sua dominação, como meio de lembrar aos súditos sua presença mesmo quando não estavam presentes. Segundo Elsen:

“la arquitectura, por sus asociaciones simbólicas, su grandeza, su perduración y su semejanza con el hogar del hombre corriente, era, en cierto modo, un sustituto del soberano, un recordatorio constante del poder de éste, estuviese en su palacio o fuera de él.”(p.14)

O emprego na fachada de elementos decorativos servia a duas funções: mostrar o poder econômico do soberano e mostrar ao súdito aquilo que ele podia conhecer da residência real. O interior do edifício não era acessível aos subordinados, dessa forma, a fachada deveria representar todo o poder do soberano aos olhos daqueles que não podiam adentrá-lo, por isso o emprego de colunas, arcos, estátuas e etc.

Nessa perspectiva, de que a arquitetura seria um elemento material representativo do poder, sendo representação e instrumento de manutenção deste, nos pautamos em buscar métodos que nos possibilitassem “ler” a arquitetura como símbolo e instrumento de poder, para tal, nos baseamos em concepções que a consideram uma forma de expressão do pensamento humano, capaz de transmitir significados que estão atrelados diretamente aos contextos histórico, cultural e econômico de um determinado período. Por meio da arquitetura os grupos humanos expressam intenções, práticas, vivências, valores e costumes.

Entendemos que a análise da cultura material de um povo nos permite decodificar sua organização social, podemos dizer que a arquitetura desenvolve-se sob duas premissas: a utilitária e a simbólica, e por tanto possui uma função social, capaz de integrar e/ou desagregar pessoas, dependendo para isso da intenção de seus idealizadores. Se a arquitetura é capaz de expressar algo por meio de suas formas, dimensões, ornamentos, técnicas e materiais, não só para seus idealizadores, mas para aqueles que a vêem, se ela pode ser entendida como elemento de organização de um espaço social, determinando condutas e ditando comportamentos, se ela é

capaz de garantir a manutenção da disciplina, da ordem e da hierarquia estabelecida, temos então, que ela é capaz de comunicar e por tal motivo pode ser considerada um meio de comunicação não-verbal. Neste sentido, a arquitetura pode ser entendida como expressão cultural, que sofre interferência e interfere nas relações de poder, como forma de discurso utilizada pelos agentes.

Para alguns autores, o homem tem usado, desde os tempos mais antigos, diversas maneiras para se comunicar, desde os primitivos desenhos em grutas, rituais tribais, jogos até as produções de arquitetura e objetos. Os objetos falam, representam uma determinada cultura, estão ligados ao contexto histórico, político e social no qual estão inseridos, são utilizados como forma de distinção e controle social. Através dos objetos, os seres humanos se comunicam, se relacionam, definem comportamentos, sem fazer uso dos meios da linguagem verbal. Considerando-se que todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação e que só comunicam porque se estruturam como linguagem, temos então, que todo e qualquer fato cultural ou prática social se constituem como práticas de produção de linguagem e de sentido.

Segundo Eco, a arquitetura por ser uma forma de comunicação entre os atores sociais, pode ser considerada um sistema de signos que promove comportamentos. Porém, essa comunicação depende do capital cultural de um dado grupo ou de uma dada época. O primeiro significado de um edifício está relacionado à sua função, porém a essa função está intimamente ligada a dimensão simbólica dos elementos que o compõe. As funções precisam ser apoiadas em processos de decodificações existentes.

“a forma do objeto não só deve possibilitar a função, mas denotá-la tão claramente que a torne, além de manejável, desejável, orientando para os movimentos mais adequados à sua execução.”(Eco, 1991, p. 200)

A arquitetura representa e exprime um discurso, é uma linguagem simbólica carregada de representações que contribui para a produção do imaginário social. Ela deve ser compreendida como obra social representativa das tensões sociais que estruturam a sociedade.

Considerando o caráter simbólico da arquitetura, é que muitos estudiosos voltaram a atenção para o seu papel social, considerando-a como o resultado de um processo

cultural, influenciado diretamente por diversos fatores, dentre os quais damos destaque em nosso estudo aos fatores ideológicos, ou seja, nesse trabalho a arquitetura é entendida como resultado da ação humana imbuída de intenções, não somente utilitárias, mas também simbólicas.

Nessa linha apontamos Zarankin (1999), para o qual a arquitetura é resultado de práticas cotidianas, um produto não neutro e passivo e sim dinâmico, gerador de significados. As construções devem ser vistas como elementos ativos, produtos culturais que interagem de forma dinâmica com o próprio homem. Ela pode e deve ser percebida como estrutura de poder, que influi e é influenciada por seus ocupantes, por tal motivo, atua como um signo, resultante de componentes ideológico-simbólicos de caráter silencioso, que não são percebidos pelo senso comum e sim decodificados por meio de métodos que consideram a arquitetura um meio de comunicação não verbal.

Para Foucault, o sistema usa diferentes estratégias, quase sempre imperceptíveis para o comum da população, para formar indivíduos disciplinados e úteis, sendo uma delas a manipulação da cultura material. Desta forma, a arquitetura pode ser usada como um meio efetivo para controlar e “disciplinar” o indivíduo. Ex: o panóptico de Bentham.

Por meio da arquitetura o homem controla a natureza e também o próprio homem, por meio dela dita regras, induz comportamentos, controlando assim o funcionamento da sociedade, assim a arquitetura é aqui analisada como resultado da ação humana, das relações sociais, ideológicas, simbólicas e até mesmo como estratégia de controle do poder. (Zarankin, 2001).¹

Segundo Bourdieu (1977), a casa ganha papel de destaque na vida do indivíduo já que sua organização está ligada aos contextos culturais, sociais e econômicos. As regras internas de uma casa vão para além dela e organizam toda a vida social do homem, dessa forma a casa possui um papel ativo na organização e formação da estrutura social. Nesta mesma perspectiva encontramos Giddens (1979) que salienta o papel determinante do poder no uso da arquitetura. Seu significado, sua forma e sua organização estão carregadas de elementos simbólicos que expressam a realidade social. Desta forma, a vivenda funcionaria como um instrumento de poder, ideologicamente orientado para gerar nos indivíduos que a habitam as bases mentais que contribuam para a reprodução e funcionamento do sistema.

¹ Teóricos que relacionam à arquitetura com questões ideológicas, simbólicas e até mesmo como estratégias de controle de poder: (Leone 1977, 1984; Bourdieu 1979; Miller 1984; Tilley 1989; Mc Guire 1991; Vom Bruck 1997).

De acordo com Zarankin (2001), a construção e organização do espaço fazem-se segundo os interesses e propósitos dos grupos que estão no poder. Por meio da análise do edifício e da paisagem cultural é possível compreender a sociedade, sua organização hierárquica, sua ordem. Para ele, a arquitetura é um conceito plural e heterogêneo, precisa, no entanto, ser entendida como uma produção cultural que está estritamente ligada ao contexto social ao qual pertence, neste sentido, os edifícios têm um significado e compõem uma narrativa. Foucault enfatiza que a arte de distribuir pessoas e coisas no espaço é um instrumento disciplinar do sistema de poder, assim, a construção do espaço, está atrelada às questões simbólicas e às estratégias de controle do poder, ela exprime em sua materialidade as distinções sociais, isto é, representa a organização da sociedade. Já existem na historiografia brasileira algumas publicações que abordam a questão da organização espacial em paralelo às transformações sociais urbanas ocorridas nos séculos XIX e XX, dentre os quais podemos destacar: “Palacete Paulistano e Outras Formas de Morar da Elite Cafeeira” de Maria Cecília Naclério Homem, “Alvenaria Burguesa” de Carlos Lemos, “Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização” de Ana Fabris e outros, o desafio que se coloca nessa pesquisa é trazer a luz, a discussão sobre o meio rural.

As formas arquitetônicas não são e não devem ser encaradas como um reflexo passivo da sociedade, pois são expressões visuais dos valores de uma classe e índice iconográfico da mentalidade de um período histórico. Neste sentido, podemos ressaltar que a própria introdução no Brasil, no século XIX, do estilo eclético, significava à sociedade a passagem para a civilização e para a modernidade. Ou seja, a arquitetura serviu como um dispositivo para os agentes do processo de civilização européia no Brasil, já que por meio do uso da linguagem simbólica da arquitetura os grupos dominantes conseguiram impor sua concepção de mundo social.

Podemos aferir que a arquitetura tem compromisso com o espaço e o tempo em que é construída, ela é concebida e concretizada a partir de funções e significados determinados pela concepção cultural de uma dada comunidade, ou seja, ela identifica a sociedade a qual pertence e pode ser identificada como um fenômeno cultural carregado de representações e significações. Nesta perspectiva, visamos compreender não só a função da organização espacial da Fazenda São Roberto, como também o que está implícito nesta materialidade, desvendando o que Bourdieu denomina de simbólico. Neste sentido, propomos em nossa análise, que tem como fundamentação teórica e analítica as teorias de Foucault e Bourdieu, a compreensão

da organização espacial da fazenda São Roberto, destacando os elementos arquitetônicos usados por José Franco de Camargo para a manutenção e desenvolvimento de seu poder nesta propriedade, dando destaque, porém, à casa de morada do fazendeiro e o seu entorno, analisando ainda, o modo de vida da família proprietária e o uso dos espaços utilizados por ela.

A Casa de Morada do Fazendeiro e seu Entorno

Segundo Gilberto Freire (1999), a moradia expressa os gostos, os hábitos e os costumes de seus proprietários, por meio de sua análise podemos reconstruir a história de um povo, entender sua cultura, traçar sua trajetória. Até o século XIX, a idéia de casa não ia muito além do significado de abrigo contra as intempéries da natureza, a partir de então, segundo Telma de Barros Correia (2004), outros elementos foram incorporados a casa, suas condições sanitárias foram questionadas e seu papel na produtividade do trabalho foi discutido. Assim a casa ganhou outros significados, dentre eles, a noção de moradia como santuário doméstico e espaço sanitário, ou seja, locus de fortalecimento da vida familiar, da domesticidade. Para Catherine Hall (1991), neste período a família emerge como alicerce da vida, a casa passa a ser além de abrigo, um espaço de paz onde seus donos exercem controle sobre aqueles que estão sob sua responsabilidade.

O ideário burguês se impunha pregando as noções de conforto, privacidade, racionalidade, funcionalidade, além da necessidade de solidez das edificações, bem como, da decoração. As casas de morada das fazendas de café, embora mantendo alguns elementos da arquitetura mineira como os porões e as varandas, passaram a se reorganizar dentro destes novos princípios.

Nesse período, as elites buscaram para as moradias as inovações técnicas que pudessem responder às noções de privacidade e de conforto difundidas pela burguesia européia. O mesmo deu-se com as casas de morada dos fazendeiros que rumo à “modernização”, passaram a ser implantadas em outros espaços respondendo a diferentes determinantes, edificadas em meio a jardins e pomares, contruídas de tijolos e profusamente ornamentadas.

Até as últimas décadas do século XIX, as habitações, tanto rurais quanto urbanas, eram caracterizadas pela simplicidade e pela homogeneidade. Como salienta Benincasa (2003), o que diferenciava a casa do rico era o número de cômodos,

porque a rusticidade do mobiliário assim como a simplicidade da moradia era comum a todos. Já no século seguinte, com o auge do desenvolvimento da economia cafeeira e o dinheiro por ela gerado, as moradias passaram a ter a heterogeneidade e o ornato por característica. A divisão da casa também mudou, apareceram novas salas e salões, banheiros, salas de banho, gabinetes com curiosidades trazidas das viagens ao exterior, salas de bilhar, mudaram também as pinturas, pisos, portas, janelas e forros.

Essa nova casa de morada da fazenda cafeeira do final do século XIX está alocada em posição de destaque, no meio de um parque ajardinado. Mantém uma boa distância das demais edificações para manter sua privacidade, está separada do espaço religioso, do espaço do trabalho e da moradia dos trabalhadores, diferindo das casas das antigas fazendas cafeeiras que possuíam a senzala ao lado e capela ou altares internos. De acordo com Rybczynski (1996), o senso de intimidade doméstica que estava surgindo no século XVIII, foi uma das mais importantes invenções humanas, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a consciência, o conceito do lar e da família foram as principais conquistas da era burguesa.

A domesticidade é um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo. Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção do lar; assim como a uma sensação da casa como incorporadora – e não somente abrigo desses sentimentos (...) O interior não era só um ambiente para as atividades domésticas – como sempre havia sido – mas os cômodos, os seus objetos agora adquiriam vida própria. (Rybczynski, 1996, p. 85)

A casa tornou-se o ambiente da família, um lugar pessoal e íntimo, um lar que exigia conforto. De acordo com Rybczynski (1996), a moda de interessar-se pelo interior doméstico pôde ser observada em toda sociedade francesa e, em pouco tempo, chegou ao Brasil e atingiu a região paulista. O quarto era o lugar reservado para os membros da família, era privado. A cozinha considerada lugar de rejeição, segundo Ceribelli (1994), repleto de fumaça, de odores e de calor, foi para a extremidade da moradia, assim como os sanitários. Outros elementos da casa burguesa foram as salas de bilhar e as bibliotecas. Os fazendeiros procuraram o conforto, a privacidade e a intimidade e, para tal, não mediram esforços, comprando e importando tudo que fosse necessário para a materialização de seus desejos. Neste contexto, a ferrovia que possibilitava a exportação do café garantia também o transporte de novas técnicas, técnicos e materiais. O trem trazia e permitia o ideário

burguês de viver e morar. Seguindo estes padrões, a casa de morada da Fazenda São Roberto² construída em 1877 passou por duas reformas posteriores com o objetivo de adequar-se aos novos modelos de vida da época.

² Esta fazenda está localizada no município de São Carlos tendo, porém, parte de suas terras em Ibaté.

Após a morte de Sabino, em 1903, seu filho José Franco de Camargo, como já foi dito no capítulo anterior, ao lado da mãe Antonia da Silveira Franco, assumiu a direção da propriedade. A partir de então, a fazenda passou por várias adaptações como, reformas da casa de morada, reforma da tulha, melhoramentos nos equipamentos de produção e construção da capela. Segundo José Franco de Camargo Filho (2005), a última reforma da casa foi encomendada ao arquiteto Ramos de Azevedo, o qual manteve o corpo principal da casa sem nenhuma alteração, ou seja, as paredes em taipa, construindo somente a parte nova em alvenaria de tijolos.

Ao analisarmos o discurso arquitetônico expresso nas construções da Fazenda São Roberto no período que se estende de 1903 à 1955, nos propusemos a decifrar a linguagem simbólica expressa nestas edificações e que, segundo nossa hipótese, serve como elemento de manutenção e representação do poder de José Franco de Camargo.

Apesar de nossa análise estender-se à organização espacial da fazenda como um todo, é à casa de morada que damos maior destaque, já que a consideramos como a construção mais expressiva do poder cultural, econômico e simbólico do fazendeiro aqui analisado, nesta perspectiva, traçamos uma ponte com o capítulo anterior, em que analisamos os elementos que proporcionam poder a José Franco, encontrando agora esses elementos representados em sua moradia rural e em seu modo de vida.

A casa de morada da Fazenda São Roberto está implantada em local de destaque e configura-se no edifício principal do conjunto, podendo ser vista de qualquer ponto da fazenda. A escolha do local responde primeiramente a questões utilitárias importantes para a implantação de uma sede de fazenda que são, segundo Kramer (1995), próximo a uma fonte de água e de um mato que se possa retirar madeira para a lenha. Essa escolha seguia os manuais de implantações de fazendas no período, como o tão difundido manual de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o que nos leva a levantar a hipótese de que seria este o mesmo local da moradia quando da compra da fazenda em 1874.

Implantada num ponto alto que lhe favorece destaque entre as demais construções, a casa de morada responde a função simbólica de centro de fiscalização dos serviços

realizados em seu entorno e controle da movimentação na fazenda, pois o portão de entrada localiza-se no canto esquerdo do conjunto, propiciando visibilidade total à sede. A construção possui um porão, não habitável, que permite a circulação de ar e a privacidade da família proprietária, já que dá um destaque à fachada principal. Por meio das janelas e do alpendre, que além de funcionar como espaço de lazer para a família, o fazendeiro conseguia fiscalizar todo o trabalho desenvolvido na fazenda, principalmente no terreiro que se encontra a frente da casa, este espaço demarcava o público e o privado, representando a utilização da arquitetura como instrumento para a manutenção da ordem e obtenção da disciplina assim como salienta Foucault. Neste caso, temos também o que Bourdieu denomina de violência simbólica, pois por meio de uso de um dispositivo de poder, o proprietário consegue impor sua presença e sua onipotência, mesmo que não de forma perceptível. De acordo com um dos trabalhadores da fazenda, por nós entrevistado, contatamos que o alpendre funcionava empiricamente como posto de fiscalização, pois segundo ele: “Da varanda, seu Juca fiscalizava o trabalho no terreiro”. (Antonio Zago, 2006)

A implantação que favorece a fiscalização das atividades desenvolvidas na fazenda representa mais uma vez a presença do controle onipotente do senhor do café em tudo que se passava em suas terras, além disso, garantia a ele a representação do “homem do poder” para com os seus subordinados. Reconhecer ao fazendeiro o poder era algo tido como natural, ou seja, faz parte do capital cultural da classe dominante e da classe subordinada, que assim o reconhece. O capital econômico contribui para essa concepção, porém, como já vimos anteriormente, há outros capitais que fazem com que o poder do fazendeiro seja legitimado, demonstrando o que Bourdieu denomina de estrutura estruturada, conferindo às classes dominantes a manutenção de seu poder. Nesta perspectiva, o poder simbólico do proprietário é garantido pela posição centralizada da casa e como salienta Foucault, funciona como instrumento de manutenção do poder, já que oprime os subordinados por sua magnitude e localização.

A casa de José Franco não estava acessível a todos, isso era representado principalmente pelo muro que separava a sua moradia e seus espaços, como o jardim, o pomar e a capela, do restante da fazenda. Segundo



Figura 1 - Vista do muro de separação defronte a casa de morada. Fonte: Família Camargo.

alguns de seus empregados, quando questionados sobre o acesso que possuíam com relação à casa de morada do fazendeiro, as respostas são sempre curtas, porém enfáticas: “na casa do seu Juca, empregado? Não!!!!!!! Chegavam até no portão!” (Zago, 2006). “Os empregados? Não ultrapassavam a cerca!” (Quiamir Verzola, 2006)

Como podemos observar a casa de morada não era um espaço acessível a todos, lá entravam somente aqueles a quem José Franco permitia e não era necessário que o fazendeiro estivesse presente para que as pessoas “respeitassem” seu espaço, pois sua implantação lembrava sempre a todos de onde vinha o poder.



Figura 2 - Casa de Morada do fazendeiro, 1925. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 5 - Vista área da Casa de Morada e seu entorno. 2000. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 3 - Casa de Morada ainda antes da reforma de 1927. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 6 - Entrada lateral da Casa de Morada. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 4 - Casa de Morada depois da ultima reforma em 1927. Fonte: Acervo Família Camargo.

O telhado em quatro águas estende-se depois da empena da frente cobrindo o alpendre, a fachada principal é assimétrica, com uma porta de duas folhas em madeira com bandeira envidraçada no centro, cuja moldura é arrematada na parte superior com as datas de construção e reformas da casa. Há ainda na fachada principal cinco janelas estilo veneziana em madeira na parte externa e veneziana envidraçada na parte interna, esse formato se repete em todas as janelas da casa. As portas eram almofadas em madeira, com bandeiras envidraçadas.

Segundo Maria de Lurdes (2005), a filha caçula de José Franco e Isolina Afonso de Camargo, foi somente na segunda reforma que o alpendre deixou de ser frontal e passou a circundar o corpo principal da casa, formando um “U”. Este espaço é arrematado por guarda corpo em madeira e piso de ladrilho cerâmico. A extensão do alpendre ao corpo principal, de acordo com Benincasa (2003), pode ser explicada pelo conceito de privacidade difundido na Era Burguesa, pois com o prolongamento deste espaço a família acaba criando um espaço intermediário entre o público e o privado. Por outro lado, devemos acrescentar a informação fornecida por Maria de Lourdes (2005), de que seu pai mandou prolongar o alpendre porque desejava um espaço amplo para caminhar após as refeições.

O desenvolvimento da economia cafeeira e o fato de passar residir na fazenda depois de seu casamento em 1904, levaram José Franco de Camargo a dotar sua residência de todos os elementos necessários ao conforto da família. A casa já nas primeiras décadas do século XX, contava com boas instalações técnicas, a simplicidade da moradia descrita em 1903 no inventário de Sabino Soares de Camargo ganhou nova roupagem a partir de então. Como bem salienta Benincasa (2003), o dinheiro gerado pelo café levou ao meio rural todas as melhorias do meio urbano. O casarão



Figura 7 - Porta Principal. Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.



Figura 8 - Fachada principal, Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.

da São Roberto ganhou encanamentos, instalações sanitárias, mobiliário requintado e iluminação sendo esta discutida em 1928 conforme documentação (figura 9 e 12), tudo de acordo com o ideário burguês de moradia. Segundo José Franco Filho, (2005) “Tudo que era moderno papai colocava lá na fazenda. A primeira força de motor elétrico foi lá na fazenda São Roberto”. Com exceção de um dormitório, todos possuíam instalações hidráulicas, ou seja, um lavatório.

Figura 09 - Planta do casarão. Fonte: Luzia Márcia Mei Rosa, 2005.



Figura 10 - Aparelho telefônico. Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.

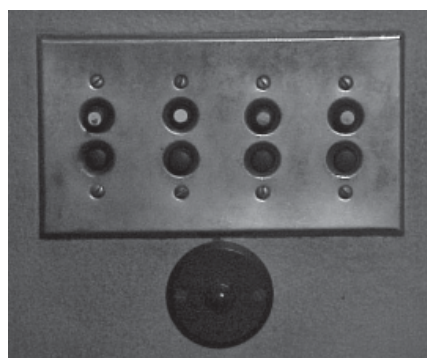


Figura 11 - Interruptor da sala de estar. Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.

A casa de morada da Fazenda São Roberto foi implantada com a fachada principal voltada para Oeste. A disposição da planta é em L e todos os cômodos, com exceção de um dormitório, recebem ar e luz natural. O acesso à casa se dá através de uma varanda que abraça a parte mais nobre pelos lados oeste, sul e norte. Ela é circundada por jardins que apresentavam vegetação variada que funcionavam como muros simbólicos e que garantiam a privacidade da família, como podemos observar, na fala da filha caçula do fazendeiro José Franco.

Somente os empregados da casa circulavam na casa e em suas dependências. Os empregados da fazenda chegavam até o portão não circulavam na casa, não passavam do jardim que servia como separação... (Maria de Lurdes, 2005)

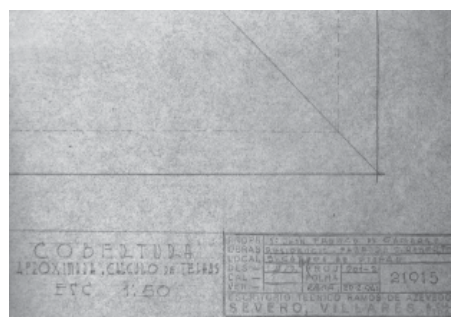
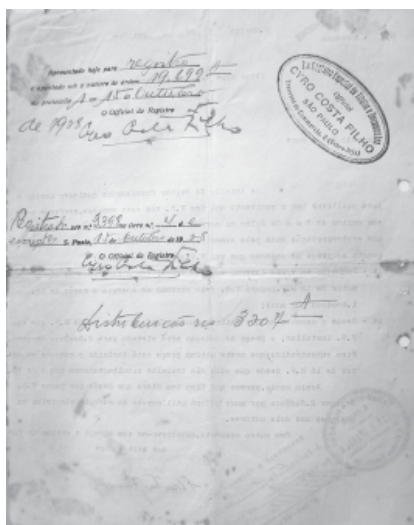
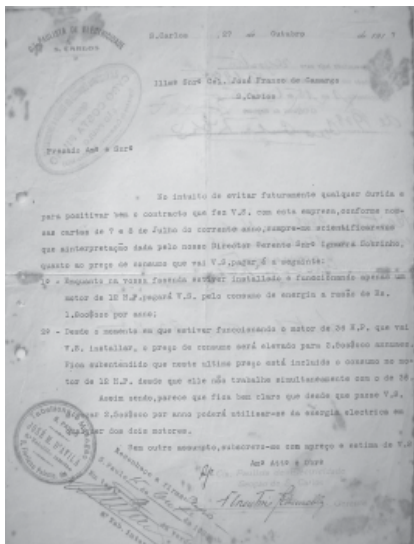
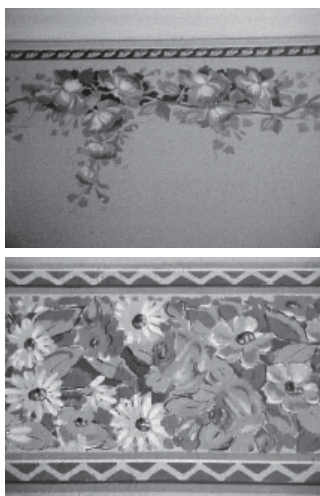


Figura 12 - Tratativas sobre o fornecimento de energia elétrica a José Franco de Camargo, 1928. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 13 - Planta da cobertura da casa de morada. Fonte: Acervo Família Camargo.

Entra-se na casa pela sala de estar, o cômodo central de um conjunto de três que formam a fachada principal, com dois dormitórios laterais. O espaço mais íntimo, composto por oito dormitórios ocupa as duas laterais do bloco principal da casa. Dois dormitórios pequenos, que não se ligam a outros quartos, eram possivelmente destinados a hóspedes. Exceto esses dois, os demais dormitórios têm ligação interna, sendo que dois deles só têm portas de acesso a outros dormitórios. A ligação interna entre os dormitórios permitia o controle e a vigilância daqueles que estavam nestes espaços. Com o desenvolvimento do ideário burguês de privacidade estas ligações entre os dormitórios foram estrategicamente fechadas por mobiliários.

O espaço social, composto pelas salas de estar e de jantar, desenvolve-se no centro do bloco principal, as duas salas ligam-se por um pequeno corredor que abriga o aparelho telefônico, três quartos abrem-se para a sala de jantar e dois para a sala de estar. A sala de jantar é um amplo espaço destinado ao convívio social, apresenta decoração refinada com mobiliário fabricado no Liceu de Artes e Ofícios e cadeiras estilo Thonet, tem barrado com motivos florais nas paredes e ostenta em sua cristaleira pratarias e cristais trazidos das viagens à Europa.



Figuras 14 e 15 - Barrados pictóros paretais da sala de jantar e da sala de estar. Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.



Figura 16 - Lavatório dormitório. Fonte: Joana D'arc de Oliveira, 2005.



Figuras 17 a 20 - Sala de estar; lustre da sala de estar; dormitório 3, lustre dormitório 4, 2005. Fonte: Joana D'arc de Oliveira.

Segundo Maria de Lurdes (2005), a sala de jantar era reservada para os adultos, crianças não participavam das refeições ali realizadas. As crianças faziam as refeições na saleta contígua à sala de jantar. A saleta das crianças tem porta de acesso para o exterior e faz a ligação entre a sala de jantar e a copa, onde começa o espaço de serviço, que compreende, além da própria copa, o banheiro, a cozinha “suja”, a despensa e a rouparia. Segundo Lemos (1999), foi no final do século XIX que as dependências destinadas ao preparo de alimentos se incorporaram à tradicional planta retangular da casa paulista.

O entorno da casa de morada possui jardins laterais e pomar nos fundos. Os jardins são fechados por cerca de madeira aparelhada pintadas de marrom e sua vegetação é variada. A piscina, que foi construída somente na década de 30, está localizada do lado esquerdo da casa e cercada por muro e jardim. Isso nos leva a conclusão de que havia por parte do fazendeiro a preocupação em diferenciar a casa de morada do restante do conjunto, principalmente com a inserção do jardim, complemento introduzido no Brasil, segundo Kramer (1996), no século XIX, e inicialmente adotado apenas em palácios e em áreas centrais. Segundo Benincasa (2003, p. 239):

A simples presença de um jardim à frente da casa-grande já delimitava um espaço diferenciado, de caráter privado. O medo de um ataque de escravos, ou após a abolição, de uma revolta de colonos, foi um dos fatores que motivou esta separação de espaços.

Esta concepção de jardim como espaço de separação entre o público e o privado ganhou, porém, outra preocupação no final do século XIX com a difusão dos ideais higienistas, tornando-se locais planejados e belos para uso da família cafeeira, destes espaços saíam as flores para enfeitar as casas dos proprietários e as capelas, costume que se mantém até os dias de hoje na Fazenda São Roberto.

Como podemos perceber, José Franco de Camargo dotou sua casa de morada na fazenda de todas as melhorias necessárias para o conforto e privacidade de sua família. Segundo relatos de um viajante em 1913, “a casa de residência da fazenda São Roberto é moderna e dotada de todas as comodidades” (Lloyd In: Truzzi, 2004) e mesmo que esta tenha deixado de ser a residência da família no mesmo ano, quando ele passou a residir na casa da Rua Conde do Pinhal, continuou a fazer da casa da São Roberto um locus de bom gosto e refinamento, isso nos leva a concluir que esta realmente representava todo o poder econômico e cultural de José Franco,



Figura 21 - Entorno da casa de morada. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 22 - Imagens da capela Santa Terezinha. Fonte: Vladimir Benincasa.

lembrando sempre o grau de distinção entre o fazendeiro e seus subordinados. De posse de seus capitais – cultural, econômico, político e social- este fazendeiro fazia-se representar por meio da sofisticação dos espaços reservados a ele e sua família. O mesmo deu-se com a construção da capela, o embelezamento do jardim e as transformações da fazenda como um todo.

A capela da fazenda São Roberto começou a ser construída em 1927, projeto do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, um dos principais arquitetos do período cafeeiro em São Paulo, e foi concluída em 1932 quando recebeu o nome de Santa



Figura 23 - Fim de missa na capela Santa Terezinha. Fonte: Acervo Família Camargo.

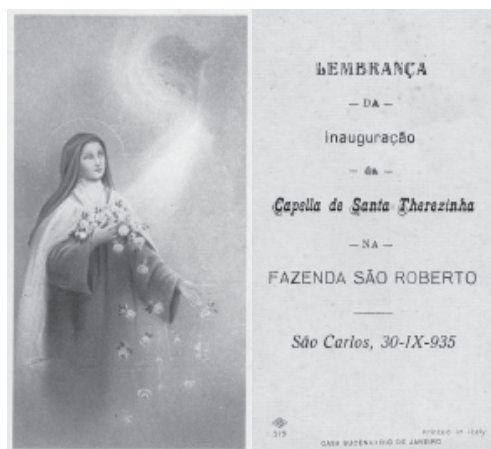


Figura 24 - Santinho de inauguração da capela Santa Terezinha, 1935. Fonte: Acervo Família Camargo.

Teresinha, segundo Maria de Lourdes (2005), como cumprimento da promessa feita por sua mãe Isolina na época em que ela, Maria de Lourdes, contraiu tifo..

Elemento quase sempre presente nas fazendas cafeeiras, as capelas auxiliaram no papel de vigilância e controle sobre os trabalhadores. Com o desenvolvimento do conceito de privacidade difundido pela burguesia, o qual se estendeu como já vimos às fazendas de café, este edifício deixou de ser alocado na casa grande passando a ocupar espaços distantes da casa de morada do proprietário.

O projeto do arquiteto Ramos de Azevedo demarcou a privacidade da casa de morada do fazendeiro e assegurou o controle proferido pela igreja sobre os empregados. Segundo alguns relatos, as missas eram realizadas quinzenalmente e delas participavam tanto a família como os empregados, porém o espaço era dividido de acordo com a posição social destes. Na parte superior, destinada ao coro ficava José Franco e sua família e na parte de baixo os trabalhadores da fazenda, sendo estes separados, ou seja, de um lado as mulheres e do outro os homens. Além de ser construída por um dos mais renomados escritórios arquitetônicos do período cafeeiro a capela Santa Terezinha recebeu todos os elementos necessários ao seu embelezamento. Conforme documentação encontrada no acervo da Família Camargo, não houve economia por parte de José Franco para a construção de tal edifício deixando mais uma vez representado na arquitetura todo seu poder. Vladimir Benincasa assim a descreve:

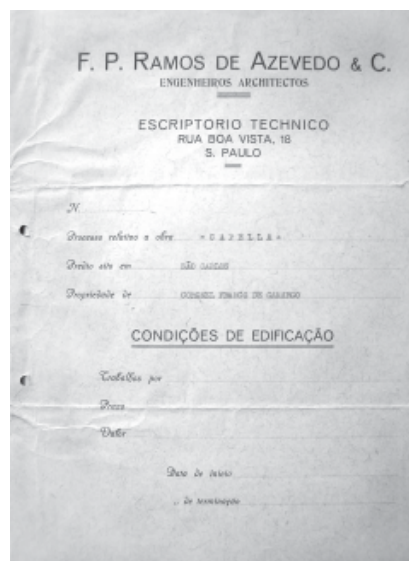


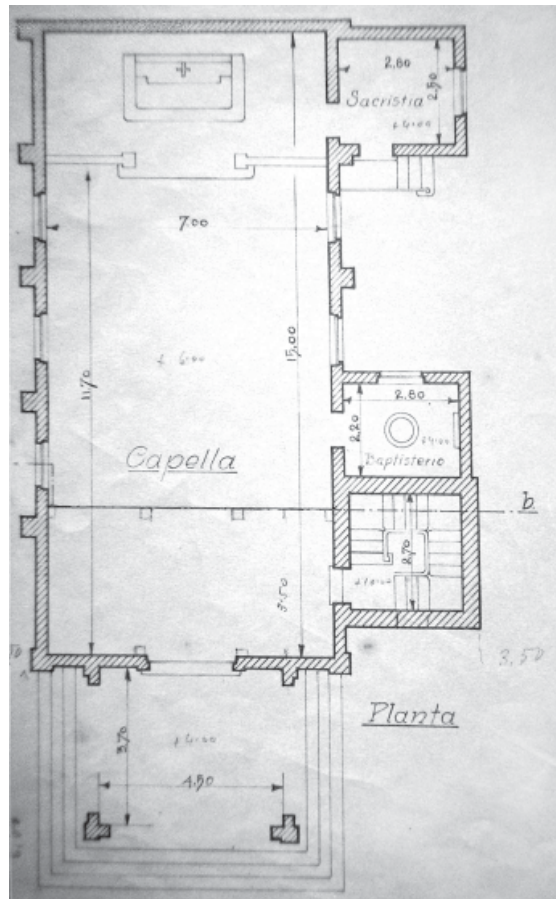
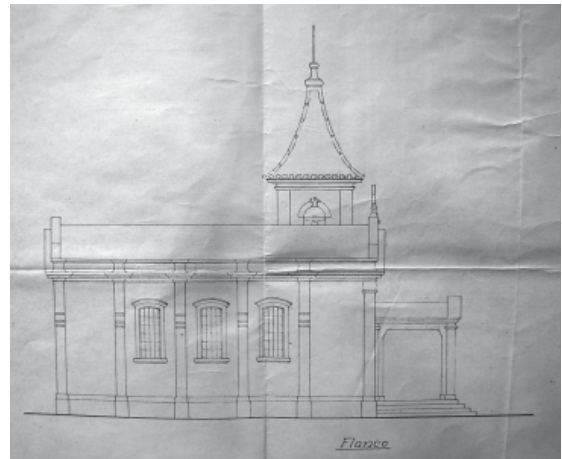
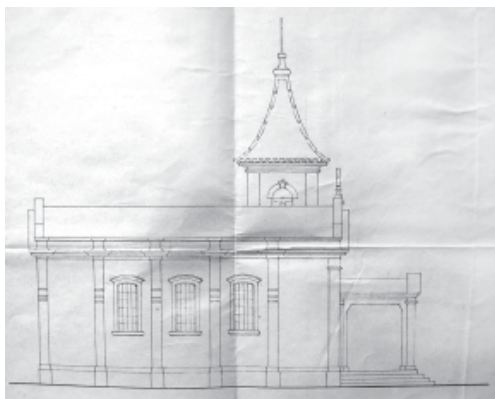
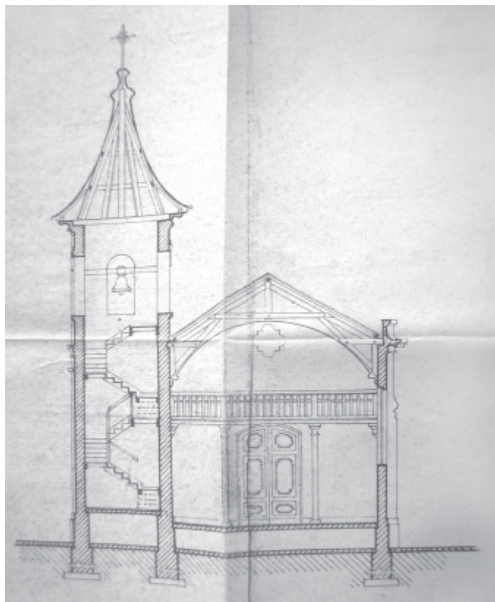
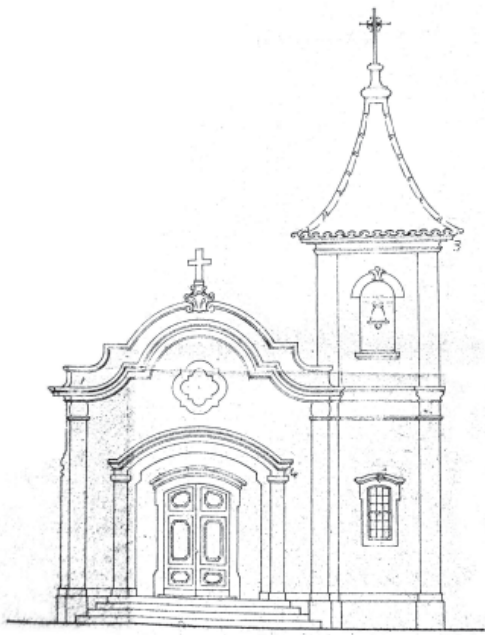
Figura 25 - Capa do orçamento de construção da capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	Material de construção			
II	Mano de obra			
III	Transporte			
IV	Instalações elétricas			
V	Instalações hidráulicas			
VI	Instalações de gás			
VII	Instalações de água fria			
VIII	Instalações de água quente			
IX	Instalações de esgoto			
X	Instalações de ventilação			
XI	Instalações de iluminação			
XII	Instalações de aquecimento			
XIII	Instalações de refrigeração			
XIV	Instalações de elevadores			
XV	Instalações de segurança			
XVI	Instalações de proteção			
XVII	Instalações de conservação			
XVIII	Instalações de manutenção			
XIX	Instalações de reparação			
XX	Instalações de substituição			
XXI	Instalações de reforma			
XXII	Instalações de modernização			
XXIII	Instalações de ampliação			
XXIV	Instalações de reforma e ampliação			
XXV	Instalações de reforma, ampliação e modernização			
XXVI	Instalações de reforma, ampliação, modernização e conservação			
XXVII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação e manutenção			
XXVIII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção e reparação			
XXIX	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação e substituição			
XXX	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição e reforma			
XXXI	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma e ampliação			
XXXII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação e modernização			
XXXIII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização e conservação			
XXXIV	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação e manutenção			
XXXV	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção e reparação			
XXXVI	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação e substituição			
XXXVII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição e reforma			
XXXVIII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma e ampliação			
XXXIX	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação e modernização			
XL	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização e conservação			
XL I	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação e manutenção			
XL II	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção e reparação			
XL III	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação e substituição			
XL IV	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição e reforma			
XL V	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma e ampliação			
XL VI	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação e modernização			
XL VII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização e conservação			
XL VIII	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação e manutenção			
XL IX	Instalações de reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação, substituição, reforma, ampliação, modernização, conservação, manutenção, reparação e substituição			
L	TOTAL			

Figura 26 - Orçamento capela Santa Terezinha, 1927. Fonte: Acervo Família Camargo.

“a capela Santa Terezinha foi construída em alvenaria de tijolos e possui estrutura em concreto armado. Possui linhas bastante sóbrias se comparada com projetos anteriores do mesmo escritório, de nítida inspiração neocolonial, o que nos leva a propor ter sido ela projeto do arquiteto português Ricardo Severo, grande difusor dessa corrente em São Paulo, e que já trabalhava à época no escritório de Ramos de Azevedo, muito embora na planta haja indicação de autoria de desenho do Dr. F. P. R. e cópia de P. G. ou Paulo Gianini o desenhista do escritório. À planta retangular, onde estão a nave, o coro e o altar agregam-se a sacristia, o batistério e a torre sineira, em corpos laterais, além de um alpendre com cobertura levemente arqueada, formando uma abóbada suave. O frontão da fachada possui as linhas recortadas tradicionais da linguagem barroca, cujo desenho, e aqui talvez esteja o grande acerto do projeto, amplia e fortalece as formas do óculo quadrifoliado, existente neste mesmo frontão e que serve de iluminação ao coro. O efeito obtido é bastante interessante, ajudando a harmonizar as formas destoantes do alpendre e da torre sineira, cuja cobertura possui telhado de inclinação elevada arrematado pelo cruzeiro metálico. Tudo resulta numa fachada de desenhos e formas equilibradas, com rico jogo de volumes. Internamente o aspecto sombrio se mantém, com uso de falsas pilastras dóricas intercaladas entre as aberturas com caxilharia metálica e vidros coloridos, aberturas que são envolvidas por molduras simples, com arremate inferior e volutas; as imagens dos santos foram distribuídas na laterais, alocadas sobre peanhas de mármore esculpido, que reproduzem bustos de anjos alados. Na altura da base das pilastras, abaixo das aberturas, aparecem grandes almofadas de alvenaria, marcadas por frisos delicados. Os panos restantes de paredes receberam singela decoração pictórica, aplicada com estêncil. Os elementos internos de madeira ajudam a compor o ambiente austero que predomina nesta capela: o altar e guarda-corpo de balaústres torneados, os bancos e o coro foram envernizados, deixando exposta a madeira de que foram construídas. O piso da capela é forrado de ladrilhos hidráulicos decorados com motivos coloridos, na cores, vermelha, amarela e cinza. O forro, em abóbada de berço, pintado de branco não apresenta nenhum tipo de decoração. As dimensões generosas, o predomínio dos tons pastéis e dos brancos, e a iluminação natural abundante obtida através das grandes aberturas, criaram um ambiente bastante agradável no interior dessa edificação”.

(2007, p. 339)



Figuras 27 a 29 - Capela Santa Terezinha, 1927: fachada principal, corte transversal e fachada lateral. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figuras 30 e 31 - Capela Santa Terezinha, 1927: fachada lateral e planta baixa. Fonte: Acervo Família Camargo.

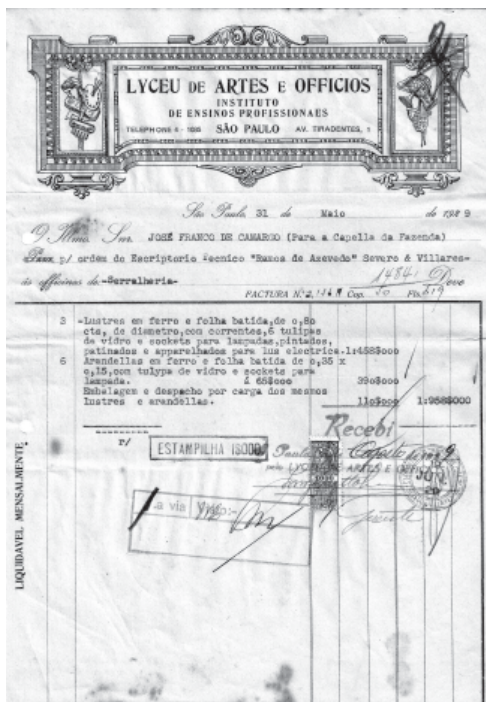


Figura 34 - Nota de fornecimento de lustres e arandelas para a capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo.

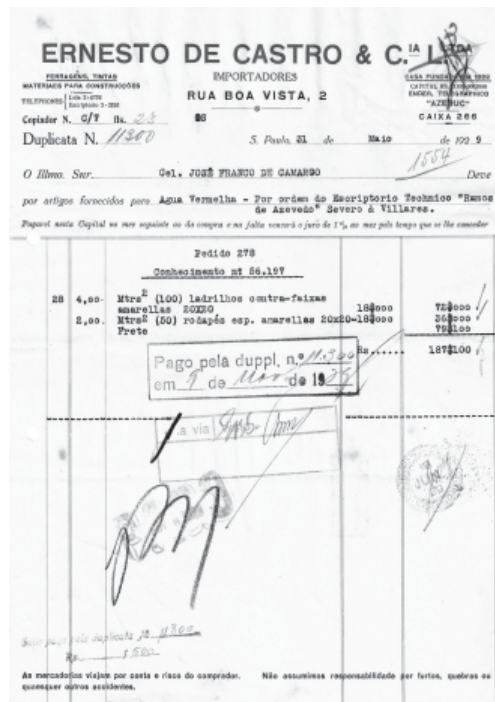


Figura 35 - Nota de fornecimento de ladrilhos para a capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo.

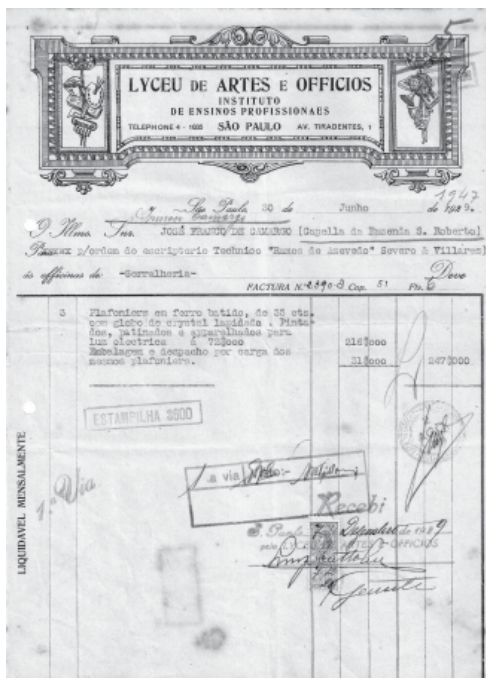


Figura 36 - Nota de fornecimento de plafoniers em ferro batido para a capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo.

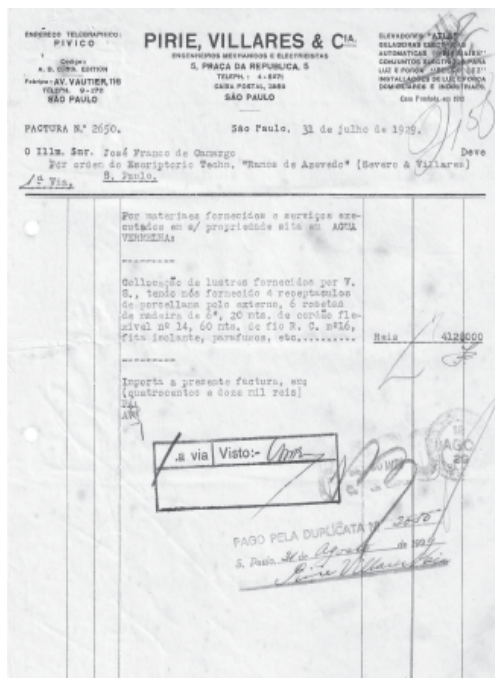


Figura 37 - Nota de instalação de lustres na capela Santa Terezinha, 1929. Fonte: Acervo Família Camargo.

Como podemos observar, a casa de morada da família de José Franco de Camargo e o seu entorno, incluídos aqui somente os espaços de uso da família que circundavam a casa, eram espaços destinados ao bem estar dos Camargo. A intimidade e privacidade da família eram garantidas por estes limites espaciais, o que ficou bem claro nas falas dos entrevistados. O único espaço destinado ao uso comum dos proprietários e dos empregados era o religioso. Os espaços de trabalho, que também circundavam a casa de morada serão detalhados no capítulo seguinte. No próximo item trataremos do modo de vida desta família, seus gostos e costumes, tanto na fazenda São Roberto quanto na residência em São Paulo.

Modo de Vida da Família Cafeeira

O recorte temporal de nossa pesquisa privilegia um período marcado por muitas transformações políticas, sociais e econômicas no que se refere ao âmbito nacional. As famílias cafeeiras detentoras em sua grande maioria, do que Bourdieu denomina de capital social no qual estão embutidos os econômicos, culturais, políticos e pessoal, passaram a viver e morar inspirados nos moldes franceses, tidos na época, como referência de bom gosto e alto grau de sofisticação. Um dos elementos mais importantes para essa transmissão cultural européia foi sem dúvida a ferrovia, a qual chegou a São Carlos em 1884, por iniciativa de fazendeiros locais desejosos em aumentar seus lucros e adquirir as novidades advindas da capital, para tal exigiram para si a implantação da estrada de ferro bem próxima a suas porteiras. Foi esse meio de transporte também um dos grandes contribuintes para a instalação do estilo eclético em São Carlos, tanto no meio urbano quanto no rural.

Os modos de vida da família Camargo sofreram grandes alterações com a instalação desse novo meio de transporte. A fazenda São Roberto fazia o escoamento de seus produtos pelas estações do Chibarro e Água Vermelha, por estas, José Franco de Camargo mandava para a Capital ou para o porto de Santos as seguintes mercadorias: café, gado *vacum* e grãos em geral; era por meio da ferrovia também que mandava vir tudo de necessário para sua vida na fazenda ou na cidade. Segundo Bortolucci (1991, p. 15), “o trem foi o transporte que veio permitir, com maior facilidade, a importação de materiais e equipamentos de toda ordem, proporcionando uma verdadeira reviravolta nos hábitos e costumes de até então”.

As mudanças começaram pela arquitetura, a casa de morada da Fazenda São Roberto, como já foi dito anteriormente ganhou a partir de 1904 novas características, suas reformas deram-lhe um ar nobre e sofisticado. Em estilo eclético ela passou a ostentar muitos elementos representativos desse novo modo de morar. Segundo Carlos Lemos (1999), este estilo era sinônimo de progresso e considerado a linguagem do poder econômico neste período. A partir de 1913, José Franco passa a residir parte na fazenda e parte em sua residência urbana em São Carlos, localizada no largo da matriz, aqui ele reunia-se com seus pares para discutir assuntos políticos e de interesses econômicos. Possuir uma casa na cidade era tido como algo representativo do poder político, econômico e social dos fazendeiros locais. Segundo Bortolucci (1991), “a ambivalência cidade - campo justifica a construção de luxuosas moradias nas proximidades da matriz, a parte nobre da cidade”. José Franco de Camargo não só possuía sua casa na cidade, como a mesma estava localizada na parte mais nobre desta, demonstrando mais uma vez que o nosso fazendeiro fazia representar, por meio da arquitetura, todo seu poderio não só econômico como cultural.

Essa representação do poder econômico e cultural por meio da cultura material estendia-se também aos objetos que decoravam as luxuosas moradias dos fazendeiros

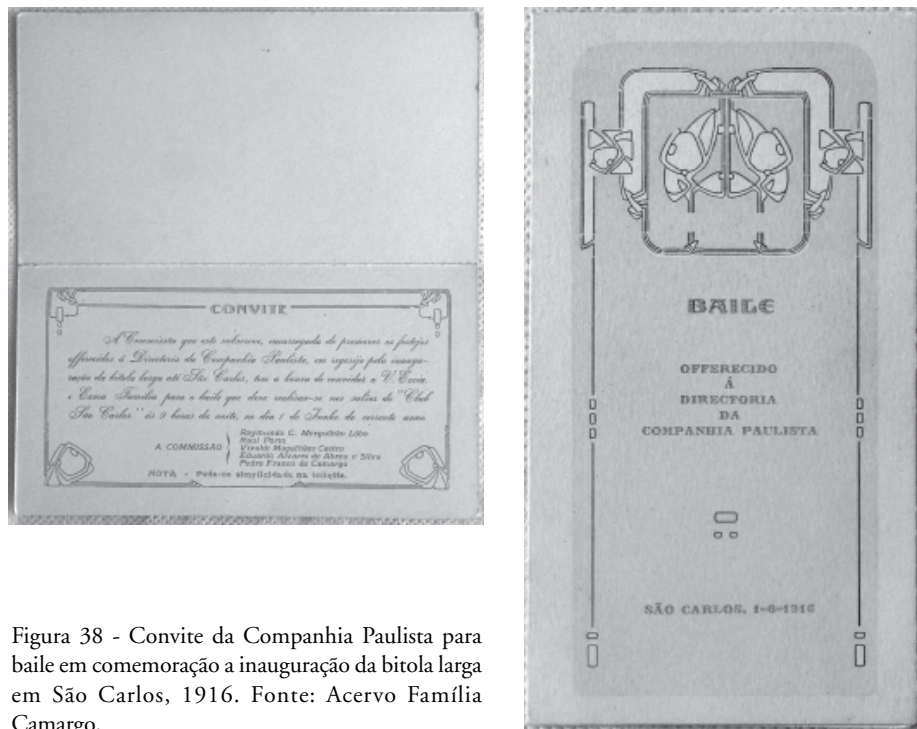


Figura 38 - Convite da Companhia Paulista para baile em comemoração a inauguração da bitola larga em São Carlos, 1916. Fonte: Acervo Família Camargo.

de café, assim muitos deles mobiliaram suas residências com o que havia de mais moderno e refinado no período e essa preocupação não era apenas com relação à moradia urbana, mas também com suas casas de morada em suas propriedades rurais, fato que pode ser percebido na fazenda São Roberto, a qual teve todo o mobiliário antigo substituído, os catres e as marquezas simples descritas no inventário de Sabino Soares de Camargo em 1903, cederam lugar a luxuosos jogos de quarto, sala de jantar, cadeiras e marquezas importadas em estilo Thonet, etc., sendo a maioria deles adquiridos no Liceu de Artes e Ofício que neste período produzia móveis para a classe dominante e foi o maior divulgador e realizador de obras do estilo Art Nouveau no Brasil.

Esse período marcado por profundas transformações alteraram em grande parte os costumes da família Camargo, quando da permanência na fazenda a rotina era totalmente controlada por José Franco de Camargo que exigia acima de tudo disciplina por parte de seus filhos, esposa e empregados. O dia na fazenda começava cedo, segundo Maria de Lourdes, o pai exigia que os filhos acordassem às sete horas, fizessem sua higiene e se preparassem para o café da manhã. Depois do café ele percorria a cavalo toda a fazenda para fiscalizar o trabalho, era visto, por todos de longe devido sua indumentária, sempre terno branco de linho. Enquanto isso, as filhas se dedicavam ao aprendizado de prendas domésticas, a leitura e a algumas atividades de lazer e o filho acompanhava sempre o pai na fiscalização do trabalho, quando não brincava com as irmãs e fazia leituras. Por volta do meio dia José Franco de Camargo retornava para a casa de morada para almoçar, o qual deveria estar rigorosamente pronto e de acordo com as ordens dadas às empregadas por Isolina Affonso. Após o almoço, que era servido ao meio dia, se reuniam no alpendre para descansar e conversar, de onde José Franco aproveitava para fiscalizar o trabalho desenvolvido no terreiro. Neste mesmo espaço recebia o administrador no final do dia para as recomendações das tarefas do dia seguinte, este homem de confiança de José Franco não passava, porém deste espaço. Esse era um costume comum na maioria das fazendas cafeeiras, como salienta Maluf a partir da carta das memórias de Brasília:

Ao escurecer chegava o empregado (...) papai nunca fazia entrar nem sentar esse empregado. Elle tinha os serviços tão certos e penso que já teria durante o dia corrido tudo que já estava ao par; então aquela conversa era só para dar as ordens para o dia seguinte e fazia rápido, (...) se chegava o café na hora, serviam 1 chicara ao fiscal que tomava alli mesmo em pé, dava boa noite e se retirava. (Maluf, 1995, p.64)

As tardes na fazenda eram dedicadas ao preparo do jantar, aos cuidados com a casa, estes obviamente orientados por Isolina Affonso que, segundo Maria de Lourdes (2005), gostava de tudo muito bem feito “ela cuidava pessoalmente da organização de tudo na fazenda”. Depois de passar às empregadas as ordens necessárias era hora de Isolina conversar com o marido sobre os trabalhadores adoentados, dos quais, como salienta Maria de Lourdes, “cuidava pessoalmente”. José Franco se dedicava à leitura, acompanhava todo o trabalho de administração da fazenda registrado nos diários, caminhava no alpendre de um lado ao outro, sempre de olho no trabalho. No final da tarde voltavam todos a se reunirem neste espaço para o café e depois se prepararem para o jantar que era servido por volta das dezoito horas, para os adultos na sala de jantar e para as crianças na saleta de refeições. Segundo relatos, as refeições eram sempre muito fartas e saborosas comia-se quase tudo que era produzido na fazenda, da horta retiravam todos os legumes e hortaliças, do pomar as frutas para o preparo de doces, na fazenda também eram plantados o arroz, feijão e o milho bem como criados porcos, galinhas e vacas. Após o jantar a família voltava a se reunir na sala de estar para ouvir música, conversar sobre os mais variados assuntos, com exceção das crianças que seguiam para seus dormitórios e lá recebiam um chá antes de dormir. O controle de José Franco estendia-se também sobre os espaços de dormir das meninas, pois segundo José Franco Filho, seu pai sempre controlava a vida dos filhos, sempre passava pelos quartos das meninas para saber se tudo corria bem. Assim feito, voltava para a sala de estar, conversava com a família, relatava alguns negócios e investimentos, tomavam o chá e depois se retiravam para seus respectivos dormitórios. Essa rotina só era quebrada quando havia visita de pessoas importantes como a família Penteado e Barros da Capital Paulista, nestas ocasiões a casa se punha em festa e era toda arrumada para receber os visitantes.

O ritmo na casa de morada do fazendeiro era regido pelo ciclo cafeeiro. Em tempo de colheita, toda a vida da família se modificava: os filhos maiores auxiliavam o pai na supervisão dos trabalhadores no terreiro, no beneficiamento, no ensacamento e na estocagem do produto. Fazendeiros que moravam nas cidades, como é o caso da família Camargo, mudavam-se com toda a família para a fazenda, para acompanhar os serviços nesta época. Assim relembra Maria de Lourdes (2005): “quando íamos para a fazenda na época da colheita, queríamos ajudar papai nos trabalhos, mas ele não deixava as meninas fazer esse tipo de trabalho, que só era ensinado ao José, meu irmão.”

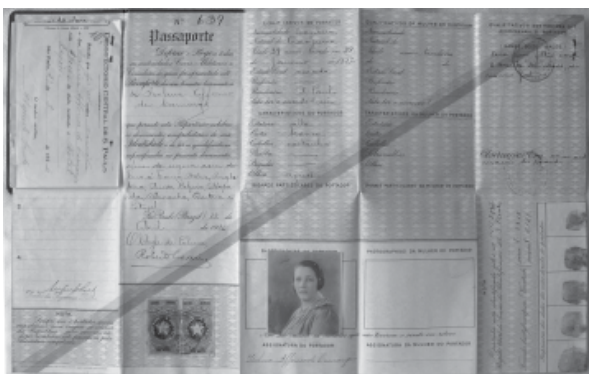
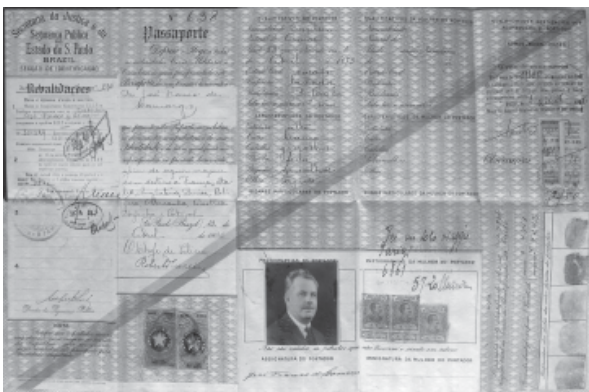
Findada a colheita era a hora de voltar para São Paulo, local em que passaram a residir a partir de 1926, para retomar a rotina que era marcada por estudos, teatros,

compras e sempre, muita disciplina. Segundo Marina Maluf (1995), essa regularidade de hábitos, presente na sociedade burguesa do final do século XIX, deve ser vista mais como uma busca pela ritualização que cria pela repetição uma aura de tradicionalismo, um sentido de estabilidade. É um método eficaz de transmissão de valores, a jornada baseia-se no princípio da ordem e da regra, disciplina era a palavra chave, tanto no âmbito familiar quanto no escolar, exemplificando o que salientou Foucault, que a disciplina foi o mais eficiente dispositivo de poder criado pela sociedade burguesa, que tinha como alvo o corpo humano, não para mutilá-lo e sim adestrá-lo. Eis a função da disciplina tão exigida pelo nosso fazendeiro não só com relação aos seus familiares com todos que lhe estavam subordinados.

A vida na cidade não era muito diferente da vida na fazenda, lá José Franco também fazia seguir respeitosamente, por todos os membros da família, as regras impostas por ele. Para tudo havia horário, o dia dos mais jovens era rigorosamente dividido entre os estudos, o lazer e as refeições e o dia dos adultos organizado e dividido entre os afazeres dos homens e os afazeres das mulheres, sendo estas responsáveis por toda organização e administração da casa, bem como, da saúde e educação dos

filhos e ao homem, a administração dos negócios. Mesmo com tantas melhorias surgidas nesse período os papéis sociais dos homens e das mulheres da família Camargo em nada se alteraram. Os dias eram marcados por estudos, aulas de música, boas maneiras, língua francesa, etc..., as noites por encontros sociais, regados a vinhos e muita música.

Numa época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano, inovações tecnológicas como o telefone, o telégrafo sem fio, o cinema, a bicicleta, o automóvel, inspiravam novas percepções da realidade. Com seus cafés-concertos, balés, operetas,



Figuras 39 e 40 - Passaportes de José Franco de Camargo e de Isolina Affonso de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

livrarias, teatros, *boulevards* e alta costura, Paris, a Cidade Luz, era considerada o centro produtor e exportador da cultura mundial. A cultura boemia imortalizada nas páginas do romance de Henri Murger, *Scènes de la vie de bohème* (1848), era um referencial de vida para os intelectuais brasileiros, leitores ávidos de Baudelaire, Rimbaud, Verlaine, Zola, Anatole France e Balzac. (Novais, 1998) Ir a Paris ao menos uma vez por ano era quase uma obrigação entre as elites, pois garantia o vínculo com a atualidade do mundo e dessa obrigação não escapou a família Camargo, segundo consta nos passaportes expedidos em 1926, Isolina, José Franco e filho viajaram para a Europa neste ano e seguiram para os seguintes países: França, Itália, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Alemanha, Austria, Espanha e Portugal. De lá trouxeram vinhos, roupas e outros artigos. Após o retorno desta viagem José Franco contratou o escritório de Ramos de Azevedo, para reformar a casa da fazenda São Roberto e contruir a capela desta propriedade, o mesmo arquiteto responsável pelo projeto da casa da Avenida Angélica, luxuoso casarão em estilo neocolonial, onde o fazendeiro já residia quando de sua ida a Europa. Segundo Maria de Lourdes (2005), seus pais foram muitas vezes à Europa, sempre de navio e de lá traziam muitos produtos. “Até eu sou meio francesa, pois fui concebida lá”. Quando de seu nascimento em 14 de outubro de 1927 a família já residia em São Paulo e, segundo seus relatos, iam à fazenda somente para passar férias e na colheita, com exceção do pai que estava sempre lá e cá. Ainda segundo Maria de Lourdes, a vida em São Paulo era muito luxuosa:

me lembro bem das compras nas lojas mais caras da cidade pois mamãe fazia questão de nos vestir muito bem, íamos sempre ao teatro, cinema, tínhamos uma vida social bem agitada, papai conhecia pessoas muito importantes recebíamos sempre Olívia Penteadó e o presidente Ademar de Barros. (2005)

As notas fiscais encontradas no acervo da família Camargo revelam-nos que as compras feitas por Isolina Affonso se davam sempre nas lojas mais sofisticadas, como

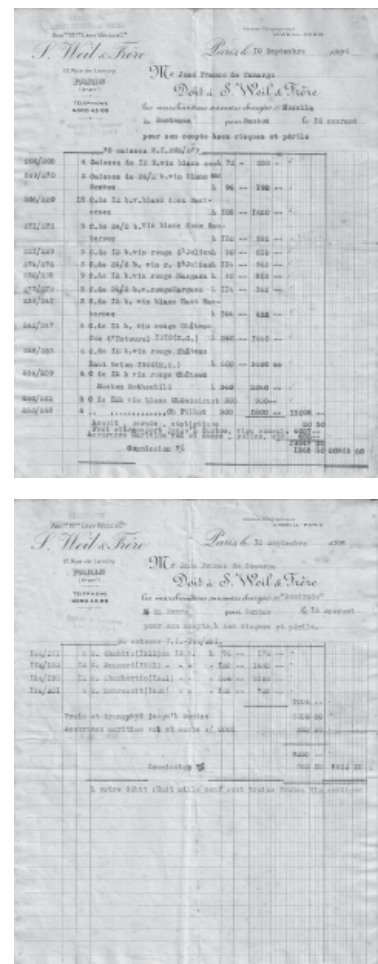


Figura 41 - Notas de compras em Paris, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

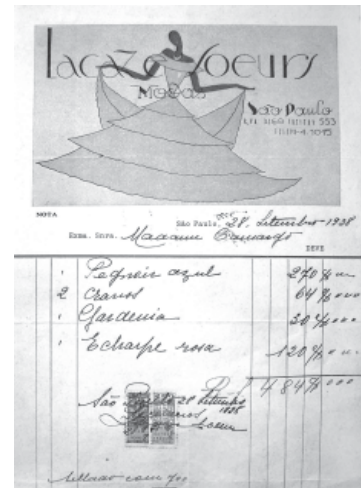
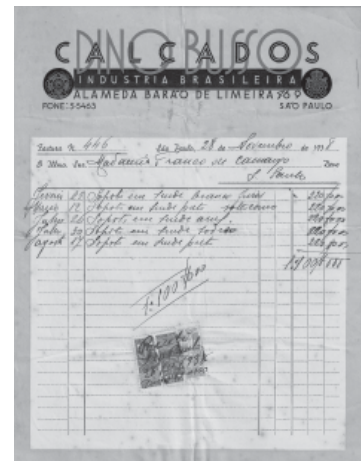
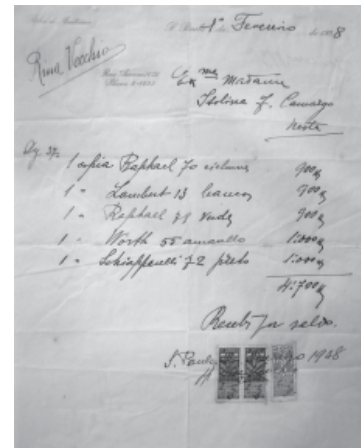
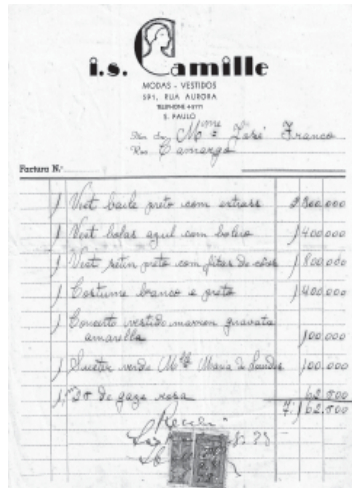
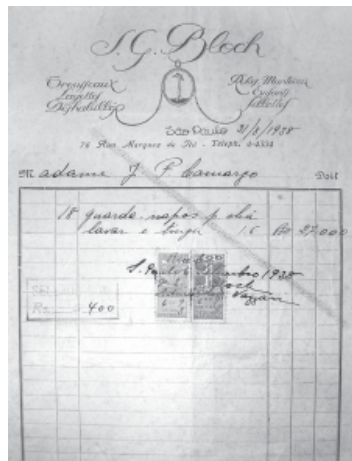
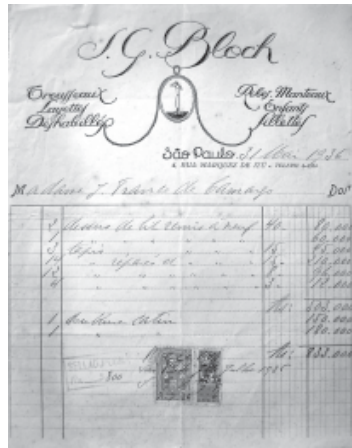
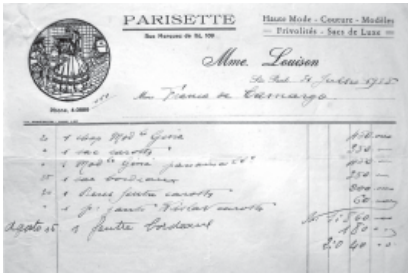
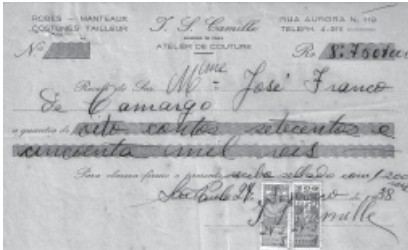
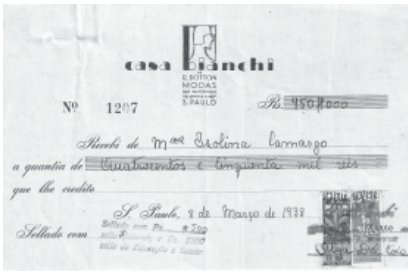


Figura 42 - Notas fiscais de compra de roupas por Isolina Affonso de Camargo, década de 30. Fonte: Acervo Família Camargo.

a Parisette de São Paulo, as quais vendiam roupas inspiradas na moda francesa ou artigos vindos diretamente do país tido como o referencial do bom gosto. Mesmo com uma vida social muito agitada as idas à fazenda São Roberto eram sempre uma festa. Maria de Lourdes assim recorda-se:

Acordávamos cedo e íamos de trem, lá na estação um altomóvel vinha nos pegar, não era muito longe a fazenda da cidade, quando lá chegávamos era uma festa, os empregados nos recebiam com bolos, doces, sucos e chá. Ficávamos na São Roberto de um a dois meses, nesse período papai porém não nos deixava fora dos horários, logo às sete levantávamos e íamos nos preparar para o café, depois ele sai a cavalo, sempre de terno branco e assim percorria toda a fazenda, voltava somente para o almoço que tinha que estar pronto quando ele chegasse, isso era por volta do meio dia.



Figura 43 - José Franco de Camargo com familiares no alpendre da casa de morada na Fazenda São Roberto, Década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 44 - José Franco de Camargo no alpendre, lugar da casa preferido por ele., Década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 45- Maria de Lourdes e Maria Lúcia se divertem no alpendre, Década de 30. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 46 - A presença do rádio na fazenda, símbolo de modernidade. Década de 30. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 47 - Família Camargo no alpendre. Década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.

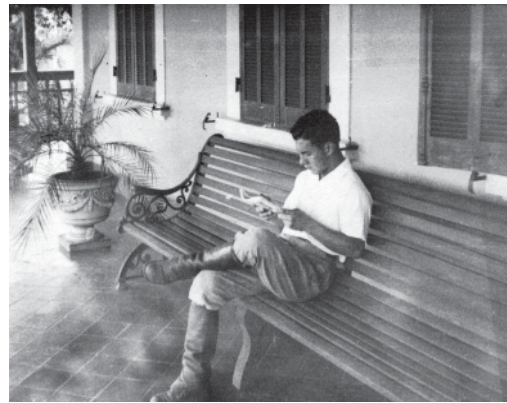


Figura 48 - A leitura, atividade recomendada por José Franco de Camargo durante a estadia na fazenda. Década de 30. Fonte: Acervo Família Camargo.

Como podemos perceber, José Franco de Camargo era um homem rígido com a família, fazia que todos seguissem suas ordens e desejos. Agindo de maneira natural, segundo seus filhos, ele fazia impor sua vontade sem que muitas vezes os que a seguiam as reconhecesse como tal, configurando assim o que Bourdieu denomina de violência simbólica, ou seja, aquela que ocorre de maneira imperceptível a quem lhe está subordinada. Segundo José Franco de Camargo Filho (2005): “ele tinha uma autoridade com os filhos que era impressionante. Só no olhar dele a gente já sabia o que ele queria!”

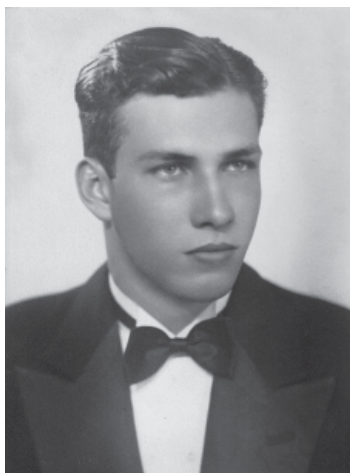


Figura 49 - José Franco de Camargo Filho. Década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.

Para José Franco de Camargo Filho, a capital representava o que havia de mais moderno, era lá que gostava de ficar, a fazenda para ele era sinal de tristeza, a cidade símbolo de requinte e bom gosto. A residência na capital era segundo ele: “uma casa muito bonita, feita pelo Ramos de Azevedo. Tinha um terraço grande embaixo e outro em cima”.

Quando São Paulo foi marcado pelo movimento Constitucionalista em 1932, onde as elites rurais conseguiram unir as massas para lutar em prol de seus interesses tendo como bandeira a luta por uma nova constituição, a família Camargo assustada com um tiro que havia atingindo sua residência organizou-se toda rumo à fazenda São Roberto, esta era considerada por todos da família como fazenda sede, a mais querida. Isolina Affonso



Figura 50 - Residência de José Franco de Camargo. Despacho Ramos de Azevedo. São Paulo, anos 30. Fonte: Amaral, Aracy. Arquteectura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos, 1994.



Figura 51 - Vista lateral da residência de José Franco de Camargo na Avenida Angélica, São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 52 - Isolina Affonso de Camargo com sua filha caçula Maria de Lourdes, anos 30. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 53 - José Franco de Camargo e seu filho José Franco na sala de entrada da residência em São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 54 - Filhas e filho de José Franco de Camargo na escadaria de acesso a residência em São Paulo. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 55 - José Franco de Camargo e uma de suas filhas, demonstrando pouca proximidade deste com os filhos. Fonte: Acervo Família Camargo.

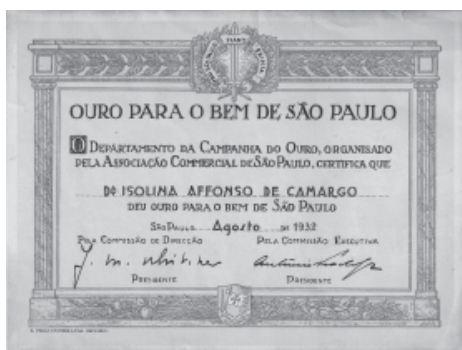


Figura 56 - Atestado de doação de ouro para o Bem de São Paulo, 1932. Fonte: Acervo Família Camargo.

não ficou imune ao movimento e participou doando ouro para a revolução. Segundo Maria de Lourdes, o marido de Lúcia sua irmã, era um homem de grande prestígio, Álvaro Guião foi secretário da educação no governo de Ademar de Barros e isso fazia com que tanto a casa em São Paulo como a sede da fazenda São Roberto fossem amplamente visitadas por personalidades políticas do período, ato ao qual José Franco de Camargo fazia muito gosto.

Com a morte de Isolina Affonso de Camargo em 1939, na fazenda São Roberto em decorrência de uma picada de abelha, José Franco de Camargo assumiu para si a educação dos filhos, desenvolvendo uma relação muito afetuosa com a filha caçula Maria de Lourdes. A casa da Avenida Angélica foi assim descrita no inventário da falecida:

Uma casa construída de Alvenaria de tijolos e coberta de telhas cerâmicas em um terreno de vinte e seis metros de frente por setenta e cinco metros da frente aos fundos, situada na Avenida Angélica, número 634, a frente é guarnecida por um gradil de ferros com dois portões de entrada, sendo um para automóvel e outro para pedestres, e está situada no meio de um jardim sendo seu piso todo ladrilhado, tendo na frente do prédio dois terraços, um na parte inferior outro na parte superior, com duas janelas e uma porta que dão para os referidos terraços e mais uma janela de cada lado, tanto em cima quanto em baixo, a entrada é feita ao lado por uma escadaria de mármore que dá para um terraço todo ladrilhado existindo um portão de ferro trabalhado, que dá entrada para o hall de onde partem duas escadas para os aposentos de cima e para o porão, ao lado escritório seguindo-se de sala de estar, sala de jantar, tendo esta o forro de madeira todo trabalhado e as outras dependências estucadas e assoalhadas, segue um corredor com entrada para uma saleta, banheiro ladrilhado e estucado com azulejos nas paredes, uma passagem toda ladrilhada e com azulejos nas paredes tendo ai uma escada de serviços tanto para a parte superior como para o porão, em seguimento copa, cozinha e duas dispensas, esses cômodos todos ladrilhados, estucados e com azulejos nas paredes, sala de almoço assoalhada e estucada. Na parte superior um grande hall, seis quartos todos assoalhados e estucados, um grande banheiro, uma privada com lavabulo e uma rouparia. No porão sete quartos, assoalhados e

³Laudo de Inventário de Isolina Affonso de Camargo, 1939. São Paulo.

estucados, uma dispensa, uma grande sala de bilhar, todos esses cômodos ladrilhados e estucados. No quintal uma garagem para dois automóveis, tendo em cima três quartos, um banheiro e uma cozinha, fora tanque e galinheiro. Avaliada por 400 contos de réis. ³

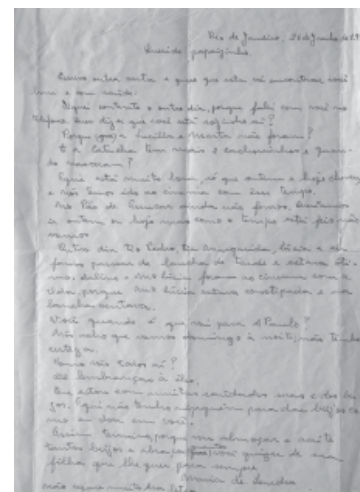
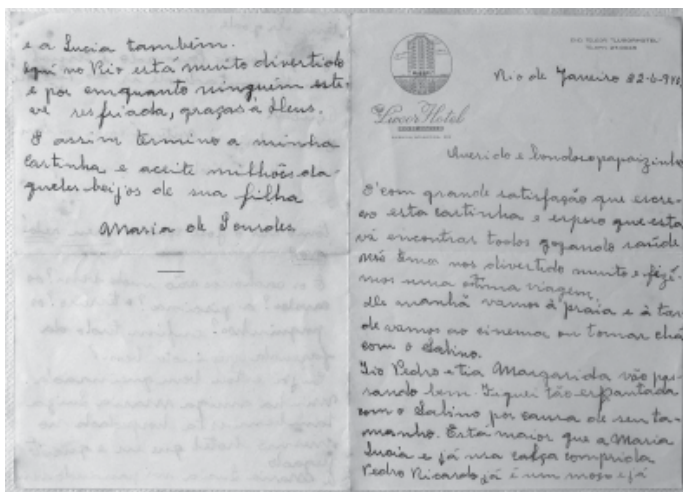
Como podemos observar a residência em São Paulo da família Camargo era um luxuoso casarão, projeto do escritório de Ramos de Azevedo. Ostentava diversos elementos de ornamentação que lhe conferiam requinte e sofisticação, a exemplo: escadaria de mármore, lustres, forro de madeira da sala de jantar todo trabalhado, o gradil de ferro trabalhado do portão, jardim planejado, portas e janelas envidraçadas, além de possuir um programa variado, afirmando o que Carlos Lemos (1999) coloca como o aspecto mais fascinante da arquitetura, que é a criação de espaços definidos para atender aos programas de necessidades dos homens, os quais mudam de acordo com o contexto histórico, político e social, ou seja, estão em constantes modificações. Temos na residência dos Camargo espaço bem definidos, como a saleta de música, sala de costura, cozinha, dispensa e etc. Percebemos também a preocupação com a ornamentação no que se refere ao espaço de receber, demonstrando a intenção de ostentar a seus visitantes os mais refinados acabamentos e mobiliário, o qual também seguia os padrões de requinte da época, que pode ser verificado na descrição deste, no mesmo inventário:

No hall de entrada, mobiliário constante de consolo, área, duas mesas e cadeiras; No escritório, cofre e mobiliário com cinco peças e cadeiras. Nas salas de recepção e de estar, unidas com seis e cinco peças e cadeiras, respectivamente. Na sala de jantar com cinco peças, relógios e cadeiras. Na saleta de almoço e dispensa quatro peças e cadeiras. Na copa, cozinha e dispensa, geladeiras, fogões, aquecedores e enceradeiras. Sala de costura e saleta de músicas, móveis no valor de 500.000 réis. (...) na garagem um automóvel La Salle, fabricação 1924. Baixelas de prata, faqueiros, cristais e bronze no valor de 10 contos de réis. Oito quadros no valor de cinco contos de réis, todos os tapetes que guarnecem a casa no valor de 12 contos de réis. Ao abat-jour e os vasos de ornamentação no valor de 1 conto e quinhentos mil réis. ⁴

⁴Laudo de Inventário de Isolina Affonso de Camargo, 1939. São Paulo.

A fazenda São Roberto não constou no inventário de Isolina Affonso de Camargo, portanto não temos como avaliar como estava essa propriedade neste período. Conforme já foi dito anteriormente, com a morte de Isolina José Franco desenvolveu

uma relação muito afetuosa com a filha caçula, que diz ter sido criada com muito mimo pelo pai. Segundo ela, “foi ele que me ensinou tudo que eu sei, pra mim ele é o protótipo de pai, justo e querido, me ensinou também a lidar com dinheiro”. José Franco proporcionou tudo para a filha caçula, destes destacam-se estudos e viagens, nas quais ela sempre escrevia ao pai, demonstrando nas cartas muita afetuosidade e carinho à figura paterna. Em viagem ao Rio de Janeiro em 22 de junho de 1940 ela escreve ao pai o chamando de querido e bondoso paizinho, pergunta de todos e sobre os cachorros, os cavalos, a piscina, o terreiro e os porquinhos, enfim, tudo da fazenda São Roberto, relata ainda como estão sendo suas férias e despede-se saudosa mandando milhões daqueles beijos de sua filha. Um ano depois em viagem a mesma cidade, ela escreve ao pai no dia 19 de junho de 1941 e inicia a carta o chamando de querido paizinho, nesta destaca a saudade que sente de todos, principalmente dos gostosos beijinhos do pai e encerra a carta assinando sua filha que lhe quer para sempre. Uma semana depois, em 26 de junho de 1941, Maria de Lourdes escreve outra carta ao querido paizinho, salientando a saudade dos beijos que dá no pai, relata os passeios feitos na cidade e se despede como na carta anterior. Em outra viagem a Poços de Caldas em 14 de fevereiro de 1942, assim como em cartas anteriores, ela inicia chamando-o de querido papaizinho, pergunta de todos, da fazenda, relata seus passeios, salienta suas saudades e finaliza com aqueles beijos saudosos.



Figuras 57 e 58 - Cartas de Maria de Lourdes a José Franco de Camargo, 1941 e 1940. Fonte: Acervo Família Camargo.

Essa relação afetuosa que José Franco de Camargo tinha com a filha caçula não se estendia, porém ao filho José Franco, que também tivemos a oportunidade de entrevistar, pois este via o pai como o símbolo da castração, pois remete a este a culpa por ele não ter seguido a aviação, grande paixão de sua vida. Com a morte de Álvaro Guião em um desastre de avião, José Franco pai proibiu seu filho de seguir a aviação e mandou-o, recém casado, para a Fazenda São Roberto. Este ato causou muita tristeza ao filho o que pode ser percebido em sua fala:

Eu não gostava muito de fazenda, morei em São Paulo, estudei na Machenzi!!! Conheci muitas pessoas em São Paulo. Fui criado em São Paulo e me enfiaram numa fazenda. Na verdade a São Roberto foi uma tristeza pra mim. Eu gostava mesmo era de aviação. (José Franco de Camargo Filho, 2005)

A vida social da família Camargo continuou muito agitada após a morte de Isolina, as visitas às fazendas tornaram-se mais raras, mas José Franco não deixava de controlar seus negócios, entregues parcialmente aos administradores. Até o ano de sua morte, em 1955, José Franco continuou a frequentar clubes, a visitar a fazenda com sua família e administrar a Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo.

Como podemos perceber o modo de vida da família Camargo pautava-se no ideário burguês difundido no final do século XIX. Tanto a organização espacial da fazenda como da residência na capital estavam voltadas para garantir o conforto e a



Figura 59 - Carteirinha de José Franco de Camargo, da Sociedade Harmonia de Tênis, 1948. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 60 - José Franco de Camargo e sua família na figueira na fazenda São Roberto, década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 61 - José Franco de Camargo e sua família na fazenda São Roberto, década de 40. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 62 - José Franco de Camargo e o administrador da fazenda São Roberto. Fonte: Acervo Família Camargo.

privacidade da família cafeeira. Além destes princípios, a organização espacial da fazenda correspondia a organização social ali estabelecida, em primeiro plano e com maior destaque estavam os espaços da família, em segundo os espaços de trabalho e em terceiro os destinados aos trabalhadores, sendo que estes últimos serão detalhados no terceiro capítulo. Temos que as construções funcionavam como elementos ativos que interagiam de forma dinâmica com as pessoas alocadas na fazenda, funcionando como estrutura de poder que influía no modo de vida dos ocupantes e estes nelas. Tem-se então que as regras internas da casa organizavam toda a vida social da família Camargo. Espaços definidos, delimitados, regrados regendo a vida e conduta das pessoas. A casa de José Franco era visto como algo inatingível, espaço sagrado da família e por todos assim respeitado, pois mesmo na ausência dele, ninguém a ela adentrava, com exceção dos empregados de dentro. “A gente podia andar em tudo na fazenda, praticamente tudo, menos no espaço da família, nesse eu nunca entrei e olha que passei grande parte da minha vida lá”. (Antonio Zago, 2006)

Segundo o imaginário dos trabalhadores, os espaços da família eram realmente representativos do poder e respondia às funções sociais, utilitárias e simbólicas, a casa de morada de José Franco de Camargo era vista como o símbolo maior, nela não só estava embutido o poder do fazendeiro como também seus gostos, costumes e liderança. O jardim garantia a esta construção sua singularidade, sendo também inacessível. A capela, mesmo aberta a todos, só era adentrada quando da presença de algum membro da família na fazenda. Desta, forma, podemos aferir que o pressuposto de que a arquitetura funcionaria também no meio rural como um elemento de representação e manutenção do poder do fazendeiro, contribuindo de forma eficaz para a manutenção da ordem social estabelecida e para a obtenção da tão desejada disciplina, confirma-se na propriedade por nós analisada.

CAPÍTULO 3
Arquitetura e cotidiano dos trabalhadores

A Relação Patrão e Empregado na Lida Diária

A região paulista, na qual está inserida a cidade de São Carlos, passou a apresentar a partir de 1850 um maior crescimento populacional e econômico, em razão, principalmente, da expansão da lavoura cafeeira que, até a penúltima década do século XIX, empregava a mão-de-obra escrava.

O escravo era comprado pelo fazendeiro por alto valor, e o retorno exigido deste “investimento” era o uso de sua força de trabalho em todas as etapas do cultivo do café, desde a derrubada da mata, plantio, limpeza do cafezal, colheita, operação das máquinas de beneficiamento e ainda em todos os trabalhos de construção e manutenção diária da fazenda. Os escravos eram divididos em duas categorias: os “de dentro” que trabalhavam na casa de morada do fazendeiro, no exercício dos trabalhos domésticos, e os “de fora” que lidavam com o trato do café e as demais atividades da fazenda (Benincasa, 2003).

O dia do escravo era longo. Em geral, começava ao toque do sino, por volta das 5 horas da manhã, momento em que os negros tomavam café com rapadura e em seguida se organizavam em filas para receber as ferramentas necessárias para cumprir as tarefas que deveriam desempenhar na jornada. Ainda faziam três refeições no restante do dia: por volta das 10 horas da manhã almoçavam, às 14 horas jantavam e às 20 horas ceavam. Sua alimentação era composta basicamente de angu de fubá, feijão, farinha de mandioca e rapadura. Ao término do trabalho na roça os negros retornavam para as proximidades da casa-grande para inspeção e para a reza. Em seguida eram encaminhados para trabalhos nos terreiros, nos engenhos e paiol. Somente por volta das 21 horas eram recolhidos às senzalas para dormir (Martins, 1999).

Com o declínio do trabalho escravo e o estímulo à contratação de imigrantes europeus, que de maneira geral deixaram suas pátrias devido a guerras e miséria. Nas últimas décadas do século XIX, o trabalho na lavoura cafeeira começou a ser desenvolvido por mão-de-obra assalariada. Os imigrantes chegaram a trabalhar ao

lado de escravos e ex-escravos e foram submetidos a uma rotina de trabalho exaustiva que incluía todos os membros da família. Os colonos, como eram chamados, tinham várias tarefas, entre elas a derrubada e queimada da mata, o plantio, a colheita, o beneficiamento e ensacamento do café. Geralmente ganhavam pelo número de pés de café que cuidavam. Sua rotina era controlada pelo fazendeiro por meio de contrato assinado na sua chegada à fazenda. O fazendeiro não somente controlava o trabalho do colono como também sua vida social. Talvez por isso, muitos colonos fugiram das fazendas rumo às cidades onde poderiam desenvolver suas profissões de origem, como sapateiros, alfaiates, cozinheiros, e viver uma vida melhor. Nas fazendas, além do trabalho de lavoura, os fazendeiros também contavam com o trabalho de ferreiros, carreiros, cocheiros, oleiros, serradores, carapinas, feitores etc. (Freitas, 1999).

Na formação do cafezal – em novas fazendas, ou ampliação de antigas –, ao imigrante colono era atribuído um determinado número de pés de café e a permissão de plantar principalmente feijão e milho entre as ruas. Além de usufruir do cultivo dos gêneros alimentícios, comercializava os excedentes com o próprio fazendeiro ou com os comerciantes das cidades ou povoações próximas. A colheita do café no último ano de formação da planta acrescentava recursos monetários ao pagamento final do seu trabalho. No entanto, como discute Martins (1979), “o pagamento que recebia pela formação de cada cafeeiro era inferior ao preço que esse mesmo cafeeiro obteria se a fazenda fosse negociada pelo fazendeiro. Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase de formação. A principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho – trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal.

Vale lembrar que, no Brasil, o latifúndio foi ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil. As relações ali estabelecidas foram uma síntese de associações morais e de relações de interesses, elementos contraditórios, constituídos por um sistema que unificou lar e negócio. Nele, o cerne das relações entre fazendeiros e agregados foi o favor, num sistema de contraprestações de benefícios servidos e de serviços prestados. Nessas trocas mobilizavam-se fundamentalmente os atributos necessários para a participação de uma associação moral. (Franco, 1997)

Conforme já dissemos, foi no mercado internacional que o Estado brasileiro foi buscar a mão-de-obra a serviço do capital cafeeiro. A Sociedade Promotora de

Migração foi uma das principais canalizadoras dos recursos para financiar a vinda dos imigrantes. Os italianos tinham preferência e eram conduzidos diretamente da Hospedaria de Imigrantes para as fazendas. Havia também interesse que eles viessem acompanhados da família, pois assim aproveitavam do trabalho familiar. (Brito, 2002)

Nas fazendas paulistas da região central, concedia-se ao colono um salário fixo anual, quota por alqueire de café colhido, e o aproveitamento das terras intercafeeiros para a plantação de alimentos. A eles era concedido o trato dos cafezais novos (Beiguelman, 1981). A imigração internacional possibilitou que a abolição fosse gradual e que não houvesse nenhum lapso na oferta da mão de obra necessária, quando o trabalho escravo se extinguiu definitivamente em 1888. O Estado – tanto o provincial quanto o monárquico – possibilitou que se fizesse a transição completa para o trabalho assalariado, dentro do setor mais importante da economia brasileira, na quantidade e no custo que convinha aos interesses dos fazendeiros. Sem dúvida a qualidade das terras roxas, as ferrovias, o progresso técnico no beneficiamento foram vantagens fundamentais para a transição, mas sem a decisiva intervenção do Estado subsidiando as imigrações reduzindo os custos de mão de obra do capital cafeeiro estas vantagens desapareceriam (Beiguelman, 1981).

Segundo Verena Stolcke (1986), Thomas Holloway (1984) e José de Souza Martins (1979) o colonato pode ser definido como uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada, acesso às lavouras de subsistência e a responsabilidade de realizar certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração. Basicamente tais tarefas consistiam em: cultivo anual de um determinado número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração variável segundo o número de pés e paga em parcelas mensais, bimestrais ou anuais. Além disso, podiam desenvolver outras atividades, pelas quais recebiam segundo o tempo de trabalho – dias ou horas – ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas. Outra característica do colonato é o fato de constituir-se como uma relação de trabalho essencialmente familiar. Ao negociar com o “pai de família” o fazendeiro na verdade está contratando toda uma “célula produtiva”, composta pelos filhos mais velhos, pelas mulheres e eventualmente, nos períodos de colheita, até pelas próprias crianças. Quanto maior o número de integrantes de uma família maior a renda alcançada no trabalho. Segundo Stolcke, uma família composta por sete membros reunia condições de tratar de 7.000 cafeeiros, o que renderia a esta família a quantia de 4:200\$000 durante quatro anos, 1:050\$00 anuais.

Como já foi dito anteriormente, os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas cafeeiras. Tinham suas viagens pagas bem como o transporte para as fazendas de café. Estas despesas, assim como o necessário à manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem se sustentar pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiros de acordo com sua capacidade de cultivar, colher e beneficiar. Era também oferecida a eles uma porção de terras para o cultivo de víveres necessários ao próprio sustento entre as filas de café ou em outros locais previamente determinados pelo fazendeiro. No caso da fazenda São Roberto o plantio desses víveres era localizado em meio ao cafeeiro e ainda havia no fundo da residência uma porção de terras para cultivo de hortaliças e criação de animais.

Ao colono cabia cultivar e manter o cafezal limpo. Devia se conduzir disciplinadamente. Não podia abandonar a fazenda sem previamente comunicar essa intenção e saldar primeiramente todos os compromissos. Estas obrigações, no entanto, variavam de acordo com o perfil do fazendeiro, mas em geral, eram parecidas.

Na fazenda São Roberto, em 1880, Sabino Soares de Camargo contratou Innocencio Alves da Silva para tratar de três mil pés de cafeeiros já plantados, mediante a indenização de cinquenta mil réis por ano, e lhe foi designada à permissão para o plantio de gêneros para sua subsistência nos intervalos dos cafeeiros. Mesmo que o trabalho escravo fosse mantido, Sabino como os demais fazendeiros da região já vinha buscando outras formas de substituição deste tipo de mão-de-obra pagando, porém, em geral, salários baixos aos contratados. Segundo Viotti (1998) a permanência do sistema escravista contribuía por si só para o aviltamento dos salários.

O trabalho livre foi inserido em larga escala na fazenda São Roberto após o fim do regime escravista e ganhou ainda mais volume a partir do momento que José Franco de Camargo assumiu a direção da propriedade. Em 1904 ela contava com 30 trabalhadores nacionais, 150 estrangeiros e 70 moradias organizadas em três colônias. De acordo com as estatísticas desse mesmo ano, a fazenda possuía 290 alqueires paulistas, sendo destes, 150 de área cultivada, 30 em mata, 20 em capoeira, 80 em campos e 10 em brejo. Sua plantação era composta por 300.000 pés de café com uma produção anual de 12.000 arrobas. Apesar da maioria dos trabalhadores desta fazenda ser composta por imigrantes, havia também, conforme vimos, um significativo número de trabalhadores nacionais. Vale lembrar sobre estes que, com

frequência, têm sido marginalizados pela historiografia. Warren Dean (1977) observou o relativo esquecimento das correntes migratórias internas pela bibliografia brasileira e, referindo-se à região cafeeira, afirmou que a migração interna de trabalhadores livres de outras províncias constituía um fator tão constante do crescimento das fazendas que é surpreendente que tenha recebido tão pouca atenção.

Os nacionais, da mesma forma que os imigrantes, desempenhavam diversas atividades, ligadas à produção, administração, supervisão e proteção das fazendas. Podiam também ser empregados como camaradas, trabalhadores independentes, contratados por empreitada, locação de serviços ou diaristas. Além dos trabalhos na produção e cultivo do café, podiam derrubar matas e limpar o terreno para o plantio, construir e conservar os caminhos e estradas, cuidar do transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a fazenda, enfim grande parte das atividades anteriormente desenvolvidas pelos escravos.

Segundo Lamounier (2007) à medida que se adentra na região de fronteira – São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto e outras –, a presença do brasileiro, especialmente do migrante, fica ainda mais marcante. Os migrantes ocupavam-se das mais diversas atividades na derrubada das matas, na formação dos cafezais, na colheita, na cultura de subsistência, no transporte dos gêneros, na conservação e manutenção das estradas, na construção civil e em várias atividades urbanas. Ao lado dos migrantes que se estabeleciam, havia os migrantes de passagem, seja por ocuparem profissões que os obrigavam a estar em trânsito, como cocheiros, tropeiros e carroceiros, seja por estarem em busca de outras terras, na fronteira. Enquanto não partiam também desempenhavam tarefas, por empreitada, por exemplo.

Apesar da presença do trabalhador nacional na fazenda São Roberto, a maioria dos trabalhadores era constituída por imigrantes. Possivelmente José Franco de Camargo compartilha-se da posição corrente entre os demais fazendeiros de que estes eram superiores no que diz respeito principalmente ao desenvolvimento do trabalho nas lavouras, dizia-se que eram mais cuidadosos e mais produtivos. Ou seja, configurou-se a partir disto, uma representação social simbólica destes.

Segundo o recenseamento populacional produzido em São Carlos em 1907, moravam na fazenda São Roberto José Franco, sua esposa Isolina e a filha Lucia. O contingente de trabalhadores era formado essencialmente por colonos italianos, em menos escala estavam os portugueses e brasileiros, havia ainda aqueles que

ocupavam outras funções como camaradas, carreiros, carroceiros, jardineiros, as quais eram desenvolvidas essencialmente por negros. No apêndice um, apresentamos a lista completa, constante do referido Censo, dos trabalhadores da fazenda São Roberto, que inclui também informações como: profissão, estado civil, nacionalidade, etc. Além de demonstrar o perfil dos trabalhadores alocados nesta propriedade esta listagem evidencia os nomes daqueles tão freqüentemente marginalizados pela historiografia. Geralmente o que se tem feito é quantificar tais atores sociais, não lhes dando qualquer tipo de significação. Entretanto, esta lista nos permite, além de nomear, perceber melhor a sua contribuição para o desenvolvimento da economia cafeeira no período analisado através da identificação de suas profissões, nacionalidades, etc.



Figura 1 - Colonos na colheita de uva, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 2 - Administrador e colono no cerado, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

A relação social desenvolvida entre José Franco de Camargo e os trabalhadores da fazenda era estritamente profissional. Segundo Maria de Lourdes (2005) o “pai não admitia que empregado falasse com ele com as mãos no bolso, uma vez ele demitiu um administrador que foi falar com ele com as mãos no bolso”. Para Antenor Zago, administrador da fazenda São Roberto, “José Franco de Camargo tratava bem os empregados, só que não tinha muito contato com eles”. (2006) “Poucos empregados ele tinha contato, talvez com os mais antigos, mas o contato dele era mínimo. Ele não tinha relação direta com os trabalhadores, as ordens eram passadas por intermédio do meu pai” (Antonio Zago, 2006). Segundo José Franco Filho, o pai era bom, mas tinha os fiscais, e os administradores para lidar com os colonos. Na casa dele somente administrador e fiscal, colono não! Eles tinham medo de levar um pito e obedeciam.



Figura 3 - Colono no cafezal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 4 - José Franco de Camargo junto com o fiscal e administrador da fazenda fiscalizando o trabalho, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

O dia do colono na fazenda começava cedo como relembra a senhora Scarparo (2006):

Quando o sino tocava a gente sabia que estava na hora de levantar. Tinha o guarda e ele que batia o sino, então minha mãe já ia acordando nós, a lenha já tava acesa fazendo café, ai clareava o dia a gente se arrumava e já ia pro café, agora eu ia depois porque tinha que baldear água na cabeça, tirar água no poço. Pra encher o pote de barro nós pegava água na mina, que era um cristal Tipo oito e meia nove horas eu ia já com a comida na cesta, levava pra todos, meu pai meus dois irmãos e meu irmãozinho mais baixinho ia junto de companhia porque eu tinha medo.

Os colonos ganhavam por mil pés de café. Minha família que era composta por oito tocava quinze mil pés de café, a gente limpava, carpia. A mãe fazia o almoço e levava pra gente, daí ficava para ajudar na lida com o café. (Antonio Gianini, 2006)

Depois do almoço, segundo os relatos, era hora de descansar dez a quinze minutos na sombra e retornar ao trabalho, que constava no trato do cafezal, limpeza do terreno, colheita do grão, limpeza e beneficiamento. Depois de colhido e peneirado era levado para os lavadouros, de onde eram retirados os frutos ruins, em seguida era exposto no terreiro para secagem, nessa etapa cabia aos colonos também espalhar o café de lado a lado, mudando constantemente a posição para secagem uniforme. Depois de seco, seguia para a tulha sendo transportado pelo sistema Decauville, que consistia em trilhos móveis que eram distribuídos no terreiro para deslizar a vagonete. Esse sistema foi implantado nas fazendas para otimizar o trabalho diminuindo assim, o tempo gasto com essa etapa da produção. Após o armazenamento na tulha, os grãos eram beneficiados na máquina Mac Hardy,

adquirida por José Franco de Camargo ainda nas primeiras décadas do século XX. O café era beneficiado, ensacado e levado para a Estação de Trem de Água Vermelha e enviado diretamente para Santos (Franco Filho, 2005). Segundo Rosa Scarparo (2006)

Nós cuidava de doze mil pés, carpia, cuidava depois, fazia cordão, quebrava cordão, depois colhia café, abanava na peneira, punha meio saco porque eu era miudinha, meu irmão falava: você leva só meio e eu levo um saco assim grande e cheio no carreador pra ir pro lavador, depois pro terreiro e aí sim pra tuia. Tinha um trilho assim que se chamava vagonete e que ia despejar o café na tulha.

A gente apanhava o café, abanava, ensacava, depois o caminhão levava para o lavador, daí era levado pela vagonette no terreiro para secagem. Depois na vagonette ia para a tulha. O trabalho era bem organizado (Antonio, Gianini, 2006).

Depois do fim do trabalho era hora da família voltar para casa, nesse momento todos se organizavam para apanhar lenha, elemento importante para a manutenção da vida na fazenda, pois servia para preparar os alimentos, aquecer a água usada para o banho e a casa em dias muitos frios.

Era assim, quando clareava o dia já era o sinal do dia, então ia pro café quem já carpia, da minha casa, eu ficava em casa porque eu tinha acho que oito anos por aí, minha mãe falava: acorda para você levar o balde para a mãe e o pano de prato; para enxugar o úbere da vaca, que era tirado o leite na mão. Nós tinha duas vacas no quintal. Aí eu ajudava ela, nessas alturas ela já tinha feito a polenta, porque era cozida no fogão e tinha uma tabinha assim que chamava mescla para mexer, meu pai não comia outro tipo de polenta, não gostava de leite, mais não podia faltar o formaio que é o queijo. A minha mãe fazia a comida, e eu levava a comida lá e como a gente esperava clarear o dia, tipo nove e meia dez horas a gente almoçava, aí eu ficava lá também trabalhando na medida do meu possível, no que eu podia fazer. E depois eu voltava tipo meio dia para casa para buscar o café, porque aí a gente já tinha trabalhado bastante, bastante!!!! aí tava com fome de novo, aí minha mãe mandava pão, que só era pão caseiro, não tinha outro pão, mandava a faca, mandava a polenta

pro meu pai, nós comia e descansava um bom tempo na sombrinha e voltava carpir até o sol se por. Era assim nossa vida, o sol se punha, o meu pai falava: “vamo guardar as enxadas, junta as vasilha de água, de comida que nos já vamo embora”, aí a gente já ia juntando lenha de café [galhos secos de café] e fazia um fecho de lenha pra levar para minha mãe. (Scarparo, 2006)

Chegando em casa era a hora do banho. A mulher preparava água quente numa bacia e todos se banhavam. Porém, era costume deixar o chefe da família banhar-se primeiro. Como salienta Rosa Scarparo (2006) não havia banheiro nas casas dos colonos e para tomar banho a água era retirada do poço, aquecida em uma grande lata e depois despejada em uma bacia, o pai tomava banho primeiro e depois era a vez dos demais membros da família, seguindo a ordem do mais velho para o mais novo. Depois do banho todos jantavam. O cardápio era quase sempre composto por polenta, mandioca, pão, arroz, carne, legumes e queijo. Tudo plantado na própria fazenda, quando não vendido aos colonos pelo próprio fazendeiro, como era o caso da carne, toucinho, café, etc.

Depois do banho nos jantava, aí cada uma tinha uma coisinha para fazer, tinha uma mais novinha que eu, ela moía o café para deixar para minha mãe na gavetinha do moinho para cuar o café de manhã, eu ia lavar a louça e o nosso “bombril” era tijolo com carvão socado, para deixar a panela bem limpinha, tinha muita panela de ferro, não tinha quase alumínio, latinha de massa de tomates essas coisas assim era tudo feito canequinha, a higiene era do nosso modo, era ariar com aquilo, repassar bem, lavava numa bacia, colocava em uma outra com água bem limpa, repassava e debruçava ali no fogão de lenha, amanhecia tudo sequinho. (Scarparo, 2006)

Enquanto as mulheres se ocupavam das tarefas domésticas após o jantar, os homens se reuniam com os “compadres para prosear” falavam sobre o café, a colheita e sobre como havia sido o dia “depois do jantar sentavam assim para fora para conversar, quando tava calor assim quente assim, eles conversavam, contavam será que aquele ano ia dar uma colheita boa de café, tudo conversa sadia, aquelas coisas assim. (Scarparo, 2006) Segundo José Franco Filho (2005), era costume o fiscal andar pelas colônias a noite e nessas andanças sempre se deparava com alguns colonos reunidos em frente a suas casas. Ele se aproximava para garantir que não estivessem tramando algo contra a fazenda, ou ainda reclamando de algum fato relacionado

ao fazendeiro ou ao trabalho realizado na fazenda. Feito isso, recomendava que não permanecessem ali até tarde, já que o dia seguinte não demoraria a começar, virava as costas e se retirava. Em Entrevista com Antenor Zago (2006), foi possível constatar que essa rotina seguiu até meados do século XX, praticamente inalterada:

Em 1946: Eu batia o primeiro sino às 4h30min, às 5h30min eu batia a saída que era hora de pegar no trabalho. Tinha 1 hora para o almoço e meia hora para o café. As 5h30min da tarde era finalizado o trabalho, isso quando o dia era mais curto. Conforme o tempo a gente dava o horário de descanso. (Zago, 2006)

O convívio social entre os colonos era regido por muito respeito principalmente entre aqueles da mesma nacionalidade. Eram companheiros e se ajudavam mutuamente. Após o tempo de “prosa” segundo Scarparo (2006) o pai retornava para casa e já ia deitar-se para descansar para a rotina do dia seguinte, que salvo alguns imprevistos seguia sempre a mesma ordem.

Com a crise do café José Franco de Camargo passou a investir em gado de corte e leiteiro, mas deu continuidade à produção cafeeira. Das oito fazendas que possuía foram vendidas cinco. Na década de 40 do século XX, ele possuía a fazenda São Roberto e a Palmeiras ambas voltadas para o cultivo do café e criação de animais. Como produtor de leite, foi um fazendeiro de grande destaque e como já dissemos no capítulo 1, participou da criação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos.



Figura 5 - Fiscal no cafezal, sem data. Fonte: Acervo Antenor Zago.



Figura 6 - Fiscal na carreira entre os cafezais, sem data. Fonte: Antenor Zago.

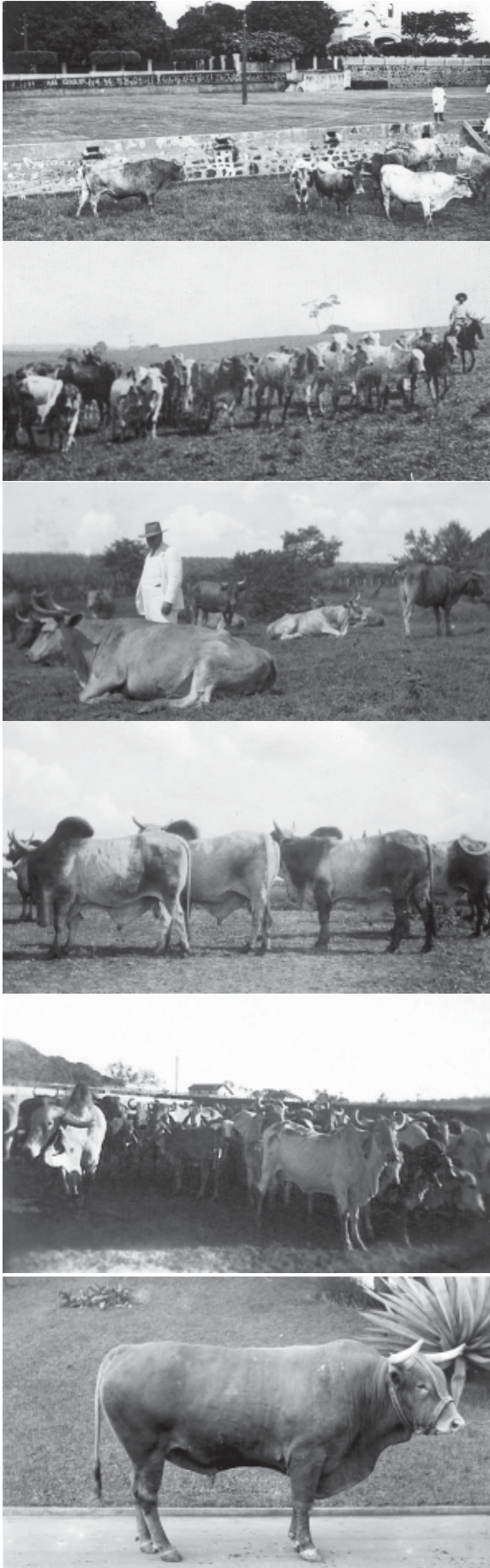


Figura 7 - Gado da Fazenda São Roberto, sem data. Acervo: Antenor Zago.

Nesse período José Franco já não ficava muito na fazenda, controlava seus negócios de São Paulo entregando à administração de suas propriedades aos administradores. Segundo Antenor Zago (2006) cabia a ele o controle dos negócios e o contato com os trabalhadores, era o responsável pela organização e ordenamento da fazenda, sendo tudo registrado nos livros de conta corrente e nos diários da fazenda, os quais eram minuciosamente analisados pelo proprietário, quando de suas vindas à propriedade. Estando presente na fazenda, ele mesmo fazia a fiscalização do trabalho. Saía a cavalo, sozinho, e percorria toda a fazenda. Quando encontrava algo de errado voltava, chamava o administrador e o levava até o local, para que este chamasse a atenção do trabalhador responsável. “Seu Juca não gostava de conversar muito com o povo dele” (Antonio Gianini, 2006). Sobre os contratos de trabalho relembra o ex-administrador Antenor Zago (2006):

Era um contrato de um ano, eles moravam na fazenda nas colônias. Eles tinham terra para o plantio de alimentos. Eu resolvia isso, o seu Juca não dava o direito de falar com um ou com outro. Eu resolvia. Ele era muito reservado, preferia falar comigo. Quando alguém falava com ele, ele mandava falar comigo.

Tinham umas 40 famílias de colonos, vindos de todo lado. Vinham de uma fazenda ajustava, vinha de outra ajustava, era assim. Não vinha só de um lugar. Todo ano a fazenda fazia um contrato, uns ficavam outros saíam. É assim, vem e sai, todo ano tem mudança de colono, camarada, carroceiro, carreiro, campeiro, tudo isso. (Antenor Zago, 2006)

Quem mandava na fazenda quando seu Juca não tava era o administrador seu Angelino Zenatti. Ele era uma boa pessoa e para nós era uma pessoa importante assim meu pai ensinava. Era como se viesse o prefeito aqui pra mim, era muito respeito. Era assim: seu Angelino vem vindo vocês tomam cuidado hein, faz o serviço bem feito. Era assim, ele que tomava conta da fazenda. (Scarparo, 2006)

Em 1955, período que demarca o fim da nossa pesquisa, encontramos no Livro de Contas Correntes da fazenda, organizado pelo administrador com a ajuda do guarda livros, a relação de empregados da propriedade, o valor de seus salários, sua profissão, serviços extras realizados e o valor das dívidas com o fazendeiro, oriundas de



Figura 8 - José Franco de Camargo em suas andanças pela fazenda, neste período ela já havia abandonado os passeios a cavalo aderindo ao veículo motorizado. Com ele estão o fiscal e o administrador, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

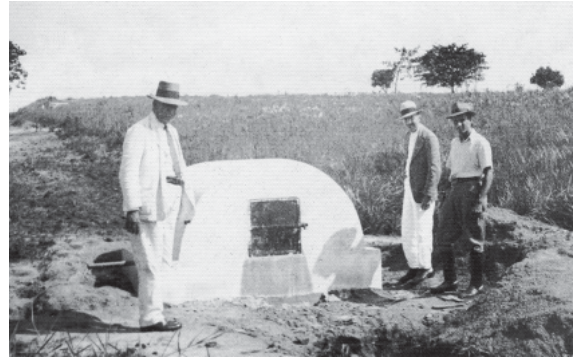


Figura 9 - José Franco de Camargo observa o forno usado para o cozimento de tijolos, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

adiantamentos e do consumo de alimentos. Vejamos: Aylton Bianchi era colono, no mês de junho tratou de 4.504 pés de café pelo valor de 975,80 Cruzeiros. Consumiu: cinco quilos e meio de toucinho 143,00 cruzeiros, três quilos de carnes 51 cruzeiros, quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, benefício de arroz 4,00 cruzeiros, cinco carros 80,00 cruzeiros, luz 15 cruzeiros. Total de 373,00 cruzeiros; adiantamento: 300,00 cruzeiros. Total de descontos: 673,00 cruzeiros. Créditos: colheita de sete sacos de café sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 350,00 cruzeiros, três dias de trabalho sendo cada um 40,00 cruzeiros total de 120,00 cruzeiros. Pagamento final: 772,80 cruzeiros.

Em julho, o mesmo colono tratou de 4.504 pés de café 975,80 cruzeiros. Seus débitos foram: quatro quilos e meio de toucinho 117,00 cruzeiros, quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, luz 15 cruzeiros. Total de 212,00 cruzeiros. Total de descontos: 212,00 cruzeiros. Créditos: colheita de doze sacos sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 600,00 cruzeiros, dois dias e três quartos sendo cada um 40,00 cruzeiros total de 110,00 cruzeiros. Pagamento final: 1.473,80. A renda final deste mês foi o dobro do mês anterior, devido ao fato de o colono não ter solicitado adiantamento, ter diminuído seu consumo, não adquirindo carne e por ter colhido o dobro de sacos de café.

No mês de agosto, ele tratou de 4.504 pés de café por 975,80 cruzeiros. Seus débitos foram: quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, uma lâmpada 15,00 cruzeiros, Luz 15,00 cruzeiros. Total de 110,00 cruzeiros. Adiantamento: 500,00 cruzeiros. Total de descontos: 610,00 cruzeiros. Créditos: Colheita de onze sacos e um quarto

sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 675,00 cruzeiros. Quarenta e oito balaios de milho por 1.700,00 cruzeiros. Oito dias 320,00 cruzeiros. Pagamento final: 2.960,00 cruzeiros'. A renda final deste mês foi a maior do semestre, mesmo o colono solicitando adiantamento, sua renda final atingiu valor maior por ele ter diminuído seu consumo, não ter adquirido carne e toucinho, por ter colhido grande quantidade de sacos de café e por ter vendido ao fazendeiro quarenta e oito balaios de milho, o que confirma que os colonos tinham espaço para plantações particulares na fazenda. O único produto que este não deixava de consumir era o café o que nos leva a concluir que este produto não podia ser cultivado particularmente.

Em junho de 1955, a renda de alguns trabalhadores foi assim descrita: José Scarparo, maquinista. Consumiu dois quilos de carne 34,00 cruzeiros, trinta litros de leite 75,00 cruzeiros, uma viagem de auto para São Carlos 100,00 cruzeiros, Luz 17,00 cruzeiros. Adiantamento; 500,00 cruzeiros. Crédito: treze dias e um quarto 883,30 cruzeiros. Total de Débitos: 726,00 cruzeiros. Pagamento final: 157,30 cruzeiros. Benevenuto Scarparo, camarada, consumiu: dois quilos de carne 34,00 cruzeiros, luz 31,20 cruzeiros. Total: 65,20 cruzeiros. Crédito vinte nove dias: 1.364,90 cruzeiros. Pagamento final: 1299,70 cruzeiros. Antonio de Oliveira, Hortelão consumiu: três quilos de toucinho 78,00 cruzeiros, dois quilos de carne 34,00 cruzeiros, três quilos de café 60,00 cruzeiros, luz 30,00 cruzeiros. Total: 202,00. Créditos: Roçada de pastos 780,00 cruzeiros; Feito de quatrocentos balainhos 400,00 cruzeiros, Vinte nove dias: 1267,50 cruzeiros. Pagamento final: 2245,50 cruzeiros. José Zanchin, jardineiro, consumiu: cinco quilos e meio de toucinho 143,00 cruzeiros, três quilos de carne 51,00 cruzeiros, oito quilos de café 160,00 cruzeiros, benefício de arroz 8,00 cruzeiros, um carroto 15,00 cruzeiros, duas lâmpadas 30,00 cruzeiros, luz 40,80 cruzeiros. Total: 447,80 cruzeiros. Créditos: Roçada de pastos 1080,00 cruzeiros, Vinte nove dias: 1170,00 cruzeiros. Pagamento final: 1802,20 cruzeiros. José Fernandes, Honda, consumiu: dois quilos de carne 34,00 cruzeiros, luz 18,00 cruzeiros. Total: 52,00 cruzeiros. Créditos: Trinta dias: 1250,00 cruzeiros. Pagamento final: 1198,00. Venino Marciano, empreiteiro, consumiu: quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, luz 40,00 cruzeiros. Total: 120,00 cruzeiros. Crédito: Colheita de sete sacos 350,00 cruzeiros, quarenta e quatro dias 1780,00 cruzeiros, 15 dias de seu filho 387,50 cruzeiros. Pagamento final: 2397,50 cruzeiros. Reducino Lourenço, arador, consumiu três quilos de café 60,00 cruzeiros, luz 25,00 cruzeiros. Total: 85,00 cruzeiros. Créditos: colheita de quatro sacos 200,00 cruzeiros, vinte e dois dias 880,00 cruzeiros, quatorze dias de seu filho 350,00 cruzeiros. Pagamento final: 1345,00 cruzeiros. Carlos Dotta, carreiro, pagamento vinte dias 1600,00

cruzeiros. Santo Pinelli, pedreiro, consumiu: sessenta e dois litros de leite 155,00 cruzeiros, luz 64,00 cruzeiros. Total: 219,00 cruzeiros. Adiantamento: 21.000,00 cruzeiros. Créditos: Calçamento do mangueirão 36.625,00 cruzeiros. Pagamento final: 15.406,00 cruzeiros.

Como podemos perceber, os empregados da fazenda São Roberto consumiam do proprietário alguns produtos como café, leite, toucinho e pagavam pelo consumo de energia. Entretanto este não corresponde ao total de consumo dos trabalhadores. Conforme relatou Antonio Gianini (2006) “meu pai fazia compras em um armazém em Água Vermelha, ou na Dona Clarinha, em São Carlos, perto da igreja São Benedito, lá ele comprava a prazo”. Vale destacar que aos trabalhadores esporádicos não era oferecida a venda de nenhum produto.

Ainda em 1955, ano de morte de José Franco, foi realizado um balanço geral das fazendas São Roberto e Palmeiras. Em 31 de outubro de 1955 estas propriedades eram assim configuradas: Valor do Imóvel: São Roberto 2.182.604,20; Palmeiras: 755.465,20. Dispêndio: São Roberto: 1.639.076,30; Palmeiras: 526.126,90. Líquido de vendas: Café São Roberto: 733.363,80; Café Palmeiras: 137.342,10. Estoque de Café: São Roberto: 346 sacos; Palmeiras: 273 sacos. Rendas Diversas: São Roberto: 188.896,00; Palmeiras: 40.167,00. Relação de Animais Existentes: São Roberto: 152 vacas com leite 19.760,00, 511 vacas solteiras 51.100,00, 191 novilhas 464.580,00, 102 garrotes 5.100,00, 13 touros holandês 19.500,00, 2 touros caracu 3.000,00, 10 bois carreiros 2.000,00, 60 vacas zebu com crias 7.800,00, 7 novilhas zebu 420,00, 3 touros zebu 4.500,00, 20 vacas para corte



Figura 10 - Trabalhadores da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 11 - Trabalhadores na construção de um canal d'água, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

2.000,00, 18 tourinhos 3.600,00, 17 bezerros 1.020,00, 8 bezerros-fêmea 560,00, 5 cavalos de sela 1.000,00, 1 cavalo de charrete 200,00, 12 burros de sela 3.600,00, 17 burros de carroça 5.100,00, 29 burros novos 7.550,00, 22 éguas 13.200,00, 1 jumento 3.500,00, Total de animais: 619.090,00; Fazenda Palmeiras: 23 burros de custeio 6.990,00. Relação de veículos: Fazenda São Roberto, 1 caminhão Chevrolet ano 39, 9.000,00, 1 caminhão Chevrolet ano 27, 400,00, 1 caminhão Chevrolet ano 47, 19.000,00, 1 automóvel Chevrolet ano 27, 5.700,00, 1 automóvel Chevrolet ano 54, 185.000,00, 1 carretão para toras 50,00, 2 carroções de 4 rodas 200,00, 4 carritelas 200,00, 2 carroças pequenas 100,00, 1 carrocinha de mão 40,00, 1 carrocinha transporte soro 50,00, 1 trole de 4 rodas 100,00, 1 semitrole 20,00, 1 Charrete 100,00, 2 carros 50,00, Total 220.010,00; Fazenda Palmeiras: 6 carritelas com arreios 1.000,00, 2 carrocinhas 100,00, 1 carrocinha de mão 40,00, 1 trole de 4 rodas 94,60, 1 semitrole 40,50, Total: 1.275,10. Relação de móveis e utensílios: Fazenda São Roberto: 1 geladeira 2.086,00, 1 armário para armas 1.200,00, 1 motor de máquina de costura 400,00, 1 motor para cortar grama 2.200,00, 1 projetor de cinema 8.500,00, 2 tapetes de lã 16.000,00, 1 enceradeira 1.500,00, 1 aparelho telefônico 1.400,00, 2 cofres 600,00, Total: 33.886,00. Disponível no caixa da fazenda São Roberto: 18.716,30. Rendas Diversas: Fazenda São Roberto, Venda de fruta 4.477,50, Venda de Mantimento 4.920,00, Venda de Casca 7.592,00, Venda de fubá 2.399,00, Cobertura de éguas 800,00, Benefício de arroz 534,00, Carretos e Viagem de auto 7.013,00, Venda de Leite 25'831,90, Venda de Creme 32.090,00, Aluguel de pasto 87.965,00, Venda de tomate 15.273,60, Total: 188.896,00; Fazenda Palmeiras: Venda de fruta 195,00, Venda de fubá 1.315,5, Carretos 1.185,00, Venda de leite 37.471,50, Total: 40.167,00. Produção e venda de leite: Fazenda São Roberto 83.038 lts 238.340,40, Fazenda Palmeiras 52.810 lts. 168.979,80. Relação de credores: Fazenda São Roberto, Paschoal de Paula 2.082,70, Sebastião Petrilli 1.190,50, Virgílio Petruccelli 1.096,00, José Sabino 2.420,70, Antenor Zago 3.843,00, Sebastião Zago 2.100,00, Antonio Zanchin 2.827,60, Mario Zanchin 1.800,00, José Scarparo 1.616,00, Sebastião B. de Souza 1.419,80, Vanil Martins 1.358,20, João Scarparo 1.647,60, Josino Lopes de Faria 1.782,20, Benevenuto Scarparo 1.389,70, Antonio de Oliveira 1.953,20, José Zanchin 800,10, Angelo Zanchin 1.020,50, Joaquim Fernandes 1.225,20, Waldomiro Zago 1.412,50, Guerino Scarparo 1.289,00, Pedro Cattani 2.303,00, Venino Marciano 2.781,90, Reducino Lourenço 3.036,90, José Wenceslau 2.765,00, José Vignotti 2.635,40, Paulo Biazon 130,00, Roque Vignotti 1.404,90, Santo Ninelli 6.580,20, Servino Lourenço

2.747,20, Jayme Fazani 1.845,50, Joaquim Suriano 1.395,00, José Camilo de Moraes 915,30, Joaquim Penha 1.699,00, José Alves 2.351,30, Antonio de Salve 2.141,50, Luiz Chiuza 829,50, Rubens Gomes 1.519,80, Salvador Alves 1.262,30, João Penha 1.313,50, João Gomes 1.403,50, Antonio Pereira 1.548,10, Henrique Miler 218,40, Marciano Teodoro 3.248,00, Tomás Lopes 2.796,40, José Nogueira 685,70, Oswaldo Francisco 688,00, João Barraca 180,00, Agenor Francisco 139,00, Aylton Bianchi 1.919,00, Camilo Dorice 1.761,90, Londolfo Nonato 2.819,40; Fazenda Palmeiras: Alberto Zenatti 712,00, João Tomás da Silva 790,00, Antonio Zago 1451,00, José Verzola 2395,00, Alfredo M. Ribeiro 967,20, José Tiburcio 1917,30, Salvador Stranio 2809,70, Antenor da Silva 1383,70, José de Melo Sobrinho 1687,50, Noé Zenatti 4386,50, José Rodrigues 1324,40, José Coelho 1327,90, João Barraca 1014,20, Alcides Zanatti 1577,50, Antonio Cominotti 1443,00, Ademar Lopes 1428,50, Guilherme Iozorli 1317,20, Laurentino Stranio 1497,80, Nicola Sposito 1638,50, José Suriano 1420,00, Bento Cominotti 1422,80, Luiz Cominotti 1121,60.¹

¹ Balanço geral da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, outubro de 1955.



Figura 12 - Trabalhadores vestidos para a folia de reis, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 13 - Trabalhadores em momento de descansando, observar as crianças que faziam parte deste grupo, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 14 - Trabalhadores reunidos em frente à casa do administrador em conversa com ele e o fiscal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Como podemos observar a fazenda São Roberto se destacava com relação à Palmeiras no que se referia a produção de café, leite e outros gêneros. Seus utensílios, animais e veículos também eram em número maior, o mesmo se estendia ao número de empregados. Esse balanço confirma que Jose Franco de Camargo investia de maneira diferenciada na São Roberto, confirmando os relatos de que era a esta propriedade que o fazendeiro dispensava maiores investimentos. Segundo Antonio Zago (2006)

A fazenda São Roberto produzia tudo que ela precisava, ela produzia, ela era uma empresa. Tipo uma empresa, ela transformava tudo: questão de alvenaria, questão de carpintaria, questão de pintura, questão de tudo que fosse necessário.

A fala de uma das entrevistadas resume exemplarmente o que era a fazenda São Roberto no período que analisamos. “A fazenda São Roberto era um império na época do seu Juca”. (Guiomar Zago, 2006)

A manutenção da produção cafeeira até 1955 na Fazenda São Roberto bem como de algumas famílias de colonos corrobora com a afirmação de Verena Stolcke (1986), de que o café foi a principal “fonte de cambiais” do Brasil até o final dos anos 50 e de que este entrou em decadência somente nos anos 60, quando se diversificaram os produtos de exportação do país. E, além disso, a manutenção do colonato, que rendia baixos salários aos fazendeiros, foi uma das principais fontes de manutenção desta lavoura em meio as crises recorrentes.

Como pudemos observar, neste tópico, o dia do trabalhador da fazenda São Roberto era extremamente rígido e controlado pelo fiscal e administrador, quando não pelos olhos de José Franco de Camargo, “A gente tinha o dia pra trabalhar e a noite para dormir, era o que a gente tinha” (Scarparo, 2006) Apesar da dura rotina estes trabalhadores se dedicavam a alguns momentos de lazer. A respeito destes momentos, destacamos as falas dos entrevistados sobre o baile mensal realizado na colônia, para o qual os próprios colonos contratavam um sanfoneiro que vinha da cidade para animar as noites, segundo Scarparo e Gianini, este era um momento de alegria, de dançar e festejar. “Na colônia era uma festa. “A gente chamava um tocador de sanfona para fazer o baile mensal, nunca ouvi falar de briga na colônia” (Gianini, 2006).

Outro acontecimento lembrado por todos os entrevistados era a festa junina feita por José Franco de Camargo no terreiro, esse era o único momento que os

trabalhadores se aproximavam da casa do patrão depois do horário de serviço. De acordo com Benincasa (2007) as festas juninas eram comum nas fazendas afeiras do interior paulista, era o momento de festejar os santos Antonio, João e Pedro como comemorava o final da colheita. Segundo os entrevistados a festa era muito boa e farta.

A casa dele era separada, a gente não podia andar por ali, pois o administrador não deixava. Só em época de festa a gente ia ao terreiro. Na casa dele ninguém ia, não podia entrar, eles não deixavam ninguém entrar. O administrador falava: naquele pedaço não! Em frente a casa do seu Juca não podia passar. Era um lugar bem reservado. (Antonio Gianini, 2006)

Seu Juca dava uma festa na época da festa junina, ele tinha uma pessoa para matar o boi, picar e temperar e pra fazer churrasco. Tinha também todo mês o baile na mangueira, onde tocava o sanfoneiro que a gente mandava vir da cidade. Era nosso forrozão, participavam todos, os negros também, porque daí a gente já aceitava, porque depois a gente foi aprendendo que não era aquilo do modo que a gente foi criada. Nós tinha medo de ver a pessoa, quando eu via alguém pensava: nossa ela é preta. (Scarparo, 2006)

Assim, pelo que vimos, é possível afirmar que não existia qualquer tipo de proximidade entre os trabalhadores e José Franco, a mediação era feita pelo administrador e pelo fiscal. Seu Juca, como era chamado pelos trabalhadores “não era de muito falar”, “era reservado”, “justo” e “severo”. Sua presença era sentida mesmo na sua ausência, as construções, principalmente a casa de morada do proprietário, conforme já enfatizamos no capítulo 2, lembravam sempre de onde é que vinham as ordens.

Eu quase não conversei com o Juca, era pequeno, meu irmão mais velho trabalhava na horta e conversava as vezes com o Juca que sempre ia olhar o trabalho dele, mas falava com a boca, as mãos não podiam parar, pegava mal né. Eu nunca tive contato com o Juca, ele era bem reservado. Ele era exigente. (Gianini, 2006)

Quando questionada sobre o conhecimento da casa de seu Juca, Rosa Scarparo (2006) rememora: “na casa do seu Juca eu nunca fui, não era permitido, porque

também ele morava na fazenda e nós na colônia”. Vemos assim que apesar de serem trabalhadores da fazenda São Roberto, a senhora Rosa Scarparo, até hoje, distingue claramente em seu depoimento o espaço do trabalhador como “colônia” e o espaço do proprietário como “fazenda”, quando na verdade, neste caso, se referia apenas à casa de morada e seu entorno. Desta forma, podemos verificar que os trabalhadores não se sentiam plenamente pertencentes à fazenda, o mundo deles era diferenciado, o espaço do proprietário não era acessível e, como tal, tido como sagrado, algo que conseguiam ver somente de longe e cujo interior configurava de maneira diferenciada em seus imaginários. Para eles a colônia era um mundo à parte da fazenda. “Seu Juca era muito ordeiro. Gostava de tudo limpo, tudo no lugar. A gente via seu Juca por um acaso, pois a gente morava na colônia e ele lá na fazenda. Ele devia ter um nome” (Scarparo, 2006). O grau de distanciamento era tanto espacial como social, os empregados não tinham conhecimento nem do nome completo do fazendeiro e não faziam questão de sabê-lo, já que a ordem ali estabelecida demarcava posições sociais, morais e simbólicas.

Habitação dos Trabalhadores e Espaços de Produção

Com o fim do trabalho escravo e a introdução do trabalho assalariado e livre nas fazendas de café, as antigas senzalas foram adaptadas como colônia, ou simplesmente demolidas, como é o caso da fazenda São Roberto. Segundo relatos, a senzala, que ficava onde hoje está plantada a figueira, foi demolida assim que acabou a escravidão, porque José Franco tinha ojeriza a ela. Resta no local, parte do muro que formava o quadrado da senzala.



Figura 15 - Local identificado nas entrevistas onde era localizada a senzala, 2008.
Fonte: Joana D’arc de Oliveira.

As colônias surgiram nas fazendas transformando a paisagem rural destas propriedades. Conforme já vimos, surgiram fileiras de casas geminadas espalhadas pela fazenda posteriormente ao fim da escravidão. O número de colônias variava de fazenda para fazenda e eram localizadas em pontos diferentes. Eram construídas próximas a cursos de água e dos cafezais, e sempre em lugares mais baixos, em relação à casa do patrão. Garantindo assim, segundo Benincasa (2003), o destaque a casa de morada.

Ao contrário do escravo, o colono não ficou em espaço fechado, porém seu horário de trabalho era controlado, primeiramente por toques de sino depois por relógios que foram alocados em pontos de destaque nas fazendas. O mesmo se dava com seu tempo de lazer, repouso e sua liberdade de entrar e sair da fazenda, ou mesmo de receber visitas.

As casas de colonos ficavam distantes da casa do patrão, de acordo com a racionalidade moderna em separar patrões e empregados e garantir a privacidade dos primeiros. As moradias eram simples, singelas e padronizadas, tinham o telhado de duas águas com beiral. O número de cômodos variava entre dois e cinco, podendo ser isoladas ou geminadas. Elas eram cobertas de telhas sem forro. O chão era de terra batida ou “atijolado”. Eram geralmente rebocadas na parte interna e na externa recebiam uma caiçação, não tinham vidraças, e, na maioria delas, a fachada era composta por uma porta e uma janela. Estas casas eram a habitação do trabalhador livre, trabalhador familiar, consequência do ideário burguês de valorização da família e da casa, mesmo na sua simplicidade e ainda submetida ao controle exercido pelo proprietário (Ceribelli, 1994). Segundo Benincasa (2007, p. 312):

A planta dessas casinhas, quase sempre geminadas, segue o padrão surgido na fazenda Ibicaba em Cordeirópolis, local do primeiro conjunto de habitações para trabalhadores livres, de fazendas paulistas que se tem notícia: uma sala, dois dormitórios e uma cozinha. Os restantes são pequenas variações: acrescentam-se cômodos nos fundos, ou fundem-se duas casas para abrigar famílias numerosas, quase sempre estas modificações eram realizadas pelos próprios trabalhadores. A grande novidade destas casas foi a implantação do fogão a lenha na cozinha com chaminés de exaustão para a fumaça, pelos imigrantes europeus. Estas chaminés eram pouco usadas em São Paulo e foram bem aceitas nas cozinhas dos casarões.

Na fazenda São Roberto, segundo a estatística de 1904, havia 70 casas de colonos divididas em três colônias, muitas das quais ainda existem. As moradias eram simples, variando entre três e quatro cômodos. O telhado era de duas águas, em telha de barro e sem forro. A fachada é composta por uma porta e uma janela, ambas em madeira sem vidros. Algumas delas são geminadas, outras soltas no lote. Em todas há um pequeno espaço para plantações dos colonos. Elas estão localizadas perto do curso d'água, em ponto mais baixo que a sede e bem distante desta. Dispersas essas colônias receberam nomes, dados pelos próprios colonos, para designá-las, como colônia velha, colônia nova, colônia da fazenda que designava aquelas localizadas mais próximas do complexo produtivo. Nenhuma das moradias possuía instalações sanitárias e nem energia elétrica, segundo Antonio Gianini (2006):

A casa tinha oito cômodos [possivelmente houve aqui a junção de duas moradias para abrigar a família que era numerosa] não tinha banheiro. O banheiro nosso era o rio. Não tinha energia elétrica, tinha lamparina a querosene. A casa tinha cinquenta metros no fundo era para plantar mandioca, banana, tinha de tudo, era só para o sustento, para o consumo.

A casa dos colonos era com quatro paredes, do mesmo tijolo era feito o chão, fogão de lenha, era assim. Na casa que meus pais moraram tinha três quartos, uma salinha pequena e a cozinha. No fundo tinha um quintal, lá a gente tinha pé de banana, tinha galinheiro, tinha paiol que era feito de pau a pique mais bem fechadinho amarrado tudo com cipó, para guardar milho. (Scarparo, 2006)



Figura 16 - Casa de colonos da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 17 - Vista da colônia Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.



Figura 18 - Casas de colono, ao fundo cafezal, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

As casas de colonos nesta propriedade estão localizadas distante da casa de morada do fazendeiro, à qual, porém, pode ser vista com a mesma magnitude pelos empregados quando a avistam de suas casas. Do alpendre da casa do patrão, a visão que se tem é de pequenas casas soltas na fazenda. Esta implantação representa a organização hierárquica do período. Em primeiro plano o fazendeiro, em segundo o trabalhador. O interior é marcado pela simplicidade e rusticidade, o piso de terra batida ou atijolado. O forro não existia assim como portas internas e folhas envidraçadas nas janelas. Nessas aberturas internas a privacidade era obtida por meio de cortinas.



Figura 19 - Casas de colono geminadas, São Roberto ,2008.
Fonte: Joana D'arc de Oliveira.



Figura 20 - Fogão a lenha da cozinha da casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira.



Figura 21 - Detalhe do telhado da casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira.



Figura 22 - Fachada principal casa de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira.



Figura 23 - Fundo das casas de colono São Roberto, 2008. Fonte: Joana D'arc de Oliveira.



Figura 24 - Administrador na colônia, sem data. Fonte: Acervo Antenor Zago.

Outros espaços de uso dos trabalhadores eram aqueles nos quais o café era preparado para ser exportado, compreendiam lavadores, terreiro, tulha, casa de máquinas. Havia outros espaços usados por eles, como a serraria, a olaria, a fábrica de manteiga que produzia para o consumo da fazenda. “Tinha seu Lídio, ele batia manteiga, tinha muito leite e tinha a manteigueira, então a gente ia buscar e minha mãe colocava numa tigela de louça com água e todo dia trocava a água para conservar” (Scarparo, 2006).

As instalações próximas do espaço de morada do fazendeiro incluíam o terreiro, o lavador, a escola, a fábrica de manteigas, a tulha, a casa de máquinas e a serraria e a casa do administrador que ficava bem ao lado da casa de José Franco. Depois da casa do administrador estão localizados, ainda hoje, o mangueiro, o paiol, a cocheira, o chiqueiro e a garagem.

Para melhorar a qualidade do café e conseqüentemente aumentar seus lucros os fazendeiros procuravam máquinas que realizassem o máximo das etapas do beneficiamento como: despoldadores, secadores e classificadores, garantindo assim maiores e melhores condições de produção. Nesse período, apareceram os despoldadores a vapor criados pelo alemão Ahrens e pelos ingleses e americanos Mac Hardy e Samuel Lidgerwood. Embora essas máquinas custassem caro, elas ocupavam menos espaço e o café tratado conseguia atingir uma qualidade maior e recebia melhores preços. (Camilo, 1998)

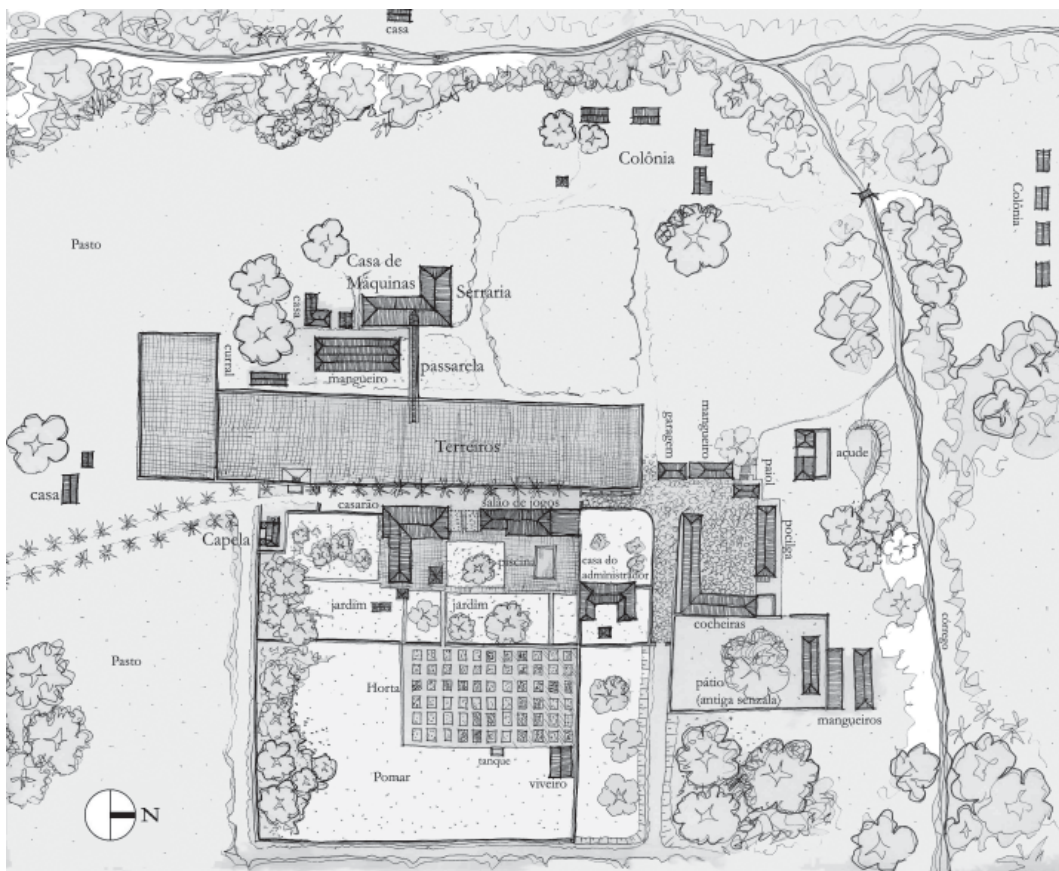


Figura 25 - Implantação Fazenda São Roberto, 2008. Fonte: Vladimir Benincasa.

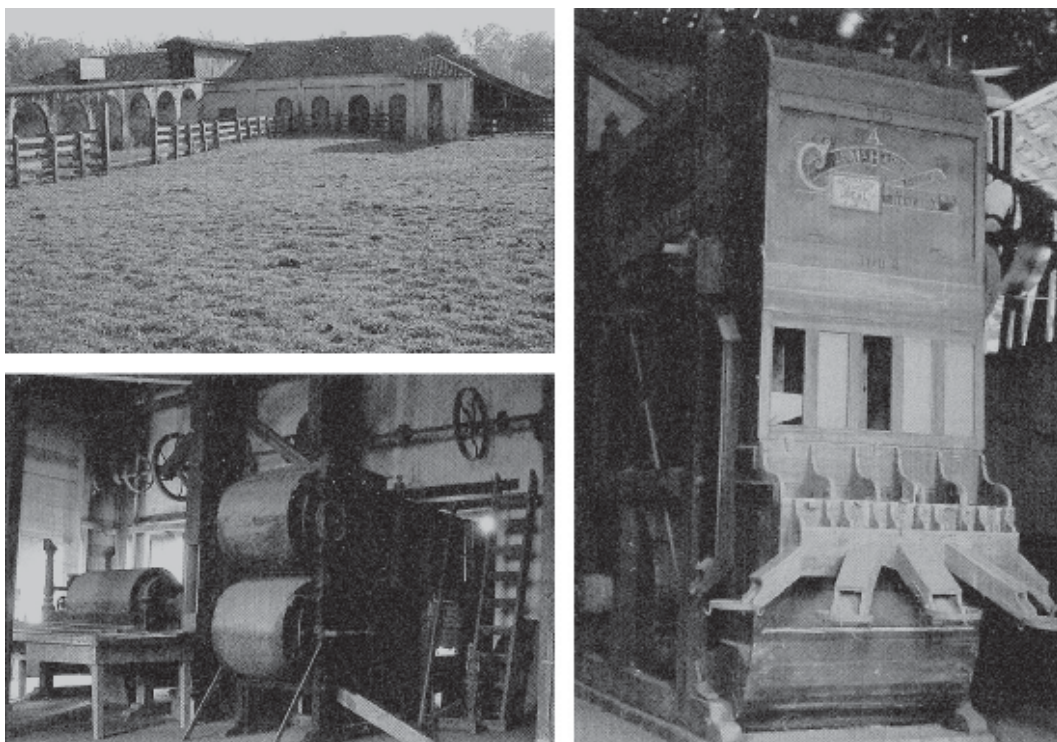


Figura 26 - Em sentido horário tulha e máquina de beneficiar café, 2005. Fonte: Acervo Família Camargo.

Os grandes cafeicultores desse período possuíam em suas propriedades os equipamentos mais sofisticados da época. Na Fazenda São Roberto, o maquinário para o beneficiamento adquirido por José Franco de Camargo era da marca Mac Hardy e contava com todas as máquinas indispensáveis ao processo de beneficiamento do grão. Para proteger esses equipamentos fez-se necessário a construção de um edifício (casa de máquinas), atrelado à tulha, sendo esta composta de cinco compartimentos em madeira. Todo este conjunto foi construído em taipa de mão e alvenaria de tijolos, sendo esta última empregada apenas na fachada principal. Lamentavelmente, este conjunto foi demolido recentemente.

Nessa propriedade, assim como em grande parte das fazendas de café do interior paulista como salienta Benincasa (2007), o terreiro funcionava como centro dinâmico da fazenda e como organizador do espaço. Ele media 12.000 m² e teve seu piso de terra batida revestido por tijolos e, posteriormente, recebeu o sistema Decauville, trilhos móveis que podiam ser alocados em qualquer parte do terreiro e serviam para o deslizar da vagonette responsável pelo transporte do café à tulha. Todos os melhoramentos necessários para garantir uma boa produção foram adotados no conjunto do beneficiamento nesta propriedade.

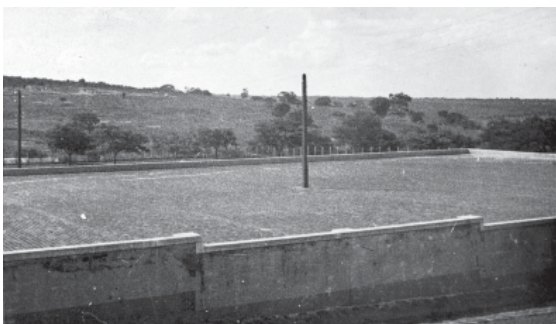
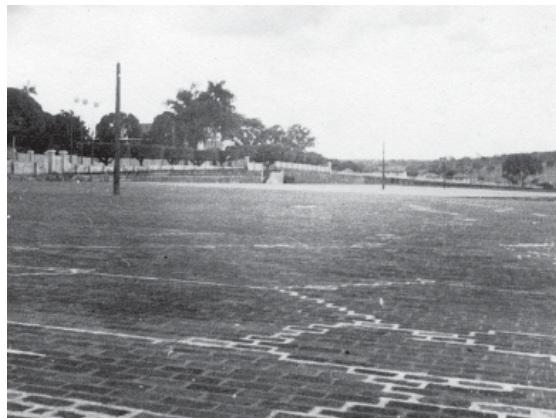


Figura 27 - Imagens do terreiro da Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

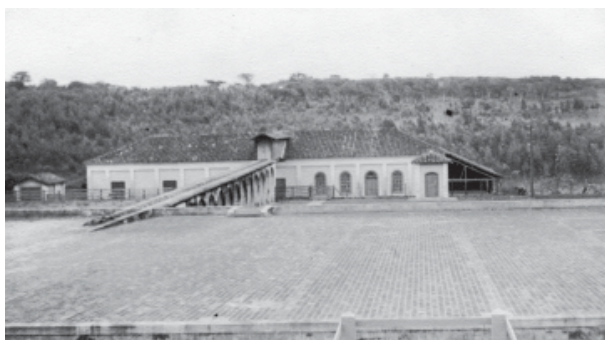


Figura 28 - Imagens da casa de máquinas e tulha da Fazenda São Roberto, sem data. Acervo: Família Camargo.

Outra novidade surgida nos terreiros foi o uso de equipamentos para transportar o café já seco: as vagonetas sobre trilhos. Esse sistema já usado em outras partes do mundo foi desenvolvido na França, no século XIX, pela firma Decauville, para o transporte de minério de ferro, carvão, beterraba e outros produtos. Constituía-se de seções de trilhos retas e curvas de bitolas muito estreitas, portáteis, que podiam ser montadas e desmontadas, sobre as quais se moviam vagonetas. Em algumas fazendas esse sistema era fixado em outras eram montados de acordo com as necessidades, podendo ser levados para diversos pontos do terreiro. (Benincasa, 2007, p. 312)

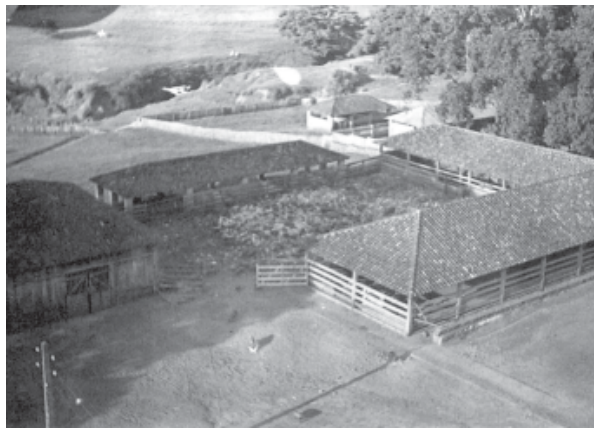
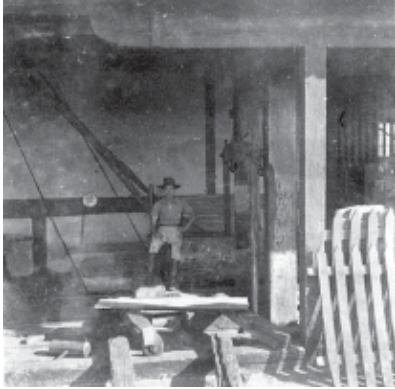


Figura 29 - Trabalhador na Serraria, 1934. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 30 - Cocheiro, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 31 - Casa do administrador Fazenda São Roberto, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

Figura 32 - Vista do paiol e do mangueiro, sem data. Fonte: Acervo Família Camargo.

Como podemos perceber, os colonos passavam a maior parte do tempo nos espaços de produção, voltados quase que exclusivamente para o preparo do café, incluindo aí suas várias etapas. Mesmo que a fazenda produzisse praticamente tudo que fosse necessário para sua manutenção, cabia aos colonos trabalhar, quase que exclusivamente, na produção cafeeira, ficando aos outros trabalhadores a execução das demais atividades, como por exemplo: ao carreiro cabia a manutenção das fileiras intercafeeiras, aos pedreiros a manutenção dos edifícios e a construção de outros, ao motorista o transporte, ao maquinista o trato das terras com máquinas, ao cocheiro o cuidado dos animais, ao camarada cabia realizar diversas atividades. E ao administrador e fiscal o controle de todas estas tarefas, fazendo com que tudo funcionasse na mais perfeita ordem, de acordo com a vontade de José Franco de Camargo.



Figura 33 - Levantamento realizado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

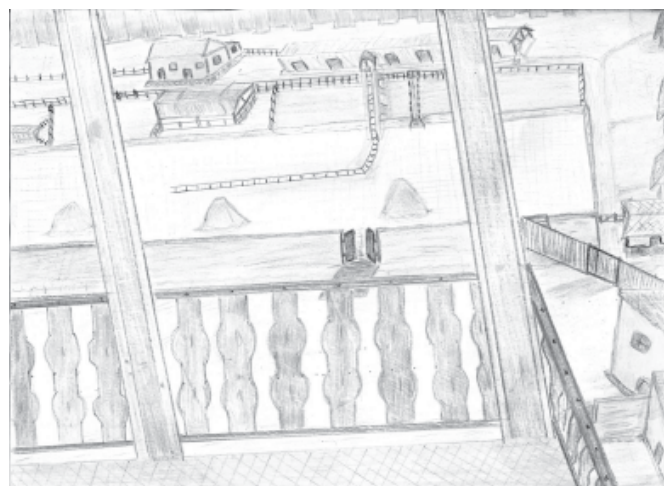


Figura 34 - Mapa afetivo da Fazenda São Roberto. Perceber o destaque dado ao alpendre da casa de moradia do fazendeiro, esta aparece como o edifício de maior porte exemplificando a posição social ali estabelecida, 2005. Fonte: Antonio Zago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, finalizado os processos de investigação e redação da dissertação, sentimo-nos capazes de tecer algumas considerações finais sobre o que nos propusemos no início desta pesquisa que era compreender a relação estabelecida entre arquitetura e poder na fazenda São Roberto, tendo como fundamentação teórica Michel Foucault e Pierre Bourdieu o que nos permitiu analisar não apenas a organização espacial desta propriedade como também compreender suas funções utilitárias e simbólicas.

Como vimos no decorrer desta dissertação, no início do século XX a sociedade brasileira como um todo passou por transformações intensas nos âmbitos, econômico, político, cultural e social. Os principais elementos responsáveis por estas mudanças foram, sem dúvida, a implantação do sistema ferroviário de transporte ainda no século anterior, o fim do trabalho escravo e a implantação do trabalho assalariado e a imigração europeia. Estas mudanças atingiram não somente o meio urbano, como também o rural. O lucro gerado pela produção cafeeira permitiu aos empresários do café, não só o investimento para a melhoria e otimização do processo produtivo, como possibilitou a estes homens a aquisição de um capital cultural e social, influenciados pela França, já que neste período era a Paris da *Belle Époque* que ditava normas de conduta, comportamento, estabelecendo novas formas de viver e morar.

Quando partimos para a análise do nosso objeto, no interior do Estado de São Paulo, percebemos que José Franco de Camargo não ficou imune às transformações acima citadas, adaptando o modo de viver e de morar de sua família e, ainda, usando, principalmente, sua casa de morada na fazenda como elemento de representação de seu poder e como instrumento de manutenção da ordem social estabelecida por ele.

Um recurso de extrema importância usado para atingir nossos objetivos foram os relatos de familiares e trabalhadores que conviveram diretamente e indiretamente com José Franco de Camargo, destes destacamos os de sua filha Maria de Lourdes, os quais serviram como base analítica do período por nos pesquisado . Eles nos

forneceram os dados necessários para compreender e analisar o contexto social, político, econômico e cultural, emergentes na fazenda, a partir da reconstituição de suas histórias. Era como se pudéssemos voltar no tempo, conhecer o modo de vida da família proprietária, apreender seu cotidiano, seus costumes e, mais ainda, conhecer o dia a dia do ator social mais importante, a nosso ver, do período cafeeiro: o trabalhador rural.

Como podemos perceber com o desenvolvimento da pesquisa José Franco de Camargo, desde muito jovem já mostrava predisposição para o gerenciamento e para liderança. Seu casamento, considerado tardio para o período, nos levou a ponderar que suas primeiras preocupações sempre foram o trabalho e os negócios. Sua personalidade era exatamente a de um grande empresário, disposto a atuar em ramos diversificados da economia, não lhe interessavam pequenos negócios, pois sempre se voltava aos investimentos, se não grandes, pelo menos muito rentáveis. Ocupou, desde o início cargos na direção da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo. Desde jovem encabeçou os negócios da família, não por ser o primogênito, como seria de se esperar, mas por caracterizar-se como um homem empreendedor. Vemos assim, que este fazendeiro se identifica com o empresário de café exemplificado por Celso Furtado, aquele que estava envolvido em todas as etapas de produção do produto e investindo concomitantemente em outros negócios.

Podemos afirmar também que o poder de José Franco de Camargo era resultado da junção de vários elementos. Primeiro, integrava a elite latifundiária, como proprietário e filho de proprietário rural, de onde se origina aquilo que Bourdieu denomina de capitais culturais e econômicos. Segundo, integrava o Partido Republicano, o que contribuiu para a formação de seu capital político. Terceiro, era reconhecido por seus empregados e familiares como líder, formando assim seu capital pessoal. De posse desses capitais que, segundo Bourdieu, possuem campos distintos de atuação e formação, José Franco se inseriu num sistema de representações que era incorporado pelo grupo social, o que contribuiu de forma evidente para a manutenção da ordem social estabelecida em suas propriedades e empresas.

Como podemos observar, a casa de morada da família de José Franco de Camargo e o seu entorno imediato, ou seja, os espaços de uso da família, eram espaços destinados ao bem estar dos Camargo. A intimidade e privacidade da família eram garantidas por estes limites espaciais, o que ficou explícito nas falas dos entrevistados.

O único espaço destinado ao uso comum dos proprietários e dos empregados era o religioso. Podemos afirmar que nesta propriedade a arquitetura teve compromisso com o espaço e o tempo em que foi construída, e concretizada a partir de funções e significados determinados pela concepção cultural do proprietário. O modo de vida da família Camargo pautava-se no ideário burguês difundido no final do século XIX. Tanto a organização espacial da fazenda como da residência na capital estavam voltadas para garantir o conforto e a privacidade da família cafeeira. Além destes princípios, a organização espacial da fazenda correspondia à organização social ali estabelecida. Em primeiro plano e com maior destaque estavam os espaços da família; em segundo, os espaços de trabalho e em terceiro, os destinados aos trabalhadores. Temos que as construções funcionavam como elementos ativos que interagiam de forma dinâmica com as pessoas alocadas na fazenda, atuando como estrutura de poder que influía ativamente no modo de vida dos ocupantes. A casa de José Franco era vista como algo inatingível, espaço sagrado da família e por todos assim respeitado, pois mesmo na ausência dele, ninguém adentrava, com exceção dos empregados de dentro.

De acordo com o imaginário dos trabalhadores, os espaços da família eram realmente representativos do poder e respondia às funções sociais, utilitárias e simbólicas confirmando a hipótese de que a arquitetura funcionou também no meio rural como um elemento de representação e manutenção do poder do fazendeiro, contribuindo de forma eficaz para a manutenção da ordem social estabelecida e para a obtenção da tão desejada disciplina.

Outra constatação expressiva de nossa pesquisa foi a confirmação de que não existia qualquer tipo de proximidade entre os trabalhadores e José Franco, a mediação era feita pelo administrador e pelo fiscal. Sua presença era sentida mesmo na sua ausência, as construções, principalmente a casa de morada do proprietário, lembravam sempre de onde é que vinham as ordens. O grau de distanciamento era tanto espacial como social, os empregados nem sequer sabiam o nome completo do fazendeiro respeitando a privacidade deste personagem, já que a ordem ali estabelecida demarcava rígidas posições sociais, morais e simbólicas.

O “Império São Roberto”, como podemos observar, foi construído com o dispêndio de recursos que José Franco de Camargo lhe atribuiu, o qual não mediu esforços para tornar esta fazenda a mais produtiva da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, mesmo já morando na capital em um luxuoso casarão estilo neocolonial,

projeto do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, ele continuou a dotar a fazenda de todas as melhorias surgidas no período, tornando-a símbolo representativo de seu bom gosto, refinamento e poder.

Esta é, portanto, uma história de sucesso que não poderia ser escrita se não fosse o empenho daqueles que mesmo à condições não satisfatórias não deixaram de carpir, plantar, colher, beneficiar, ensacar e transportar o “ouro verde”. Esta é sim a história de um importante fazendeiro de café do interior paulista, mas é também a história de todos aqueles que contribuíram para a manutenção e desenvolvimento da fazenda São Roberto. Foram tantos italianos, portugueses, brasileiros, negros e brancos que escreveram com trabalho, nas terras da São Roberto, a sua história. Das famílias que lá trabalharam muitas chegaram da Itália e foram direto para a fazenda, como é o caso do senhor Gianini, que lá trabalhou, se casou, teve seus filhos e lá faleceu. Uma vida inteira dedicada ao café, à fazenda e acima de tudo a José Franco de Camargo, fazendeiro, político, empresário e grande produtor de café que soube organizar de acordo com seus interesses, todo o funcionamento do “Império São Roberto”, que guarda em suas construções e documentos, os nomes, as forças e o empenho daqueles que cravaram nestas terras sua história.

Sem dúvida, não foi possível trabalhar com todo o acervo documental existente nesta propriedade, devido principalmente ao recorte temporal e temático que nos propusemos quando do início desta pesquisa, muitos trabalhos podem ainda ser desenvolvidos, tendo como referência este acervo, mas com certeza este trabalho contribui para compreensão do período cafeeiro no Estado de São Paulo. O estudo das fontes primárias, opção metodológica que adotamos, tem sido alvo de muitos pesquisadores, desejosos em compreender as entre linhas da história oficial com o intuito de desmistificá-la. Sendo assim, entendemos que esta pesquisa não teve a intenção de esgotar o assunto e sim lançar elementos para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930**. São Carlos/São Paulo: Edufscar/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- _____. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. São Carlos: Escola de Engenharia, USP. Tese de Doutorado, 2007.
- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos**, Livraria Pioneira Editora, 1981.
- BINZER, Ina Von. **Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição bilíngüe, 1994.
- BORTOLUCCI, Maria Ângela. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **O Capital Social – notas provisórias**. In: Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org) Rio de Janeiro: Vozes. 2001.
- _____. **Os três estados do capital cultural**. In: Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org) Rio de Janeiro: Vozes. 2001.
- _____. **Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (Org). São Paulo: Editora Ática. 1983.
- _____. **A dominação masculina**. (trad.) Maria Helena Kuhnner. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 2005.
- BRITO, Fausto. **As migrações e a transição para o trabalho assalariado no Brasil**. Minas Gerais, 2002.
- _____. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica**, Tese de Doutorado, CEDEPLAR-UFMG, 1997.
- CAMILO, Ema E. R. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

- CARRILHO, Marcos José. **As fazendas de café do caminho novo da Piedade**. São Paulo: FAU-USP. Dissertação de Mestrado, 1994.
- CERIBELLI, Daici. **Os signos da modernidade nos cafezais**. São Paulo: USP, 1994, Tese (doutorado).
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLI, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Uapê, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil -1870 - 1950**. São Carlos: Rima, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- DEAN, Warren, Rio Claro, **Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. (trad.) Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ed. Nacional. 1978.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiótica**. 7ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 16ed. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2004.
- FERRÃO, André M. de Argolo. **Técnica e arquitetura**. São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 1998.
- FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. (org. e tradução) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

- FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os imigrantes: o café e a imigração em São Paulo**. São Paulo. 1999.
- GUERRAND, R-H. **Espaços privados**. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.
- HALL, Catherine. **Sweet home**. In: História da Vida Privada. V.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HOLLOWAY, Thomaz. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- HOMEM, M. C. N. **O palacete paulistano: 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KRAMER, Mara Regina. **Linguagem simbólica de poder: arquitetura rural gaúcha**. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado, 1996.
- LEMONS, Carlos. **Casa paulista**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890**. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01011612007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Aug 2008.
- MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations americanas no século XIX**. In: *Anais do Museu Paulista*, v. 14. n 1, jan-junho de 2006. São Paulo: USP.
- MARTINS, Ana Luiza. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. São Paulo: Atual. 1990.
- MARTINS, J.S. **A Migração e a crise do Brasil agrário**, São Paulo: Editora Pioneira, 1973
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**. In: *Microfísica do Poder*. (org. e tradução) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.1979.
- MESSIAS, Roseane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição (1830-1888)**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

- MILLET, Sérgio. **Roteiro do café**. São Paulo: Hucitec/INC, 1982.
- MOTTA, Heloisa Alves de Lima e. **Uma menina paulista**. São Paulo: Totalidade Editora, 1992.
- ORTIZ, Renato. **A procura de uma sociologia da prática**. In: Pierre Bourdieu. Renato Ortiz (Org). São Paulo: Editora Ática. 1983.
- PERROT, M. **Maneiras de Morar**. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RYBCZYNSKI, W. **Casa: pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade capitalista: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SEVECENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil – república: da belle époque à era do rádio**. Vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Benedicto. (Coord. Geral) **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/INL, 1984.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1995.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- STVENS, Garry. **O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. (trad.) Lenise Garcia Barbosa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2003.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria em São Carlos: 1850-1950**. São Carlos: Arq. De História Contemporânea- UFSCAR, 1986.
- _____. (org). **Fontes Estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos (1873-1940)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. Coleção Nossa História.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.
- ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires**. Tese de Doutorado. Campinas, 2001.

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo Particular Família Camargo

Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Galdino de Toledo, 1872.

Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Innocencio Alves da Silva, 1880.

Escritura de Compra e Venda de escravos, 1877.

Escritura de Compra e venda de escravos 1879.

Contrato de Compra e venda da Fazenda São Roberto, 1874.

Estatuto da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, 1913.

Constituição da Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1913.

Formal de Partilha de Sabino Soares de Camargo, 1903.

Alvará expedido a favor de José Franco de Camargo, 1926. Fonte: Acervo Família Camargo.

Certificado dos bens deixados a José Franco de Camargo segundo os autos de Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926.

Certificado dos bens deixados a João Franco de Camargo segundo os autos de Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926.

Descrição da Fazenda São Roberto, Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926.

Extrato de transcrição a José Franco de Camargo, 1926.

Formal de Partilha expedido a favor de José Franco de Camargo e João Franco de Camargo, 1926.

Certificado de revisão do Inventário de Antonia da Silveira Franco, 1926.

Contrato de Sociedade da Casa Comissária, 1931.

Convite para a formação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, 1937.

Certificado dos bens deixados por Isolina Affonso de Camargo, 1939.

Processo de partilha amigável dos bens de José Franco de Camargo, 1955.

Livro de Contas Correntes, Fazenda São Roberto, 1955.

Livro Diário da Fazenda São Roberto, 1955.

Balanco Gera, Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, 1955.

Orçamento Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927.
Corte ab Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927.
Elevação lateral Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927. .
Fachada Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927.
Flanco Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927.
Planta Baixa Capela Santa Terezinha, Escritório Ramos de Azevedo, 1927.
Nota fiscal de fornecimento de janelas e óculo de vitral, 1929.
Nota fiscal de fornecimento de um relógio para a torre da Capela Santa Terezinha, 1929.
Nota fiscal de fornecimento de lustres e arandelas para a Capela Santa Terezinha, 1929.
Nota fiscal de fornecimento de ladrilhos para a Capela Santa Terezinha, 1929.
Nota fiscal de fornecimento de plafoniers em ferro batido para a Capela Santa Terezinha, 1929.
Nota fiscal de instalação de lustres na Capela Santa Terezinha, 1929. .
Passaporte de José Franco de Camargo, 1926.
Passaporte de Isolina Affonso de Camargo, 1926.
Notas fiscais de compra de roupas por Isolina Affonso de Camargo, Década de 30.
Levantamento realizado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1926.

Fundação Pré-Memória de São Carlos

Atestado de óbito de Sabino Soares de Camargo, 1903.
Atestado de Casamento de José Franco de Camargo e Isolina Affonso de Camargo, 1904.
Atestado de óbito de Antonia da Silveira Franco, 1926.
Certidão do óbito de Antonia da Silveira Franco, 1926.
Atestado de óbito de Isolina Affonso de Camargo, 1939.
Atestado de óbito de José Franco de Camargo, 1955.
Recenseamento da População de São Carlos do Pinhal de acordo com a lei 126 votada pela Câmara Municipal em sessão de 4 de fevereiro de 1907. Volume cinco, 1907.

ENTREVISTAS

Maria de Lourdes Camargo Bardella, filha de José Franco de Camargo, 2005.

José Franco de Camargo Filho, filho de José Franco de Camargo, 2006.

Cristina Camargo Bardella, neta de José Franco de Camargo, 2005.

Antenor Zago, ex-administrador da Fazenda São Roberto, 2006.

Antonio Zago, ex-trabalhador da Fazenda São Roberto, 2006.

Guiomar Zago, ex-trabalhadora da Fazenda São Roberto, 2006.

Quiamir Verzola, ex-colona da Fazenda São Roberto, 2006.

Antonio Gianini, ex-colono da Fazenda São Roberto, 2006.

Rosa Scarparo, ex-colona da Fazenda São Roberto, 2006.

APÊNDICE

Recenseamento populacional de São Carlos do Pinhal, 1907

	Nome	Idade	Estado Civil	Profissão	Proprietário	Cor	Alfabetização	Nacionalidade
1.	José Franco de Camargo	36 anos de idade	casado	lavrador	sim	branco	sim	brasileiro.
2.	Isolina Affonso de Camargo	21 anos de idade	casada	lavradora	sim	branca	sim	brasileira.
3.	Lucia Affonso de Camargo	2 anos de idade	solteira	lavradora	sim	branca	não	brasileira.
4.	Benedicta de Campos	36 anos de idade	solteira	cozinheira	não	preta	.não	brasileira
5.	Bertholino da Rocha Leão	35 anos de idade	solteiro	administrador	sim	branco	sim	brasileiro.
6.	José Carlos Gonçalves	26 anos de idade	casado	ajudante	não	branco	sim.	brasileiro
7.	Amélia Gonçalves	20 anos de idade	casada	-	não	branca	sim	brasileira
8.	Anna R. Gonçalves	18 anos de idade	solteira	-	não	branca.	não	Brasileira
9.	Francisco Marangoni	55 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
10.	Mathilde Zani	54 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
11.	Carlos Marangoni	22 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
12.	Roza Marangoni	20 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
13.	Maria Marangoni	14 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
14.	Vicente Locatelli	41 anos de idade	casado	colono	não	branco	sim	italiano.
15.	Seraphina Lamieira	40 anos de idade	casada	colona	não	branca	sim	italiana.
16.	Angelina Angela	17 anos de idade	casada	colona	não	branca	sim	italiana.
17.	José Locatelli	14 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
18.	Luíz Locatelli	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.

19.	Luiz Domingos	4 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
20.	Maria Locatelli	1 ano de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
21.	Antonio Belloni	37 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
22.	Albina Molinari	30 anos de casada	Casada	colona	não	branca	sim	italiana.
23.	Virgílio Belloni	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
24.	Henriqueta Belloni	7 anos de idade	solteira	colona	não	branco	não	brasileira.
25.	Policarpio Belloni	5 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
26.	Athilio Belloni	3 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
27.	Dionísio Belloni	1 ano de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
28.	Anna Magini	62 anos de idade	viúva	colona	não	branca	não	italiana.
29.	Candido Belloni	25 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
30.	Urbano Zanatti	47 anos de idade	casado	colono	não	branco	sim	italiano.
31.	Maria Girelli	43 anos de idade	casada	colona	não	branca	sim	italiana.
32.	Achilles Zanatti	22 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
33.	Pedro Zanatti	18 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
34.	Angelo Zanatti	8 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
35.	Nóe Zanatti	5 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
36.	Jacomo Savanini	52 anos de idade	casado	colono	não	branco	sim	italiano.
37.	Carolina Castaliera	42 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
38.	Emília Savanini	15 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.

39.	Fortunato Savanini	12 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
40.	Luiz Savanini	10 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
41.	José Savanini	6 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
42.	Victorio Savanini	4 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
43.	Roza Savanini	3 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
44.	Angelo Lameira	42 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
45.	Jacomina Rebola	41 anos de idade	casada	colona	não	branca	sim	italiana.
46.	Pedro Lameira	19 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
47.	João Lameira	17 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
48.	Maria Lameira	13 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
49.	Magdalena Lameira	10 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
50.	André Lameira	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
51.	Angelina Lameira	6 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
52.	Carlos Lameira	4 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
53.	Angelo Lameira	3 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
54.	José Lameira	2 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
55.	Antonio Fortunato	36 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
56.	Benedicta Augere	28 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
57.	João Fortunato	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
58.	Segundo Fortunato	6 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.

59.	Maria Fortunato	5 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
60.	Amabile Fortunato	3 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
61.	Rosa Fortunato	1 ano de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
62.	Alexandre Ruffo	56 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
63.	Rosa Fortunata	47 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
64.	Luiz Ruffo	26 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
65.	Zuardi Francisca	21 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
66.	Rosa Ruffo	2 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
67.	Toscana Ruffo	15 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
68.	Thereza Rufo	10m anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
69.	Santos Ruffo	10 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
70.	Augusta Ruffo	7 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
71.	Maria Ruffo	5 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
72.	Emílio Molhinari	53 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
73.	Thereza Chivieri	52 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
74.	Augusto Molhinari	25 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
75.	Judith Molhinari	26 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
76.	Carolina Molhinari	4 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
77.	José Molhinari	2 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
78.	Gentil Molhinari	1 ano de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.

79.	Victorio Molhinario	19 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
80.	Ema Molhinari	14 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
81.	José Córo	54 anos de idade	casado	colono	não	branco	sim	italiano.
82.	Carolina Comi	51 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
83.	Jácomo Córo	25 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
84.	Briguita Córo	19 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	italiana.
85.	Eugenio Córo	16 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	Italiano
86.	Antonio Córo	14 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
87.	João Córo	11 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
88.	Felício Morethi	25 anos de idade	casado	colono	não	branco	sim	italiano.
89.	Narciza Marangoni	30 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
90.	José Morethi	10 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
91.	Josephina Morethi	8 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
92.	Pedro Morethi	6 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
93.	Luiz Morethi	5 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
94.	Joanna Morethi	3 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
95.	Jácomo Montanha	34 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
96.	Marina Furlan	29 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
97.	Arthur Montanha	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
98.	Camelo Montanha	4 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.

99.	José Montanha	2 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
100.	Ernesta Catharina	54 anos de idade	viúva	colona	não	branca	não	italiana.
101.	Regolo Zani	30 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	brasileiro.
102.	Gathaldo Zani	27 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
103.	Amieze Zani	23 anos de idade	solteira	colona	não	branca	sim	italiana.
104.	Sylvio Zani	17 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
105.	Josepha Zani	15 anos de idade	solteira	colona	não	branca	sim	italiana.
106.	Cézar Zani	13 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	sim	italiano.
107.	Baphista Minelli	45 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
108.	Celestina Marin	41 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
109.	Bellovenuto Minelli	17 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
110.	Gildo Minelli	14 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
111.	Brigida Minelli	13 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
112.	Alzira Minelli	10 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
113.	Maria Minelli	9 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
114.	Santos Minelli	5 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
115.	Pedro Minelli	3 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
116.	Iza Minelli	2 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
117.	Jullia Zuali	34 anos de idade	viúva	colona	não	branca	não	italiana.
118.	Roza Guirelle	16 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.

119.	Victorio Guirelle	11 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
120.	Maria Guirelle	12 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
121.	João Guirelle	9 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
122.	Delli Guirelle	7 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
123.	Ema Guirelle	5 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
124.	Luiz Briguento	61 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
125.	Catharina Bazzi	54 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
126.	Lionizio Briguento	19 anos	solteiro	colono	não	branco	não	italiano.
127.	Virgilo Briguento	15 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
128.	Albino Briguento	27 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
129.	Maria Zaramella	24 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	italiana.
130.	Hemminio Briguento	4 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
131.	Ildo Briguento	2 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
132.	Aurelia Briguento	1 ano de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
133.	Fernando Briguento	25 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	italiano.
134.	Josephina Dogo	20 anos de idade	casada	colona	não	branca	não.	italiana
135.	Luiz Briguento	2 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
136.	Maria Peroni	2 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não.	brasileira
137.	Palmira Peroni	1 ano de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
138.	José M. R. de Souza	24 anos de idade	casado	carreiro	não	branco	não	brasileiro.

139.	Eudoxia Maria de Arruda	28 anos de idade	casada	-	Não	branca	Não	brasileira
140.	Bento Gonçalves	26 anos de idade	casado	empregado	sim	branco	Não	brasileiro
141.	Helena Ponce	26 anos de idade	solteira	-	sim	branca	Não	brasileira
142.	Maria das Dores Oliveira	23 anos de idade	casada	-	sim	branca	Não	brasileira
143.	Joaquim Pereira da Silva	24 anos de idade	solteiro	camarada	não	branco	sim	brasileiro.
144.	Miguel José Domingues	32 anos	casado	empregado	não	branco	não	brasileiro.
145.	Maria Luiza	22 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	brasileira.
146.	Pedro Alves de Almeida	30 anos de idade	casado	camarada	não	branco	não	brasileiro.
147.	Anna Luiza Ramos	25 anos de idade	casada	colona	não	branca	não	brasileira.
148.	Carlos Alves de Almeida	7 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
149.	José Alves de Almeida	6 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
150.	Antonio Alves de Almeida	5 anos de idade	solteiro	colono	não	branco	não	brasileiro.
151.	Maria Alves de Almeida	2 anos de idade	solteira	colona	não	branca	não	brasileira.
152.	Faustino Alves	25 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	brasileiro.
153.	Albertina da Conceição	20 anos de idade	casado	colono	não	branco	não	brasileiro.
154.	Maria da Conceição	5 anos de idade	solteira	colona	não	branca	Não	brasileira
155.	Francisca da Conceição	1 ano de idade	solteira	colona	não	Branca	Não	brasileira
156.	Affonso de Campos	28 anos de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
157.	José da Silva	60 anos de idade	casado	colono	não	Branco	não	português.
158.	Amélia da Silva	50 anos de idade	casada	colona	não	Branca	não	portuguesa.

159.	Rodolpho Marangoni	34 anos de idade	casado	colono	não	Branco	não	italiano.
160.	Ida Verniz	30 anos de idade	casada	colona	não	Branca	não	italiana.
161.	Antonio Marangoni	10 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
162.	Luzia Marangoni	5 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
163.	Lidia Marangoni	4 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
164.	José Marangoni	2 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
165.	Joanna Marangoni	1 ano de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
166.	Augusto de Oliveira	24 anos de idade	solteiro	carreiro	não	Preto	não	brasileiro.
167.	Manoel José Serpa	36 anos de idade	casado	colono	não	Branco	sim	português.
168.	Maria Silva Serpa	32 anos de idade	casada	colona	não	Branca	sim	portuguesa.
169.	Manoel José Serpa Júnior	14 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
170.	Maria da Conceição Serpa	13 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
171.	Regina da Conceição Serpa	11 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
172.	Margarida da Conceição Serpa	7 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
173.	Antonio José Serpa	5 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
174.	Ernestina Serpa	4 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
175.	Leontina Serpa	3 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
176.	Sebastiana Serpa	2 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
177.	Antonio da Silva	27 anos de idade	casado	colono	não	Branco	não	português.
178.	Cecília Lázaro	19 anos de idade	casada	colona	não	Branca	não	italiana.

179.	Miguel Fani	49 anos de idade	casado	carpinteiro	não	Branco	não	italiano.
180.	João Floriano	39 anos de idade	casado	empregado	não	Branco	não	brasileiro.
181.	Anna Maria da Silva	24 anos de idade	casada	empregada	não	Branca	não	brasileira.
182.	Carolina Verniz	46 anos de idade	casada	colona	não	Branca	sim	italiana.
183.	Medarci Fani	15 anos de idade	solteiro	carpinteiro	não	Branco	sim	brasileiro.
184.	Luzia Fanni	9 anos de idade	solteira	colona	não	Branca	não	brasileira.
185.	Pedro Fani	7 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
186.	José Fani	5 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
187.	Leoncio Fani	3 anos de idade	solteiro	colono	não	Branco	não	brasileiro.
188.	José Geraldo de Sá	29 anos de idade	casado	empregado	sim	Branco	sim	brasileiro.
189.	Angelina da Silva	24 anos de idade	casada	empregada	sim	Branca	não	portuguesa.
190.	Isaura da Conceição	2 anos de idade	solteira	empregada	sim	Branca	não	brasileira.
191.	Manoel Pires Barboza	36 anos de idade	casado	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
192.	Joaquim de Camargo	25 anos de idade	casado	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
193.	Benedicto Barboza	6 anos de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
194.	Julia Barboza	4 anos de idade	solteira	camarada	não	Preta	não	brasileira.
195.	Antonio Barbosa	2 anos de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
196.	José Barbosa	1 ano de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
197.	Seryaco Antonio	40 anos de idade	casado	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
198.	Carlora Martinho	33 anos de idade	casada	camarada	não	Preta	não	brasileira.

199.	Emília Antonia	10 anos de idade	solteira	camarada	não	Preta	não	brasileira.
200.	Carlos Antonia	3 anos de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
201.	Julia Antonia	2 anos de idade	solteira	camarada	não	Preta	não	brasileira.
202.	Felício Antonia	1 ano de idade	solteiro	camarada	não	Preto	não	brasileiro.
203.	Biagio Peroni	30 anos de idade	casado	carroceiro	não	Branco	sim	italiano.
204.	Rosa Fucaroto	22 anos de idade	casada	carroceira	não	Branca	sim	italiana.
205.	Izabel da Silva	17 anos de idade	solteira	-	Não	Branca	não	portuguesa
206.	José da Silva	16 anos de idade	solteiro	camarada	não	Branco	não	brasileiro.
207.	Angelo Vicentini	43 anos de idade	casado	jardineiro	não	Branco	não	italiano.
208.	Augusta Lamanine	26 anos de idade	casada	-	não	Branca	não	italiana.
209.	Antonio Vicentini	3 anos de idade	solteiro	-	não	Branco	não	brasileiro.
210.	Renato Vicentini	2 anos de idade	solteiro	-	não	Branco	não	brasileiro.
211.	Marino Marangoni	26 anos de idade	casado	carroceiro	Não	branco	Não	Italiano
212.	Benedicta Briguenti	21 anos de idade	casada	-	Não	branca	Não	Italiana
213.	Adelia Marangoni	2 anos de idade	solteira	-	Não	branca	Não	Italiana
214.	Manoel Thomasini	24 anos de idade	casado	colono	Não	branco	sim	Diversas
215.	Pierina Defabrira	20 anos de idade	casada	colona	Não	branca	sim	Italiana
216.	Rodolpho Thomasini	20 anos de idade	solteiro	colono	Não	Branco	sim	Diversas
217.	Atrilio Thomasini	11 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	sim	brasileiro
218.	Anna Thomasini	1 ano de idade	solteira	colona	Não	branca	Não	brasileira

219.	Angelo Menegocio	64 anos de idade	casado	colono	Não	branco	Não	Italiano
220.	Amelia Menegocio	32 anos de idade	casada	colona	Não	branca	sim	Italiana
221.	Mario Menegocio	6 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	Não	Italiano
222.	Rolando Menegocio	4 anos de idade	solteiro	colono	Não	Branco	Não	Italiano
223.	Constante Menegocio	2 anos de idade	solteiro	colono	Não	Branco	Não	brasileiro
224.	Antonio Menegocio	7 anos de idade	Solteiro	colono	Não	branco	Não	brasileiro
225.	Josephina Menegocio	7 anos de idade	solteira	colona	Não	branca	Não	brasileira
226.	Jacomo Cecoviste	42 anos de idade	casado	colono	Não	branco	Não	diversas
227.	Catharina Cecoviste	37 anos de idade	casada	colona	Não	branca	Não	diversas
228.	Mathias Cecoviste	16 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	Não	diversas
229.	Maria Cecoviste	15 anos de idade	solteira	colona	Não	branca	Não	diversas
230.	José Cecoviste	8 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	Não	brasileiro
231.	Antonio Cecoviste	6 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	Não	brasileiro
232.	Veronica Cecoviste	3 anos de idade	solteiro	colono	Não	branco	Não	brasileiro
233.	André Meguinda	51 anos de idade	casado	colono	Não	branco	Não	diversas
234.	Theresa Meguinda	48 anos de idade	casada	colona	Não	branca	sim	diversas
235.	Josepha Meguinda	8 anos de idade	solteira	colona	Não	branca	Não	brasileira
236.	Antonio Crixo	25 anos de idade	casado	colono	Não	branco	Não	diversas